

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL

POLÍTICA DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR NO ÂMBITO DO REUNI: UM ENFOQUE PARA A
GRADUAÇÃO DA UFRB

FLÁVIA SABINA DE JESUS

CRUZ DAS ALMAS - BA
FEVEREIRO - 2013

FLÁVIA SABINA DE JESUS

POLÍTICA DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO
ÂMBITO DO REUNI: UM ENFOQUE PARA A GRADUAÇÃO DA UFRB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB/UFRB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Gonzaga

CRUZ DAS ALMAS - BA
FEVEREIRO – 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL

COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
FLÁVIA SABINA DE JESUS

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Mendes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
(Orientador)

Profa. Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Profa. Dra. Maria Couto Cunha
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Dissertação homologada pelo Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social em, conferindo o Grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social em

SABINA, Flávia.

Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no âmbito do Programa REUNI: Um enfoque para a Graduação da UFRB. Flávia Sabina de Jesus – Cruz das Almas; UFRB/BA, 2013.

Número de folhas: 119 f.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2013.

Orientação: Luiz Gonzaga

1. Educação Superior. 2. Política de Expansão. 3. REUNI. 4. Democratização 5. Interiorização I. GONZAGA, Luiz II. UFRB/BA III. Mestrado IV. Política de Expansão e interiorização da educação superior no âmbito do Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais na graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

A Maria Sabina e Otávio Souza, meus pais e a Edson Paulino o amor da minha vida, que se empenharam na realização deste estudo de variadas formas: compreendendo, participando, aceitando as minhas decisões e ausências, incentivando e principalmente acreditando na superação de todos os obstáculos encontrados para realização desse sonho.

AGRADECIMENTO

A Deus e a Nossa Senhora do Bom Sucesso, pela minha existência, pelo conforto do meu ser e as bênçãos derramadas sobre mim.

Aos meus pais, Otavio Souza e Maria Sabina e minha avó Nersina da Mata, razão da minha existência, pela paciência, orações e pelas sábias palavras.

Ao anjo enviado por Deus, Edson Paulino da Silva, meu companheiro de todos os dias, pela amizade, carinho, confiança, compreensão, paciência, palavras de conforto e por ter me ajudado incondicionalmente em todo o período dessa longa jornada. Que nos encantos e desencantos da vida possamos estar sempre juntas.

Agradeço, ao meu orientador Luiz Gonzaga, pela compreensão, paciência, carinho e inestimável apoio prestado durante a realização deste trabalho, as palavras são incapazes de expressar o que sinto, ao final da realização dessa dissertação.

Ao professor Neilton da Silva, pessoa que muito admiro e agradeço pelos ensinamentos e dedicação. Além disso, por ter feito com que superasse meus limites teóricos, produtivos, psicológicos e temporais.

A Professora Ana Fermino Soares, pela sugestão desse precioso tema, pela aprovação da minha licença capacitação tão importante e essencial para o desenvolvimento dessa dissertação, pelas palavras de conforto, pela segurança. Não tenho palavras para relatar o quanto foi importante nessa caminhada.

A professora Rosineide Pereira Mubarack Garcia, pelo carinho, atenção, disponibilidade e sugestões. A convivência e a troca de experiência foram fundamentais nessa jornada. A Senhora foi essencial nesse processo.

Ao Professor Luiz Ricardo Fraga, Pró-Reitor da Universidade de Washington, pelas valiosas contribuições a essa dissertação.

A amiga Mariana Guerreiro, pelo companheirismo, carinho, incentivo, força, elogios que sempre me cativaram e ajudaram na produção. Sua amizade e palavras me ensinaram muito e nossas conversas sempre me elucidaram para a produção dessa dissertação.

A amiga Luciana Lordelo, pelo apoio nas horas difíceis e ensinamentos.

A amiga Claudia Azevedo, pelas sábias palavras que fizeram resgatar o meu otimismo e me impulsionaram para o desenvolvimento e conclusão dessa dissertação. Sem o seu apoio eu não conseguiria.

A família PRPPG, pela compreensão de quanto essa dissertação era importante para o meu desenvolvimento profissional e pessoal e pela ajuda que cada um me prestou, com palavras de conforto, sorrisos, em principal a amiga Yumi Fujiki por assumir grande parte das minhas atribuições na Pró-Reitoria durante o meu período de afastamento, sempre com carinho e boa vontade.

A Maria do Socorro Oliveira, Sandoval Felix, Fábio Carvalho, Elaine Sandra, Maria Eduarda, Fernando Terto, por sempre me estimularem e acreditar que esse sonho poderia ser realizado.

Aos amigos Cledson Anjos, Eber Paz, Silvana Sampaio, Emanuella Franco, Patrícia e Rony, pessoas especiais. Agradeço por sempre estarem presente e por me presentear com palavras de conforto que me faziam ter forças para continuar.

Ao Reitor da UFRB, Vice-Reitor, Coordenadora Institucional do Reuni, Pró-Reitora de Graduação, Diretores de Centro, Representantes Docentes e Sindicais, Estudantes, Gerentes Técnicos e Secretárias da UFRB que me receberam muito bem e participaram da pesquisa com muita boa vontade, o meu muito obrigado.

As colegas e amigas, Caroline Fonseca e Janete Santos, pelo apoio e incentivo e juntamente com Cristiano Silva, pela disponibilização de muitos dados para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos colegas da PROGEP pela eficiência na análise e liberação da minha licença capacitação essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos demais servidores (docentes e técnicos), discentes e terceirizados da UFRB, que direta ou indiretamente, sempre com muita boa vontade importante frisar, contribuíram para a execução dessa dissertação.

Por toda essa contribuição individual de cada um de vocês, me senti mais forte e confiante e consegui alcançar o objetivo de escrever essa dissertação, divido com vocês o fruto desse trabalho.

A todos o meu muito obrigada!

“A Educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais”

Declaração Universal dos Direitos Humanos

“Como tudo que é humano e, portanto social, como é o caso da educação, se banha em valores e ideologias e tem uma significação ineludivelmente política.”

José Dias Sobrinho

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo investigar os efeitos da Política do Reuni na graduação da UFRB, do ponto de vista da ampliação de cursos e número de vagas, nos meandros da expansão interiorizada. O estudo aportou-se nos aportes teóricos de Teixeira (2002), Morosini (2001) e Brandão (2012) com contribuições sobre política pública de expansão, nas políticas educacionais. Optou-se pela abordagem de natureza qualitativa. Quanto ao tipo, à pesquisa foi exploratória e descritiva e quanto aos fins aderiu-se ao viés descritivo aliado à análise documental. Foram utilizados procedimentos de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários para representantes da Administração Central, Diretores de Centro, representantes Docentes/Sindicais e estudantes, todos pertencentes à UFRB. Os dados obtidos deram bases para a triangulação. Em desfecho, conclui-se com relação à adesão da UFRB ao REUNI, que ela foi fundamentada em discussões incipientes; no aspecto da concepção do Programa na Instituição possui metas muito extensas para uma jovem instituição com pouca experiência administrativa; no tocante a expansão dos cursos de graduação tem ocorrido num quantitativo menor do que o previsto; com relação à estrutura para funcionamento dos cursos é insuficiente para abarcar a expansão; a interiorização vem ocorrendo de forma limitada, pois o acesso de alunos provenientes de cidades do Recôncavo da Bahia na UFRB, apesar de crescente ainda é menor do que de outras regiões e os gestores acreditam que os dois gargalos da Instituição após o programa foram a infraestrutura e a contratação de servidores. Aponta-se como alternativa para o aprimoramento da expansão a construção de um seminário de prestação de contas promovido pela Administração Central com a participação da comunidade acadêmica para expor suas percepções com o programa e planejar em conjunto ações para superar os gargalos da graduação pós REUNI. Além disso, com a vasta experiência adquirida com o programa REUNI montar um planejamento com ações voltadas para novas expansões dos cursos da universidade.

Palavras-chave: Educação superior – Política de expansão - Reuni - Democratização - Interiorização

ABSTRACT

This dissertation aims investigate the effects of REUNI Policy in UFRB graduation from the point of view of expansion of courses and number of vacancies in the intricacies of internalized expansion. The study was based on the theoretical referential of Teixeira (2002), Morosini (2001) and Brandão (2012), among others, with contributions on public policy, expansion, equity and quality in educational policy. An approach of quantitative nature was chosen, predominantly qualitative. As for the type, the research was mixed (exploratory and descriptive) and as to the ends, it was adhered to the descriptive bias allied to documental analysis. Direct observation procedures were used, semi structured interviews and questionnaires for the representatives of the Central Administration, Center Directors, representatives Teachers / Labor Union and students, all belonging to UFRB. The data obtained gave the basis for the triangulation. In conclusion, in relation to the accession of the UFRB to REUNI, it was based on incipient discussions; in the aspect of the Program conception in the institution it was too daring for a young institution with little administrative experience; regarding the expansion of Graduation courses, it happens that the quantitative is lower than expected; in relation to the structure to run the courses is insufficient to cover the expansion, the internalization occurs in a limited way, because the access of students from the cities in the Reconcavo region of Bahia at UFRB, despite its growing, it is still lower than in other regions and the managers believe that the two bottlenecks institution after the program were hiring servers and infrastructure. It is pointed out as an alternative to improve the expansion, the construction of a of an accountability Seminar promoted by the Central Administration with participation of the academic community to expose their perceptions with the program and plan actions together to overcome the bottlenecks of graduation after REUNI.

Keywords: Higher Education Policy – Expansion policy - REUNI - Democratization - Internalization

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Custo financeiro para enfrentar a emergência das universidades federais e dobrar o número de alunos (em R\$ 1.000,00).

Tabela 2 – Universidades Federais criadas no período de 2003-2010.

Tabela 3 – Previsão de acréscimo orçamentário a partir do REUNI para ser rateado entre as IFES

Tabela 4 – Número de estudantes Matriculados no CCAAB semestre de 2012.1 ativos em 27/08/12

Tabela 5 – Número de estudantes Matriculados no CETEC semestre de 2012.1 ativos em 27/08/12

Tabela 6 – Número de estudantes Matriculados no CCS semestre de 2012.1 ativos em 27/08/12

Tabela 7 – Número de estudantes Matriculados no CFP semestre de 2012.1 ativos em 27/08/12

Tabela 8 – Número de estudantes Matriculados no CAHL semestre de 2012.1 ativos em 27/08/12

Quadro 1 – PCA/REUNI da UFRB

Gráfico 1 – Perfil da região de origem dos ingressos da UFRB

Gráfico 2 – Percepção dos entrevistados sobre a condição de atendimento da infraestrutura para o funcionamento dos cursos

ANDES – SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ASCOM - Assessoria de Comunicação da UFRB
ASSUFBA - Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos das Universidades Públicas Federais e Fundações Apensas do Estado da Bahia
APUB - Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia
BI- Bacharelado Interdisciplinar
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BSB - Universidades Brasileiras
CAHL - Centro de Artes Humanidades e Letras
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAAB - Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas
CCJ - Comissão de Constituição e Justiça
CETEC - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CF - Constituição Federal da República Federativa do Brasil
CFP - Centro de Formação de Professores
C&T - Ciência e Tecnologia
CGU - Controladoria Geral da União
CNE - Conselho Nacional da Educação
CONAC - Conselho Acadêmico
CONCUR - Conselho de Curadores
CONSUNI - Conselho Universitário
CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais
EAB - Escola de Agronomia da Bahia
EAD - Educação à Distância
EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EJA- Educação de Jovens e Adultos
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FAI - Fundação de Apoio Institucional
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNE - Fórum Nacional de Educação
FASUBRA - Federação dos Sindicatos dos Servidores das Universidades Públicas Brasileiras
GED - Gratificação de Estimulo a Docência
GTI - Grupo de Trabalho Interministerial
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IEES - Instituições Estaduais de Ensino Superior
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IES - Instituições de Ensino Superior
IESALC- Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe
IMES - Instituições Municipais de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC - Ministério da Educação
MESP - Ministério da Educação e Saúde Pública
ONU - Organização das Nações Unidas
PAES - Programa de Apoio ao Ensino Superior
PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores
PCA/REUNI- Plano de Consolidação Acadêmica da UFRB
PAR - Plano de Ações Articuladas
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRB
PNE - Plano Nacional de Educação
PPC - Projeto Pedagógico do Curso
PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal da UFRB
PROIFES - Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI - Programa Universidade para todos
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
Universidades Públicas
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SINAES - Sistema nacional de Avaliação do Ensino Superior
SURRAC - Superintendência de Registros Acadêmicos da UFRB
TCU - Tribunal de Contas da União
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UDF - Universidade do Distrito Federal
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. O REUNI COMO POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	18
2.1. BREVE HISTÓRICO E O PROCESSO DE EXPANSÃO INTERIORIZADA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	18
2.2. O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	26
3. PERCURSO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	32
3.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	32
3.2 CENÁRIO E ATORES DA INVESTIGAÇÃO.....	34
3.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	44
3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	46
4. A UFRB E A SUA REALIDADE COM O REUNI.....	51
4.1. O PROCESSO DE ADESÃO DA UFRB AO REUNI.....	51
4.2. CONCEPÇÃO E BASES POLÍTICAS DO REUNI.....	57
4.3. EXPANSÃO DA GRADUAÇÃO NA UFRB.....	61
4.4. INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	65
4.5. CONDIÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA FUNCIONAMENTO DOS CURSOS.....	69
4.6. QUESTÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REUNI NA VISÃO DOS GESTORES E DAS REPRESENTAÇÕES DOCENTE E SINDICAL.....	74
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
6. REFERÊNCIAS.....	89
7. APÊNDICES.....	96
8. ANEXOS.....	117

1. INTRODUÇÃO

As discussões em torno da expansão do ensino superior no Brasil remontam a década de 50 do século XX, mediante reivindicações sociais que demandavam políticas públicas de democratização do ensino universitário. Tais políticas começam a ser implantadas a partir de meados da década de 60 do século passado marcando, então, a expansão de Instituições de Ensino Superior de caráter privado, que se alastrou no país a partir dos anos de 1990.

As políticas educacionais em escala brasileira, no ano de 2007, propõem para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) uma nova expansão do ensino superior criando assim o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). O Programa visava atender de perto a demanda social por educação reclamada pelas camadas populares à margem da Universidade, cujas frações da classe vitimada pela minimização do Estado face de questão social, sequer imaginava chegar ao ensino superior tendo em vista a oportunidade lhes parecer distante.

O REUNI é um programa que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), visando expandir e reestruturar o ensino superior público no Brasil. De acordo com as Diretrizes do Programa (BRASIL, 2007) o REUNI possui o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), o Programa não preconiza a adoção de um modelo único para a graduação das universidades federais e preocupa-se com a garantia do ensino superior público de qualidade (BRASIL 2007), embora muitas frentes de debates e estudiosos de políticas educacionais, como é o caso de Morosini (2001), critique que essa qualidade não tem sido assegurada, dada a iniquidade do acesso.

O Programa foi instituído pelo decreto 6096/2007 que disciplina a meta global do REUNI, a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos da graduação em cursos

presenciais por professor para dezoito. (BRASIL 2007). Apoiando as metas do Programa, todas as IFES aderiram ao REUNI inclusive as recém-criadas, como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que participa do Programa visando à estruturação, formato diferente da maioria das Universidades que buscam a reestruturação.

De acordo com o Plano de consolidação Acadêmica (PCA/REUNI) da UFRB, com a participação no Programa REUNI a UFRB executará as metas do PCA/REUNI, e qualificará os seus quadros de pessoal, investirá em infraestrutura e conseqüentemente garantirá melhor qualidade do ensino ofertado.

Diante dessa nova realidade das IFES e a UFRB, aderindo ao Programa com apenas 01 (um) ano de existência, questionamos até que ponto a política do Programa Reuni contribuiu no processo de expansão de cursos de graduação e número de vagas na UFRB? É o que tentaremos responder nos próximos capítulos.

Em razão da indagação aclarada, esta investigação emerge da possibilidade de contribuir com a consolidação da UFRB, o que nos motiva a desenvolver essa investigação. Além da possível cooperação com a Universidade, esse estudo permite-nos um enriquecimento do conhecimento da área de gestão de políticas públicas e Segurança Social, dado o atual momento histórico de expansão e interiorização da educação superior no Brasil e em especial na Bahia.

Essa investigação apresenta uma relevância social, no que pesam as políticas públicas intentadas por um ensino superior de qualidade para a formação de quadros de profissionais aptos para contribuir com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, bem como preparados para atuar como pesquisadores e cidadãos ética e socialmente responsáveis.

O REUNI trouxe para a UFRB novas possibilidades e muitos desafios, conforme foi possível identificar no percurso investigativo desvelado. Esperamos que esse estudo proporcione a Administração Central da Universidade, avaliar algumas das políticas adotadas no planejamento e execução deste Programa. Servindo como instrumento para a monitoração das suas ações, pois o período de execução do REUNI findou em 2012, no entanto, o efeito dessa política publica ainda permanecerá na Universidade e precisa ser monitorado.

A presente investigação possui o objetivo geral de estudar os efeitos da Política do Reuni na graduação da UFRB, do ponto de vista da ampliação de cursos

e número de vagas, nos meandros da política de expansão da educação brasileira. Esse objetivo geral desdobra-se em três objetivos específicos que se seguem: 1) Analisar as políticas públicas de expansão e interiorização da educação superior no Brasil, especialmente na Bahia; 2) Averiguar a evolução quantitativa dos cursos de graduação da UFRB após a adesão ao REUNI; 3) Verificar como os docentes, discentes e gestores percebem o Programa Reuni da UFRB em termos da expansão dos cursos de graduação.

Os conhecimentos adquiridos a partir das leituras das obras de estudiosos no tema trouxeram contribuições importantes para essa investigação. Desse modo merecem destaque nessa trajetória, Cury (2002) com os ensinamentos sobre o direito a educação, Teixeira (2002) com o seu conceito de políticas públicas e a possibilidade da articulação social redefinir a agenda das políticas públicas.

De igual modo Morosini (2001), embasa nossa compreensão com a sua experiência sobre os estudos com os pensamentos sobre equidade e qualidade, instigando-nos a refletir a respeito das políticas da Educação Superior na perspectiva do acesso, equidade e qualidade. Já Moacyr (1937), Fávero (1997, 2000, 2006), Cunha (2007) nos permitiram compreender a trajetória do ensino superior no Brasil, e assim apontam as lacunas de um tempo de esquecimento, as controvérsias e as perspectivas de um novo tempo para a educação no nível assinalado.

As arestas da pesquisa nos levaram a Santos e Almeida Filho (2008), com o projeto Universidade Nova e as orientações sobre o REUNI. A Almeida Filho (2007), com as contribuições que tange aos reflexos sobre a necessidade da expansão e Rezende (2009) sobre a trajetória do então Instituto Imperial de Agricultura Baiano em UFRB.

Socializadas as pistas e caminhos percorridos para a compreensão do objeto de estudo, apresentamos a maneira pela qual organizamos os capítulos desta dissertação: o primeiro capítulo aborda os aspectos iniciais e contextuais e, nesse ínterim, procura apresentar o tema e debate sobre o Programa REUNI na UFRB. Nesse capítulo de abertura, também são apresentados os objetivos, as pretensões de contribuição desse estudo e os motivos que nos motivaram a investigação desse tema.

No segundo capítulo dedicamos à investigação da política de expansão do ensino superior com lastro na demanda da interiorização. Para tanto, fizemos um delineamento breve da Educação Superior no Brasil, destacando as décadas em que ocorreu a expansão desse nível de ensino. Continuamos, adentrando nas novas informações do ensino superior no Brasil no século XXI, com a política do Programa REUNI foco principal dessa pesquisa. Assim, tornou-se possível a apreensão do contexto que esse Programa fora criado, suas definições legais, objetivos e metas, bem como as peculiaridades da política adotada.

No terceiro capítulo apresentamos o percurso de investigação da pesquisa delineada no intuito de abranger todos os objetivos que sustentam esse estudo. Para abarcar os objetivos, optamos pela abordagem de natureza qualitativa, tendo em vista a predominância qualitativa. Quanto ao tipo, à pesquisa foi exploratória e descritiva e quanto aos fins aderimos ao viés descritivo aliado à análise documental.

No quarto capítulo apresentamos a realidade da UFRB com o REUNI, uma Universidade que foi fruto da política de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil. Para apresentarmos essa realidade, imbricada no objeto de pesquisa, analisamos as seis categorias de análise que se seguem: 1) O processo de adesão da UFRB ao REUNI; 2) Concepção e bases políticas do REUNI; 3) Expansão da graduação na UFRB; 4) Interiorização do Ensino Superior; 5) Condição da infraestrutura para o funcionamento dos cursos; 6) Questões da implementação do programa REUNI na visão dos gestores e das representações docente e sindical. A análise dessas seis categorias nos permitiu apresentar o REUNI da UFRB do ponto de vista da graduação da UFRB, através das políticas adotadas na execução do Programa REUNI.

No quinto e último capítulo, estão às considerações finais, na qual concluímos o estudo retornando ao nosso objetivo, considerando os dados da análise documental, dados da pesquisa de campo, o entendimento dos autores e a nossa visão de pesquisadora. Nesse capítulo apontamos também algumas alternativas para a Administração da UFRB pensar no aprimoramento da expansão da Universidade, com vistas a sua consolidação.

2. O REUNI COMO POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O presente capítulo apresenta as políticas de expansão e interiorização da Educação Superior, com fins de expandir o acesso à Universidade no Brasil. Para tanto, se compõe de 2 (duas) seções que se apresentam em sequência. Na primeira seção fizemos um delineamento breve da Educação Superior no Brasil, com destaque para as décadas em que ocorreu a expansão desse nível de ensino. Na segunda seção, apresentamos a política do Programa REUNI foco principal dessa pesquisa.

2.1. BREVE HISTÓRICO E O PROCESSO DE EXPANSÃO INTERIORIZADA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

As discussões sobre a Educação Superior no Brasil se iniciam no período colonial, no século XVI, com a tentativa dos Jesuítas de fundar uma Universidade, pedido que fora negado pela Coroa Portuguesa, pois se temia movimentos de independência. Por isso, os jovens graduados em escolas jesuítas, que desejassem concluir os estudos iam para as Universidades Europeias, conforme aborda Moacyr (1937, p. 580-581).

A história da criação de universidade no Brasil revela, inicialmente, considerável resistência, seja de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, seja da parte de brasileiros, que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na Colônia, considerando mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores.

As primeiras Instituições de Ensino fundadas no Brasil tem caráter utilitário, fragmentado, surgem para atender à necessidade de instrução formal para os jovens que chegam com a corte portuguesa, no século XIX e são controladas pelo Governo. Os primeiros cursos de nível superior criados instalam-se na Bahia e no Rio de Janeiro, conforme aponta Fávero (2006) sendo estes, voltados para a formação de médicos para o Exército e a Marinha.

Para Raniere (1999, p.22), “Até o século XIX, o Brasil não teve educação superior. E a partir de 1808 quando foram criados os primeiros cursos e academias de estudos superiores, a teve, sob o controle estatal”. A discussão em torno da

expansão da educação superior perpetua pelo séc. XIX e avança pelo século XX. Sendo que nas décadas de 30, 60 e 90, do último século e no início do século XXI, são impostas reformas educacionais por diferentes governos, que irão contribuir para a expansão da educação superior.

Na década de 30 do último século, a tendência governamental passa a ser a centralização política em diversos setores incluindo a educação. Nesse contexto em 14/11/1930, o governo cria o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), sob a supervisão de Francisco de Campos que promove reformas centralizadoras na educação superior, promulga os Estatutos das Universidades, e cria o Conselho Nacional de Educação (CNE). Para o Ministro (CAMPOS, 1931, p. 4) a finalidade da Universidade “transcende o exclusivo propósito do ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada”.

Entre as décadas de 40 e 50, do século XX, esboçam complexas lutas nas Universidades pela autonomia universitária. Nos anos de 1950 o Brasil, passa pelo ritmo acelerado de desenvolvimento e o Governo, impõe mudanças na área educacional, federalizando faculdades estaduais e privadas, permanecendo apenas a Universidade de São Paulo como estadual.

A aprovação da Lei nº 4.024/61 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), também marca a década de 50, fixando a duração de cursos, currículos mínimos e promovendo a discussão sobre a questão da escola pública e privada. Outro fator notório na década de 50 e que se expande até a década de 60, do século XX, são as manifestações em prol da democratização do ensino superior, conforme sinaliza Michelotto (1999, p.21).

A pressão por mais e boas escolas gerou um aumento significativo no número de estudantes nos diversos graus de ensino, propiciando, por sua vez, condições de mais e melhor pressão pela democratização dos níveis mais altos, atingindo e forçando as “portas” da universidade, historicamente fechadas aos setores populacionais de menor poder aquisitivo. Cresciam as reivindicações por universidades mais acessíveis à população

Nessa conjuntura, há uma participação muito ativa e pulsante dos estudantes representados pela UNE, promovendo diversos seminários, com integração dos estudantes de todas as Universidades do país, sobre o caráter elitista e arcaico das instituições universitárias. Conforme demonstra Fávero (1994, p. 150-151)

Nesses seminários são discutidas questões importantes: a) autonomia universitária; b) participação do corpo docente e discente na administração universitária, através de critério de proporcionalidade representativa; c) adoção do regime de trabalho em tempo integral para docentes; d) ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas; e) flexibilidade na organização de currículos.

O governo de 1967, preocupado com os constantes seminários e pressões instituídas pelos estudantes, estabelece pelo Decreto nº 62.024/67 uma comissão presidida pelo General Meira Mattos para estudar, discutir e emitir parecer sobre essas questões. Conforme registro do relatório final do Grupo de Trabalho (BRASIL, 1968, p. 17).

A crise da Universidade sensibilizou diversos setores da sociedade exigindo do Governo uma ação eficaz que enfrentasse de imediato o problema da reforma universitária, convertida numa das urgências nacionais.

Além de tratar da “crise” o relatório aborda outras temáticas que envolvem a educação no país, a destacar: as faculdades tradicionais e o processo de expansão de ensino, conforme aborda o relatório do grupo de Trabalho, (BRASIL, 1968, p. 19), “As faculdades, ainda se revelam inadequadas para atender às necessidades do processo de desenvolvimento, que intensificou com relação à década 1950, e se conserva inadaptadas às mudanças dele decorrentes”. Trata a expansão como “simples multiplicação de unidades, em vez de desdobramentos orgânicos, onde a Universidade expandiu, mas em seu cerne, permanece a mesma estrutura anacrônica a entravar o processo de desenvolvimento e os germes da inovação”.

No ano de 1968, o Congresso Nacional, institui a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, que aprova a reforma universitária, fixando normas de organização e funcionamento do ensino superior, além de outras providências. O período pós-68, foi marcado pela expansão da educação superior privada e em contrapartida as instituições que não apresentavam um bom desempenho foram descredenciadas.

A década de 90 do século XX passa por mudanças no cenário político, com a ameaça de renúncia e posterior renúncia do Presidente de Fernando Collor, em 1992. Assume a gestão presidencial do país, o vice-presidente Itamar Franco. Nesse cenário de transformações políticas na esfera federal, em 1994, Fernando Henrique Cardoso, é eleito Presidente do país e perdura no cargo por 02 (dois) mandatos (1995-1998 e 1999-2002).

O governo de Fernando Cardoso tem caráter neoliberal e promove ao longo do seu mandato, amplas reformas educacionais, visando transformar as IES em organizações sociais, reguladas por contrato de gestão. Nesse governo, é sancionada a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

A LDB disciplina a educação em todos os seus níveis (educação básica, infantil, fundamental, médio e educação superior). No tocante a educação superior, ela trás modificações que autorizam as Instituições particulares a se organizarem em categorias diferentes das confessionais. Essa alteração, prevista em principal nos artigos 20º e 45º da LDB (transcritos abaixo), irão colaborar para a expansão das Instituições privadas na década de noventa.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei.

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. (Brasil, 1996).

As Instituições particulares, a partir da promulgação da LDB estavam autorizadas a ofertar cursos com fins lucrativos, com isso observa-se o crescimento acelerado das IES privadas, a partir de 1997. Num contexto de crescimento das IES particulares, aliado ao custo de vida alto e as necessidades de conhecimento impostas pela globalização, surge no ano de 1999 do século XX, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) um programa vinculado ao MEC e agenciado pela Caixa Econômica Federal.

O FIES visa à concessão de financiamento para discentes que estejam frequentando cursos presenciais em instituições particulares, com avaliação positiva no Sistema Nacional de avaliação da Educação Superior (SINAES), sendo que o

estudante deverá restituir todo o valor financiado com juros mediante prazo e condições anteriormente estipuladas.

Mensalidades altas com estudantes sem dinheiro para pagá-las gerou um fenômeno recente no País: o financiamento privado do ensino superior; créditos educativos oferecidos por empresas particulares, por intermédio da própria universidade, já estão presentes em 18% das instituições. Jornal o Estado de São Paulo (2004 apud Dullius, 2007).

O FIES colaborava com a expansão das instituições particulares, em principal devido a mudanças estruturais no programa que reduziam os juros do financiamento de 9% para 3,4% ao ano. As Instituições particulares estimuladas pelas alterações da LDB e pela criação do FIES, se expandiam e chegam ao século XXI, com um quantitativo de alunos matriculados, que ultrapassavam as IES públicas.

As IFES em contrapartida apresentavam um quantitativo menor de matriculados, recebiam repasses financeiros governamentais direcionados pela matriz ANDIFES que não eram suficientes para o pagamento de todas as suas despesas de custeio e investimento, conforme ANDIFES, 2004.

No período de 1995-2001, as 54 instituições federais de educação superior, então existentes perderam 24% dos recursos para custeio (pessoal, água, luz, telefone e materiais diversos) e 27% de recursos para investimento em salas de aulas, laboratórios, computadores e acervos bibliográficos. (ANDIFES, 2004, s.p.)

Nesse cenário de expansão da educação privada, as Instituições públicas perderam espaço para as particulares, que no século XXI dominavam em quantidade o cenário educacional. Conforme apresenta Catani (2006, p.47).

O lugar das universidades públicas nas políticas e projetos nacionais foi, aos poucos, perdendo importância, pois sua imagem era associada à ineficiência, ao excesso de burocratização, ao desperdício de dinheiro público e área de produção das desigualdades educacionais e sociais.

A promulgação da lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprova em seu anexo, o Plano Nacional de Educação (PNE), também contribui para a expansão da educação superior na rede privada, pois cria condições legais, políticas e ideológicas para o crescimento das IES de caráter particular.

No início do século atual, no cenário político, um novo governo assume a gestão federal, presidido por Luís Inácio Lula da Silva, que perdura no cargo por 02

(dois) mandatos (2003-2006 e 2007-2010). Esse novo governo, implementa reformas nas políticas educacionais, com vistas à expansão do ensino superior, em especial para áreas localizadas fora das grandes capitais.

No primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006), há a nomeação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), incumbido de realizar um diagnóstico situacional da Educação Superior Brasileira e posteriormente apresentar um plano de ação, que abarcasse a reestruturação, expansão e democratização das IFES.

O GTI apresentou, em dezembro de 2003, o documento “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das Universidades Federais e o roteiro para reforma da Universidade Brasileira”, que segundo o documento.

Buscou sugerir ideias para enfrentar a crise atual das universidades federais e orientar o processo de reforma da universidade brasileira, para fazer dela um instrumento decisivo da construção do Brasil ao longo do século XXI. (BRASIL, 2003, p.1).

O documento apresentado pelo GTI aponta estratégias, para o alcance da expansão a destacar: ensino a distância, aumento de alunos por sala, disponibilização de recursos para manutenção e investimento em infraestrutura e laboratório, sendo esse último um dos piores pontos por que passava as universidades. O GTI afirma a necessidade do governo repassar recursos, bem como aumentar o valor repassado para as IFES, conforme custo financeiro apresentado na tabela abaixo.

Tabela 1 - Custo financeiro para enfrentar a emergência das universidades federais e dobrar o número de alunos (em R\$ 1.000,00).

	2004	2007
Completar quadro de professores	183.000	733.000
Incorporar potencial de aposentados doutores	61.000	61.000
Manutenção	202.000	808.000
Investimento	341.000	---
Pós-Graduação	195.000	195.000

FONTE: Grupo de Trabalho Interministerial para reforma universitária, 2003.

Os valores do custo financeiro apresentado pelo GTI na tabela 01 correspondiam apenas ao necessário para cobrir as demandas emergenciais da época, sem levar em consideração as despesas com infraestrutura, diante da dificuldade orçamentária para cobrir esses custos.

O objetivo do projeto expansionista do governo era baseado em duas frentes, na criação de IFES desvinculadas de outras Universidades ou na injeção de recursos financeiros nos campi vinculados a IFES já existentes. No primeiro mandato governamental, são desmembradas, 06 (seis) IFES, como por exemplo, a UFRB¹ que surge a partir da Escola de Agronomia da UFBA.

No segundo mandato o governo, estabelece uma nova política de expansão educacional, baseada na reestruturação das IFES mais antigas, com possibilidade das recém-criadas também participarem. Essa nova política era delineada pelo Programa REUNI (que apresentaremos no próximo tópico) e ao final governo, são criadas 14 (quatorze) IFES, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 2. Universidades Federais criadas no período de 2003-2010

Nº	UNIVERSIDADE	LOCALIZAÇÃO
01	Universidade Federal do ABC – UFABC	Santo André – SP
02	Universidade de Alfenas – UNIFAL	Alfenas – MG
03	Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM	Uberaba- MG
04	Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM	Diamantina- MG
05	Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa	Mossoró – RN
06	Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR	Curitiba- PR
07	Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD	Dourados – MS
08	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB	Cruz das Almas – BA
09	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (FUFCSPA)	Porto Alegre - RS
10	Universidade Federal do Pampa – Unipampa	Bagé – RS
11	Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf	Petrolina – PE
12	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Palmas – TO
13	Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA	Santarém-PA
14	Universidade Federal Fronteira do Sul – UFFS	Chapecó- SC

FONTE: Autoria própria, criado a partir de dados do MEC/BRASIL (2005)

¹ A UFRB será descrita no item “Cenário e atores da investigação” do presente texto.

Dentro desse contexto de criação das novas IFES no Brasil, acontece em 2006 na UFBA, o Seminário Universidade Nova, idealizado pelo então Reitor da UFBA, Prof. Dr. Naomar de Almeida Filho. Oportunamente, o Governo utiliza algumas das bases do “Projeto Universidade Nova” e alia ao Programa Reuni, a exemplo da organização acadêmica curricular proposta pelo referido projeto. Sendo assim, o REUNI então sugere as universidades incorporar as suas bases à organização acadêmica curricular do referido projeto.

A organização acadêmica curricular proposta pelo “Projeto Universidade Nova” compreende a implantação de um regime de três ciclos na educação superior. O primeiro ciclo compreende o bacharelado interdisciplinar (BI), o segundo ciclo contempla a formação específica, visando às etapas de práticas profissionais e o terceiro ciclo, abrange a pós-graduação. A passagem de um ciclo para o outro, depende do aluno ser aprovado no ciclo anterior e das vagas ofertadas para o curso escolhido.

A adoção desse sistema de ciclos tem por finalidade o adiamento das escolhas profissionais precoces, fonte de prejuízos para o indivíduo e para a nação, consequentemente a diminuição da evasão do ensino superior, com a promoção da interdisciplinaridade e flexibilidade curricular, proporcionando ao aluno fazer as suas próprias escolhas. Para Almeida Filho (2007, p.265).

A introdução do regime de ciclos implicará ajuste da estrutura curricular tanto dos cursos de formação profissional quanto da pós-graduação. Além disso, novas modalidades de processo seletivo serão necessárias, tanto para o primeiro ciclo quanto para as opções de prosseguimento da formação universitária posterior. Pretende-se, dessa maneira, construir no Brasil um modelo de educação superior compatível, no que for vantajoso para o contexto nacional, como o modelo norte-americano (de origem flexneriana) e o europeu (Processo de Bolonha).

Nesse ínterim, avançaremos no próximo tópico para uma análise do programa REUNI, como política de expansão da educação superior.

2.2. O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

As discussões sobre a reestruturação das Universidades Federais nortearam o primeiro mandato do Governo LULA (2003-2006), onde há a nomeação através de portaria governamental de um Grupo Interministerial (GTI). O GTI era composto por integrantes dos ministérios de ciência e tecnologia, do planejamento, orçamento e gestão, além de representantes da Casa Civil e da Secretaria Geral da Presidência da República e tinha por objetivo, apresentar um diagnóstico da educação superior. Ao final dos trabalhos, o GTI apresenta um relatório onde, sugere uma ação que contempla a expansão, reestruturação e democratização das IFES.

Nesse contexto de novas proposições para as IFES, o executivo, envia para o Congresso o projeto de lei nº 7.200/2006, propondo a regulamentação da reforma universitária e as discussões sobre essa matéria, tomam amplitude nacional.

O MEC e a ANDIFES, no início do século XXI, em período anterior a publicação do projeto “Universidade Nova” estavam voltados para implementar programas destinados à reestruturação administrativa e curricular das Universidades. Essa intenção de reestruturação baseava-se em diagnósticos situacionais das IFES e no relatório do GTI, que apontava para o modelo ultrapassado das IFES em vigor até o ano de 2006, diante desse contexto, no ano de 2007, o REUNI é lançado oficialmente.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi instituído por meio do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, tendo por objetivo.

Criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (Brasil, 2007, p.1).

O programa, instituído através de ato unilateral do Presidente da República, inibindo qualquer forma de ação democrática, preconiza a reestruturação das Universidades. A reestruturação, ocorreria através da otimização dos recursos humanos e estrutura física, visando à ampliação e permanência na educação superior das IFES.

O REUNI constitui-se como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Governo em 24 de abril de 2007, visando melhorar todos os níveis da educação num prazo de quinze anos, através de diversas ações. As diretrizes do REUNI são disciplinadas pelo artigo 2º do decreto nº 6096/97 e demonstram as pretensões dessa proposta.

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007, p. 01)

Vale frisar, conforme estabelecido pelo MEC, “O REUNI não preconiza a adoção de um modelo único para a graduação das Universidades Federais, já que ele assume como pressuposto tanto a necessidade de se respeitar a autonomia universitária, quanto à diversidade das instituições”. (BRASIL, 2007, p.4).

O foco do REUNI é a expansão, dada à meta do PNE “Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos” (BRASIL, 2001, p. 34). Alia-se ao PDE, que diagnosticou a baixa participação das instituições públicas (municipal, estadual e federal) na oferta de ensino superior, frente à participação das instituições particulares.

Conforme dados do INEP 2007, do total das matrículas no país 4.880.396, as Instituições públicas corresponderam com 1.240.968 contra as Instituições Privadas que participam com quase o triplo 3.639.413. No entanto, observa-se uma leve inversão na taxa de matrícula, conforme dados divulgados pelo INEP no último Censo da Educação Superior, de 2011. Há um incremento das matrículas nas Instituições Públicas em 7,9% em contraposição a rede privada 4,8%, fator que o governo, já atribui como reflexo de políticas públicas, como a do REUNI.

Depois de duas décadas perdidas (1980-1990), com estagnação na oferta de lugares, estamos consolidando a expansão para dar qualidade ao ensino de nível superior. (BRASIL/MEC, 2012, s.p.).

Segundo o governo, além do PNE e PDE, o REUNI também se congregava a proposta da ANDIFES.

Em agosto de 2003 a ANDIFES formalizou junto ao Presidente Lula uma proposta para dobrar o número de alunos nas universidades Federais sem comprometer a qualidade e priorizando cursos noturnos, formação de professores para a Educação Básica e a superação das desigualdades regionais. Para alcançar estes objetivos eram necessários investimentos em infraestrutura, manutenção e pessoal. Para dar eficiência era necessário avançar na autonomia universitária. (ANDIFES, 2010, p. 8).

Sobre essa política pública governamental, debruçam-se variadas críticas, com destaque para a unilateralidade da criação do Programa REUNI, que longe de um processo democrático, foi concebido, por técnicos do MEC, com participação de representantes de outros ministérios do governo a exemplo da área econômica e apenas levado para apreciação dos Reitores das IFES. O que motivou protestos das comunidades discentes, docentes e técnicos-administrativo. Além dessas, também foram observados questionamentos com relação à estrutura da proposta, em principal, a trazida pelo § 1º do art. 1º do decreto 6096/2007.

O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2007, P. 01).

Nesse ponto os questionamentos pautam-se sobre o tipo do ensino a ser ofertado, pois se pretende com o REUNI a elevação da relação professor-aluno de 13,2, dados do ano de 2006 (anterior ao REUNI), para 18 alunos por professor. Onde, o docente, deverá continuar com as suas atividades de pesquisa e extensão. Diante disso, teme-se a perda da qualidade frente à massificação, prejuízos no acompanhamento didático-pedagógico em principal nos cursos com aulas práticas de campo, laboratório ou hospitais. Outra preocupação se refere à possibilidade do decréscimo nas pesquisas, pois o REUNI prevê um incremento orçamentário nas universidades para contratação de professor menor que 20% (§ 1º inciso III decreto 6096/97), ao passo que a relação Professor aluno é de 73,33% em comparação ao ano de 2006.

No ano de 2007, o governo institui a portaria normativa interministerial nº 22 de 30 de abril, que vem colaborar com o processo de expansão das universidades.

Esta portaria trata da figura do professor equivalente nas universidades federais, conforme disciplina o art. 6º da portaria.

As novas autorizações para contratação de docentes, correspondentes à expansão das universidades federais, serão expressas em professores-equivalente, por acréscimo ao banco constituído na forma desta Portaria. (Brasil, 2007, p. 2).

Os professores equivalentes possuem um regime de trabalho com carga horária e funções diferenciadas dos professores com dedicação exclusiva, sendo aqueles, contratados exclusivamente para atividades de ensino. Nesse ponto, percebe-se uma demonstração da quebra do tripé universitário: pesquisa, ensino e extensão. Tais medidas causaram reação entre professores, técnicos e principalmente entre os estudantes.

Em 25 universidades federais, houve tumulto e violência em reuniões de conselhos universitários; 14 reitorias foram invadidas; 9 dessas ocupações somente terminaram mediante emissão de mandados judiciais de reintegração de posse. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p.135)

As discussões sobre o REUNI se estenderam por todas as categorias, que estabeleciam o diálogo sobre as bases do Programa. O ex-presidente da Andifes e ex-Reitor da Universidade Federal de Uberlândia (UFV), Arquimedes Ciloni, avaliou em 2008 que o incremento de matrículas de discentes não se refletiria necessariamente em queda na qualidade do ensino. Segundo ele,

Além da verba para contratar mais professores e técnicos administrativos que deem sustentabilidade ao projeto acredito que o número de alunos por professor é razoável para a realidade das universidades federais. Ainda que haja um aumento expressivo, os professores vão dar conta e os acordos serão integralmente cumpridos. (ASCOM, UFCG, 2008)

O representante da direção nacional da Federação dos Sindicatos dos Servidores das Universidades Públicas Brasileiras (FASUBRA), durante o IV Encontro Nacional de Técnicos Administrativos das Universidades Brasileiras – BSB, que ocorreu no período de 19 a 21/06/08, para debater dentre outras discussões, sobre Políticas para promoção da igualdade racial e ações afirmativas, tratou sobre o REUNI.

Sobre o Reuni, esclareceu que a FASUBRA tem posição congressual não contrária, mas com restrições ao projeto por entender que há pontos que precisam ser mais debatidos. (FASUBRA, 2008).

Segundo o 1º Secretário do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES – SN) da Regional Nordeste III, o Professor da UFRB, Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro, a ANDES não é contrária ao REUNI e sim ao “predialismo”. O sindicato se preocupa com as questões relativas à estrutura física construída, com questões que vão desde ao término das edificações até a manutenção, pós Reuni.

O Programa também recebeu críticas positivas, onde os defensores se apoiavam nos tempos prósperos que as universidades iriam começar a viver após longos anos de escassez (década de 90 e início do século XXI). A promessa de investimentos para a contratação de professores, técnicos, aplicação na infraestrutura e laboratórios, trariam uma perspectiva positiva para as Universidades para os próximos anos, pós-REUNI.

Apesar das críticas, manifestações e desconfianças por parte de algumas universidades e categorias, o texto do REUNI foi mantido na íntegra e seguindo o cronograma pré-estabelecido pelo MEC para as negociações com as Universidades.

A adesão ao Programa ocorreu de forma plena, onde todo o conjunto das universidades do país, num total de 54 integrou à proposta. Acredita-se ser o fator decisivo para adesão integral, o compromisso governamental de incremento nas dotações orçamentárias e a autorização para abertura de concurso público para contratação de docentes e técnicos, frente à precariedade que passava as universidades.

O instrumento utilizado para descentralização orçamentária foi o contrato de gestão, instrumento tipicamente gerencial, que para Pietro (2009, p.07).

Vale dizer que as empresas que celebrassem o contrato de Gestão ficariam com maior autonomia para decidir sobre todos os aspectos referidos nesse dispositivo.

Deste modo, as universidades receberiam as demais parcelas acordadas no projeto REUNI se cumprissem as metas assumidas. Além disso, os desembolsos estavam condicionados à capacidade orçamentária do MEC. Nesse ponto, verificamos que o dever estatal de garantir os meios para a educação superior é abnegado, sendo esse dever repassado para as próprias universidades. Se elas não cumprissem o acordo, não receberiam recursos e o Estado não teria o dever de subsidiar a educação, pelo menos durante os 5 (cinco) anos que perdurasse o

projeto REUNI (2008-2012), ferindo dessa forma, um dever constitucional e a autonomia universitária.

O compromisso orçamentário assumido pelo MEC com o REUNI foi da ordem de dois bilhões de reais para os investimentos projetados para o período de 2008 a 2011 (BRASIL, 2007, p.13) haja vista que, a adesão das universidades brasileiras ao programa REUNI foi integral. A previsão orçamentária detalhada para o período é destacada na tabela 3 (três) a seguir.

Tabela 3 – Previsão de acréscimo orçamentário a partir do REUNI para ser rateado entre as IFES

Previsão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto nº 6.096/2007 (valores em milhares de reais)					
Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Investimento	305.843	567.671	593.231	603.232	
Custeio/Pessoal	174.157	564.247	975.707	1.455.707	1.970.205
Total	480.000	1.131.918	1.568.938	2.048.939	1.970.205

FONTE: BRASIL, 2007, p.13.

No ano de 2009, em reunião realizada na ANDIFES, o MEC apresentou os critérios para repactuação, ou seja, utilização dos recursos que não foram executados no período anteriormente previsto. O montante foi de R\$ 1,2 bilhão de reais, referente a 50% da base originária do REUNI montante que será incorporado no orçamento das IFES a partir de 2012 e distribuído pela matriz ANDIFES.

Em 2010 a alocação de recursos do Reuni (pactuado e repactuado) seguiu a seguinte regra: as Ifes que executaram acima de 40% dos recursos de custeio e capital em 2009 terão em seu orçamento 100% do Reuni pactuado e 28,5% do repactuado. Aquelas que executaram menos que este percentual terão em seu orçamento 70% do pactuado no Programa. Os 30% restantes do pactuado bem como os 28,5% do acordo de repactuação devidos a cada instituição ficarão no orçamento do MEC e serão disponibilizados via descentralização de créditos em 2010. (BRASIL/ MEC, 2007, s.p.)

A adesão das IFES ao REUNI não foi garantia da liberação integral dos recursos financeiros, pois muitas Universidades não conseguiram utilizar o orçamento de forma integral.

Após a exposição das concepções, proposições do REUNI, bem como a sua repercussão num contexto amplo, em nível federal, no capítulo quarto adentraremos ao REUNI no contexto da UFRB. Antes, porém, no próximo capítulo serão apresentadas as premissas metodológicas utilizadas na pesquisa.

3. PERCURSO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

Para a consecução do objeto de estudo nessa pesquisa científica, foi necessário traçar um percurso de investigação que desse conta de abranger os objetivos que sustentam o problema de pesquisa. Dessa forma, no capítulo em questão descrevemos as etapas metodológicas que realizamos, bem como os instrumentos que serão utilizados. O capítulo está organizado em quatro seções. Na primeira seção são descritos os pressupostos teórico-metodológicos, a segunda seção abarca o cenário e atores da investigação, a terceira compreende os procedimentos e instrumentos de pesquisa e na quarta seção, encerramos apresentando as perspectivas de análise e interpretação dos dados.

3.1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Em um sentido etimológico pesquisa vem do latim (*pesquiro*) e significa “procurar; buscar com cuidado; procurar por toda parte; informar-se; inquirir, perguntar, indagar bem, aprofundar na busca” (SILVA, 2008, p. 35). No senso comum, o termo pesquisa muitas vezes é utilizado para se referir ao “ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa” (GATTI, 2007, p.9).

A terminologia pesquisa científica pode ser definida como “um processo dinâmico e evolutivo, composto por inúmeras etapas que podem ser desenvolvidas ou não em sequência, com o objetivo de solucionar problemas ou produzir conhecimento e teorias” (SAMPIERI, COLLADO; LUCIO, 2006, p. 236). Já na visão de Gil (2007, p.17), “pesquisa é um procedimento sistemático que objetiva solucionar problemas quando não se dispõe de informações, ou quando as informações disponíveis estão desordenadas”.

Para o desenvolvimento de todas as fases dessa pesquisa se faz necessário à utilização de métodos científicos adequados ao objeto da pesquisa. Etimologicamente, a palavra método deriva do latim *methodus* e do grego *methodos*, cujo significado é “[...] o caminho através do qual se procura chegar a algo ou um modo de fazer algo”. (TURATO, 2003, p. 149).

O método deve ser entendido de uma forma ampla, como um percurso para o alcance dos objetivos do projeto de pesquisa e o conhecimento científico. Conforme

entendimento de Gil (1999, p.26) “Pode-se definir método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

O método científico visa desvendar a realidade e quando essa for descoberta deve orientar o método. “O método científico, mesmo no campo das ciências sociais, deve ser aplicado de modo positivo, e não de modo normativo, isto é, a pesquisa deve preocupar-se com o que é, e não com o que se pensa que deve ser.” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2010, p. 28-29).

Quanto a sua natureza esta pesquisa é classificada como qualitativa. A abordagem qualitativa surgiu a cerca de 30 (trinta) anos e vem se afirmando como uma importante abordagem, em especial no campo das Ciências Sociais. Conforme define Beuren (2008, p. 92) “Pesquisa qualitativa proporciona análises mais aprofundadas do que as de um estudo quantitativo”. Nesse tipo de pesquisa, a representatividade numérica perde espaço e o foco é o fenômeno social, o aprofundamento da compreensão a partir da situação de um grupo social.

A presente pesquisa quanto ao tipo adota a Pesquisa Exploratória e Descritiva Documental. O estudo exploratório tem essa denominação, para Vergara (2007, p.46) “por se tratar de pesquisa em área pouco conhecida, em que o objetivo é explorar a área e construir ou fazer construir novas teorias a partir da situação”.

Segundo Severino (2007, p.123) “A Pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mantendo as condições de manifestações desse objeto”.

De acordo com Gil (2007, p.43) “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Rudio (2004, p.56) afiança que “Ainda quanto aos fins, à pesquisa traz o enfoque descritivo, pois observa, classifica e interpreta fatos, deseja conhecer a natureza do fenômeno, sua composição, processos que o constituem ou nele se realizam”.

O método descritivo “tem como objetivo principal expor as características de determinada população ou de um acontecimento e tem como característica

marcante a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados”. (GIL, 2007, p.44).

“A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros” (CELLARD, 2008 p.298).

A pesquisa também é documental, “pois se caracteriza por ser fonte de coleta de dados restrita a documentos escritos ou não escritos, constituindo o que se chama de fontes primárias”. (MARCONI; LAKATOS, 2003 p.174).

Observa Gil (2007, p.45) que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Já para Cervo; Bervian; Silva (2007, p.61-62).

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Na pesquisa documental são investigados documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características.

3.2. CENÁRIO E ATORES DA INVESTIGAÇÃO

O campo de investigação é a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com foco para as políticas de expansão dos cursos de graduação imbricada ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Buscamos enfocar a experiência do programa REUNI na UFRB, no que pesam os processos de interiorização do ensino superior e, principalmente, a expansão dos cursos de graduação, nos ditames da quantidade e número de vagas para o acesso dos alunos pleiteantes. No intuito de caracterizar o cenário da pesquisa, apresentamos um breve histórico da criação da UFRB.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Instituição Federal de Ensino Superior, criada em 2005, é a única IFES na Bahia fora da Capital e que apesar de nova, possui uma descendência no primeiro Instituto Imperial de Agricultura Baiano, fundado pelo Imperador Dom Pedro II, no século XIX em 1859.

O Governo Imperial, em meio a tantas outras opções se voltou para o estabelecimento de medidas para o impulsionamento da agricultura e nesse sentido

funda em 1859 o Imperial Instituto Baiano de Agricultura (IIBA). O autor Rezende situa a criação desse Instituto no contexto histórico:

A criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura está inserida no contexto de uma política de recuperação da agricultura em Crise (...) Na sessão inaugural é aprovado o Estatuto do Imperial Instituto, além de serem nomeados, entre os sócios já inscritos, os membros da diretoria e do conselho fiscal. A reunião termina com o quadro do Instituto composto por 104 sócios efetivos e sete sócios honorários. A organização administrativa básica resume à diretoria e o conselho fiscal, cujos poderes são limitados pelo Presidente do Instituto e pelas assembléias gerais dos quais participam todos os sócios (REZENDE, 2009, p.14-15).

O Instituto Imperial de Agricultura Baiano, um ano após a sua inauguração, passou a reivindicar uma escola responsável pelo ensino prático da agricultura e faz a solicitação oficialmente ao Imperador Pedro II, que concede a autorização em 1863. O Instituto se instala na cidade de São Francisco do Conde, no Engenho de Lages e a Imperial Escola Agrícola da Bahia fica sob a subordinação diretiva do Instituto Baiano de Agricultura. Continua Rezende, ao escrever sobre sua instalação,

Inaugurava-se assim a mais antiga escola superior de agricultura da América do Sul predecessora da atual Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (...) o campus era composto de um edifício destinado à moradia e as atividades pedagógicas dos alunos, das casas dos professores, de área externa destinados a trabalhos práticos (...) o edifício principal possui 02 andares (...) a biblioteca possuía 1.517 obras em 3.813 volumes (...) o seu primeiro diretor foi Artur Cesar Rios (...). Em 1877, possuía 57 alunos matriculados, sendo 19 no curso superior de agronomia e 38 no elementar, (...) apenas dez se formaram no dia 23 de janeiro de 1881. (REZENDE, 2009, p.20).

No ano de 1905 ela passa a ser controlada pelo Estado e em 1911, sob o domínio do Governo Federal, passa a se chamar Escola Média Teórica e Prática de Agricultura, Rezende (2009, p.29-30), faz o relato desse período.

Em 1904, diante da agonia da Escola, o Governador do Estado (...), cogitava da avocação da Instituição passando para o domínio do Estado da Bahia todos os bens da Escola (...) Em 1911, alegando falta de recursos financeiros, (...) O Estado da Bahia entregou o Instituto Imperial Agrícola (...) ao Governo Federal, que (...) criou, (...) a Escola Média Teórica-Prática de Agricultura, ou Escola Agrícola da Bahia, que teria por finalidade a educação profissional em nível médio, aplicada à agricultura, zootecnia, veterinária e às indústrias rurais. O curso teria duração de três anos (...), a Escola contava apenas de 24 alunos, (...) Em 1911, apenas 16 foram aprovados nas disciplinas. O acesso da biblioteca da Escola, que antes era de dez mil livros, passou em 1911 para 4.720 livros.

Em 1916, a Escola encerra as suas atividades e os alunos são transferidos para a Escola de Agricultura do Rio de Janeiro. Em 1919 a Escola Agrícola da Bahia é reaberta e em 1920 começa a oferecer curso superior. Na década de 30 é transferida para capital da Bahia e no ano de 1943 é transferida para a cidade de Cruz das Almas, município localizado no interior da Bahia, a cerca de 146 km da cidade de Salvador.

A Escola Agrícola da Bahia só adquiriu certa estabilidade e normalidade em seu funcionamento a partir da década de 1930 (...), foi transferida para Salvador e em 1943 para a cidade de Cruz das Almas, onde funciona atualmente a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. (REZENDE, 2009, p. 31).

A transferência da Escola Agrícola da Bahia para Cruz das Almas ocorreu de fato em 1943, onde passa a ser chamada de Escola de Agricultura e Medicina Veterinária da Bahia e posteriormente passa a ser chamada de Escola Agrônômica da Bahia (EAB). Foi presidida pelo Diretor do Departamento de Indústria Animal, Landulfo Alves, natural do recôncavo baiano, da cidade de Santo Antônio de Jesus, agrônomo, formado pela Escola de São Bento das Lages que com o apoio do ex-prefeito de Cruz das Almas, Lauro de Almeida Passos, inicia a aquisição das terras para a construção da Escola.

Deveria ser uma escola-campo e possuir todas as condições para transmitir os conhecimentos da agronomia geminados à pesquisa de laboratório, à prática agrícola e a pecuária. Para construí-la, comprou fazendas no município de Cruz das Almas e nelas construiu prédios para a administração, salas de aula e laboratórios, casa residenciais para Professores e estudantes, campos para lavouras, pocilgas e pastos (REZENDE, 2009, p. 35).

No final da década de 60 do século XX, especificamente no ano de 1968, a Escola de Agronomia da Bahia, passa a fazer parte da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que possuía a Reitoria e demais unidades administrativas, estruturas laboratoriais e sedes dos cursos, localizados na capital do Estado, na cidade de Salvador.

No século XXI, no ano de 2003, o projeto de lei que autoriza a criação da segunda universidade federal é aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e seguia para aprovação das demais comissões do Senado e veto do presidente. Rezende expõe os argumentos utilizados por representantes da

bancada da Bahia no Congresso, para justificar a criação de mais uma Universidade no Estado.

(...) a Bahia é o quarto estado brasileiro em população, com 13 milhões de habitantes, e tem, proporcionalmente, o menor investimento federal em educação superior. Enquanto a Bahia só tem uma universidade federal, Minas Gerais possui quatro. (REZENDE, 2009, p. 40).

A história de criação de uma segunda Universidade Federal na Bahia era um “clamor social da sociedade baiana” em especial das regiões do Recôncavo. A Bahia possuía até o ano de 2004, conforme Censo da Educação Superior, apenas cinco Universidades públicas, sendo 04 (quatro) estaduais e 01(uma) federal, localizada na capital do estado e como muitas das famílias, não tinham condições de manter os estudos dos filhos na capital, muitos jovens não completavam o ensino superior na Bahia.

No ano de 2005 através de novas políticas públicas de interiorização e expansão do ensino superior adotada pelo Governo Federal, há o desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA e é fundada a UFRB. A lei 11.151 de 29 de julho de 2005 dispõe sobre a criação da Universidade que possui sede e foro no município de Cruz das Almas.

A UFRB possui um modelo multicampi, com unidades instaladas nas cidades de: Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus. Possui autonomia, para gestão administrativa, financeira, patrimonial e didático-pedagógica. Conforme o site da Instituição o modelo multicampi, possui os seguintes objetivos e princípios.

Como objetivo principal explorar o potencial sócio-ambiental de cada espaço do Recôncavo bem como servir de pólo integrador, tendo como base de sustentação os seguintes princípios: 1. Cooperação com o desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico, cultural e artístico do Estado e do País e compromisso com o desenvolvimento regional; 2. Criação de marcos de reconhecimento social, oriundos dos serviços especiais prestados no atendimento da população; 3. Gestão participativa; 4. Uso de novas tecnologias de comunicação e de informação; 5. Equidade nas relações entre os campi; 6. Desenvolvimento de um ambiente capaz de viabilizar a educação à distância; 7. Processo de avaliação institucional permanente; 8. Adoção de políticas afirmativas de inclusão social. (UFRB/ASCOM, 2012).

O modelo de multicampia adotado pela UFRB é diferente da maioria das Universidades Brasileiras, em principal devido à distribuição geográfica relativamente curta entre os Centros de Ensino da UFRB.

No município de Cruz das Almas, está localizada a sede da Universidade no prédio central, onde também ficam instalados as Pró-Reitorias da Universidade, que trabalham para estimular a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de 02 (dois) centros de ensino, o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e o Centro de Ciências Exatas e da Terra (CETEC).

O CCAAB possui 09 (nove) cursos de graduação e 11 (onze) de Pós-Graduação (especialização, mestrado e doutorado), que juntos totalizam 2490 alunos ativos, conforme dados da Superintendência de Registros Acadêmicos (SURREAC) em 27/08/12. Segue abaixo tabela com listagem de cursos e quantidade de alunos por curso.

Tabela 4- Número de estudantes matriculados no CCAAB semestre de 2012.1 ativos em 27/08/12

Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas- CCAAB		
Curso	Matriculados	Ativos
Agronomia	453	484
Bacharelado em Biologia	216	221
Engenharia de Pesca	159	164
Engenharia Florestal	227	232
Licenciatura em biologia (noturno)	235	253
Medicina Veterinária	240	256
Tecnologia em Agroecologia	92	104
Tecnologia em Gestão de Cooperativas (noturno)	155	172
Zootecnia	174	182
Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (Pós-Graduação)		
Doutorado em Engenharia Agrícola	2	2
Doutorado em Ciências Agrárias	47	57
Mestrado em Engenharia Agrícola	1	1
Mestrado em Ciência Animal	46	60
Mestrado em Ciências Agrárias	58	88
Mestrado em Microbiologia Agrícola	31	45
Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais	36	43
Mestrado em Solos e Qualidade dos Ecossistemas	31	36
Especialização em Tecnologia Social	25	29
Mestrado Profissional em Defesa Agropecuária	21	21
Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	39	40
Total	2288	2490

FONTE: SURREAC, 2012.

O CETEC possui 04 (quatro) cursos de graduação e 01 (um) de Pós-Graduação (mestrado), que juntos totalizam 989 alunos ativos, conforme dados da Superintendência de Registros Acadêmicos (SURRAC) em 27/08/12, segue abaixo tabela com listagem de cursos e quantidade de alunos por curso.

Tabela 5 – Número de estudantes matriculados no CETEC semestre de 2012.1 ativos em 27/08/12

Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - CETEC		
Curso	Matriculados (Ativos)	Ativos
Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas	549	644
Engenharia Civil	7	7
Engenharia Mecânica	8	8
Engenharia Sanitária e Ambiental	304	316
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (Pós-Graduação)		
Mestrado Profissional em Matemática	14	14
Total	882	989

FONTE: SURRAC, 2012.

Na cidade de Santo Antônio de Jesus, localizada a 193 km de distância da cidade de Salvador e 41,2 Km de distância da cidade de Cruz das Almas, está localizado o Centro de Ciências da Saúde (CCS).

O CCS possui 04 (quatro) cursos de graduação e 01 (um) de Pós-Graduação (especialização), que juntos totalizam 945 (novecentos e quarenta e cinco) alunos ativos, conforme dados da Superintendência de Registros Acadêmicos (SURRAC) em 27/08/12, conforme tabela, com listagem de cursos e quantidade de alunos por curso.

Tabela 6 – Número de estudantes matriculados no CCS semestre de 2012.1 ativos em 27/08/12

Centro de Ciências da Saúde - CCS		
Curso	Matriculados (Ativos)	Ativos
Bacharelado Interdisciplinar em Saúde	215	224
Enfermagem	235	244
Nutrição	228	231
Psicologia	233	244
Centro de Ciências da Saúde (Pós-Graduação)		
Residência em Nutrição Clínica	2	2
Total	913	945

FONTE: SURRAC, 2012.

Na cidade de Amargosa, localizada a 238 km de distância da cidade de Salvador e 85,9 km de distância da cidade de Cruz das Almas, está localizado o Centro de Formação de Professores (CFP).

O CFP possui 08 (oito) cursos de graduação e 02 (dois) de Pós-Graduação (especialização) e abriga o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) com 03 (três) cursos, que juntos totalizam 1548 (mil quinhentos e quarenta e oito) alunos ativos, conforme dados da Superintendência de Registros Acadêmicos (SURRAC) em 27/08/12, conforme tabela, com listagem de cursos e quantidade de alunos por curso.

Tabela 7 – Número de estudantes matriculados no CFP semestre de 2012.1 ativos em 27/08/12
Centro de Formação de Professores - CFP

Curso	Matriculados (Ativos)	Ativos
Educação Física	122	127
Filosofia (noturno)	154	176
Física	101	112
Letras (Libras) (noturno)	80	91
Matemática	170	193
Pedagogia	177	191
Pedagogia (noturno)	140	157
Química	113	118
Centro de formação de Professores (Pós-Graduação)		
Especialização em Educação no Campo	0	49
Educação em Interdisciplinaridade	0	19
Plano Nacional de Professores - PARFOR		
Licenciatura em Ciências da Natureza	45	91
Licenciatura em Matemática	63	100
Licenciatura em Pedagogia	116	124
Total	1281	1548

FONTE: SURRAC, 2012.

Na cidade de Cachoeira, localizada a 133 km de distância da cidade de Salvador e 34,8 km de distância da cidade de Cruz das Almas, está localizado o Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL).

O CAHL possui 08 (oito) cursos de graduação e 03 (três) de Pós-Graduação (especialização), que juntos totalizam 1861 (mil oitocentos e sessenta e um) alunos ativos, conforme dados da Superintendência de Registros Acadêmicos (SURRAC) em 27/08/12, conforme tabela, com listagem de cursos e quantidade de alunos por curso.

Tabela 8 – Número de estudantes matriculados no CAHL semestre de 2012.1 ativos em 27/08/12

Centro de Ares Humanidades e Letras (CAHL)		
Curso	Matriculados (Ativos)	Ativos
Artes Visuais	102	107
Ciências Sociais	157	172
Cinema e Audiovisual	178	187
Comunicação	158	177
Gestão Pública	120	128
Licenciatura em História	137	154
Licenciatura em História (noturno)	166	176
Museologia	184	200
Serviço Social (diurno)	165	178
Serviço Social (noturno)	117	123
Centro de Ares Humanidades e Letras (Pós-Graduação)		
Especialização em História da África	148	184
Especialização em Teoria e Método da História	0	35
Mestrado em Ciências Sociais	38	40
Total	1670	1861

FONTE: SURRAC, 2012.

A UFRB já dispunha do prédio Central onde estão localizadas a Reitoria e as Pró-Reitorias e três outros prédios, onde eram ministradas as aulas para os alunos da Escola de Agronomia. Com a criação da UFRB, a Instituição recebeu recursos financeiros para instalação e recursos do REUNI, que contribuiu para a construção e reforma de prédios em todos os 4 (quatro) campi da Universidade.

A UFRB busca desde a sua criação “ser o elo temporal de preservação do passado, ação do presente e construção do futuro (UFRB/ASCOM, 2009, s.p.)”, pois possui uma ancestralidade imperial e uma função de redesenhar o ocorrido no seu passado histórico e na atualidade, visando dentre outras funções, o desenvolvimento regional.

Nesse contexto de mutação para desenvolvimento é que a UFRB envia o projeto intitulado Plano de Consolidação Acadêmica (PCA) para participação no REUNI e define as suas metas e ações para o período de 2008-2012. O objetivo geral do Programa REUNI da UFRB é melhorar as condições do ensino de graduação com qualificação na oferta de cursos visando principalmente à elevação da taxa de sucesso. Ainda no projeto encaminhado observamos:

A UFRB vê o REUNI como uma oportunidade para a consolidação da Instituição, auxiliando no planejamento e na sua expansão qualificada, visando garantir melhor qualidade do seu ensino e a qualificação pedagógica dos seus docentes, a investir em infra-estrutura e pessoal, melhorando as condições financeiras e estruturais capazes de viabilizar o ideário e a missão institucional. (UFRB, 2007, p. 06)

Analisando o PCA, aliado ao referencial teórico, as falas dos entrevistados e a nossa visão de pesquisadora, apresentaremos a seguir, uma espécie de radiografia do REUNI da Graduação na UFRB, procurando apreender os devires da educação superior interiorizada.

Conhecido o cenário da investigação e as nuances preliminares, rumamos para a escolha dos sujeitos da investigação. De acordo com Gil (2009) os participantes da pesquisa, não devem ser escolhidos por acaso, deve-se localizar pessoas ligadas à organização do objeto de estudo que sejam capazes de proporcionar respostas às questões definidas no protocolo e o processo de escolha deve ocorrer depois de já se ter avançado na pesquisa.

Os sujeitos dessa pesquisa estão divididos em 04 (quatro) categorias que se seguem: 1) os representantes da Administração Central (Reitor, Vice-Reitor, Coordenadora Institucional do Reuni da UFRB e a Pró-Reitora de Graduação), sendo esses chamados de AC. Aplicamos para esse grupo, a entrevista semiestruturada, com a utilização do roteiro de entrevista, que nos permitiu colher o maior número de informações. 2) Diretores de Centro da UFRB (chamados de D) e 3) Representantes Docentes ou Sindicais (chamados de RD/S) esses dois grupos, aplicamos em parte a entrevista semi-estruturada e com outros, devido a contratempo, aplicamos o questionário por e-mail. Não conseguimos contatar um Diretor de um Centro, apesar de ligarmos e mandarmos e-mail. 4) Estudante (um de cada Centro) que fossem articulados com o DA de cursos de graduação, chamado na pesquisa de E. Devido ao período de final de semestre letivo, não conseguimos contatar, um estudante de um centro.

No intuito de preservar o sigilo da fonte, utilizamos siglas para cada grupo de sujeito, enumerando-os de 1 (um) a 4 (quatro) conforme descrito anteriormente. Os motivos que nos levaram a escolher esses sujeitos estão discriminados abaixo.

- a) Reitor da UFRB: Foi escolhido como sujeito dessa pesquisa por ser o responsável Institucional e ter assinado como representante legal da

Universidade a proposta Institucional encaminhada para o Ministério da Educação (MEC) para adesão ao Programa REUNI, se comprometendo, com todo o planejamento das ações Institucionais previstas no projeto.

- b) Vice-Reitor da UFRB: Foi escolhido como sujeito dessa pesquisa por ser o ordenador de despesas da Universidade e responsável legal por todo o comprometimento e compromisso financeiro da Instituição, além de ser o substituto direto do Magnífico Reitor em caso de sua ausência e responder solidariamente por todas as ações administrativas efetuadas pelo primeiro.
- c) Pró-Reitora de Graduação: Foi escolhida como sujeito dessa pesquisa por ser, conforme previsto no sitio da PROGRAD: a coparticipante das decisões políticas e programáticas da Universidade, especialmente daquelas diretamente relacionadas com o ensino, pesquisa e a extensão na Graduação, foco dessa pesquisa.
- d) Coordenadora Institucional do Reuni da UFRB: Foi escolhido como sujeito dessa pesquisa por ser o interlocutor da UFRB com o MEC no tocante ao Programa REUNI.
- e) Diretores de centro de ensino: Foram escolhidos, pois, coordenam as atividades dos Centros de ensino da UFRB e foram os responsáveis por enviar para a Administração Central da Universidade as propostas dos Centros, prevendo novos cursos de graduação para construção do Plano de Consolidação Acadêmica da Instituição para adesão ao REUNI. Devido à função que assumem, podiam relatar os sentimentos dos representantes da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos) com relação ao Programa Reuni da UFRB e transmitir a suas vivências com a adesão e gestão do Programa.
- f) Representantes Docentes ou Sindicais: Foram escolhidos, pois são os representantes dos docentes da UFRB.
- g) Estudantes: Foram escolhidos 01 (um) estudante de cada Centro, com o pré-requisito que os mesmos fossem articulados com os Diretórios Acadêmicos de cursos de graduação. No intuito de poderem exprimir os sentimentos dos demais estudantes do Centro com o REUNI da UFRB, posto que, a pretensão do REUNI era alargar o ingresso de novos estudantes.

3.3. PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Na pesquisa, a princípio realizou-se um levantamento bibliográfico visando compreender a Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior, bem como a Política do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tomando como referência diferentes conceitos e posicionamentos teóricos acerca desses temas, além da compreensão do processo de criação, implantação e expansão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

No segundo momento, foi realizada a pesquisa documental, conforme explicitado por (Gil 2002, p.45): “Uma das principais vantagens de uma pesquisa fundamentada em análises documentais é permitir ao investigador a cobertura de uma gama de informações muito mais amplas que poderia se pesquisar diretamente através de leis, artigos e censos”.

Tornando-se importante frente ao objeto de estudo necessitar de diversas informações que se encontram dispersos no âmbito institucional e que são seguras com relação a sua procedência. Conforme nos lembra Cellard (2008, p. 301) “é importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida.”

A finalidade da coleta de dados é a análise dos acontecimentos, com vistas à geração do conhecimento e a solução do problema de pesquisa através da descrição de fatos, interações, situações e experiências. (SAMPIERI, COLLADO, LUCIO, 2006). Nesse contexto, os dados da pesquisa foram coletados através de entrevistas semiestruturada, roteiro para análise documental e questionário.

As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas na busca de informações dos Gestores Institucionais envolvidos na formulação e implantação do REUNI na UFRB, a destacar: Os Representantes da Administração Central, parte dos Diretores de Centro e parte dos Representantes Docentes ou Sindicais. Para Gil, (2007, p.117) “Entrevista é uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. Esse tipo de entrevista permitirá um diagnóstico e trará orientações importantes para a pesquisa. Bogdan e Biklem (1994, p.134) descrevem as entrevistas como “estratégia dominante para recolha de dados, seja de forma

isolada ou em conjunto com outros procedimentos de coleta de dados, como, por exemplo, análise de documentos”.

Na pesquisa realizada, as entrevistas semiestruturadas foram aplicadas com outros instrumentos, a exemplo de questionários e procedimentos de pesquisa visando:

- Obter informações sobre as políticas públicas adotadas para cumprimento das metas pactuadas no Projeto REUNI da UFRB;
- Captar dados sobre a evolução da UFRB após a adesão ao REUNI do ponto de vista do número de cursos e vagas;
- Levantar elementos tácitos às percepções dos sujeitos dessa pesquisa a respeito da inserção da UFRB no REUNI, do ponto da ampliação ao acesso a Educação Superior, estruturação e expansão qualificada da UFRB.

Nesses termos as entrevistas buscaram captar a percepção dos Gestores Institucionais, sujeitos da pesquisa, sobre a adesão da UFRB ao REUNI, onde cada entrevistado(a) dispunha de um roteiro de entrevista prévio (apêndices A, B, C, D, G), elaborado anteriormente. As entrevistas na maioria das vezes ocorreram nos prédios em que os entrevistados exercem as suas atividades, em salas ou gabinetes de professores. Na grande maioria não tivemos problemas com interferências, pois agendamos as entrevistas com antecedência e o entrevistado estava a nossa disposição.

Na pesquisa também foi utilizada à técnica de aplicação de questionários (apêndices E, F, C, H), que segundo Gil (1999, p.128) tem “por objetivo o conhecimento de opiniões, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc. Os questionários na maioria das vezes são propostos por escrito aos respondentes”.

Os tipos de questionário variam em: aberto, fechado e semiaberto, conforme o tipo de questão aplicada. Na presente pesquisa, foram aplicados questionários com os Estudantes, do tipo semiaberto, possibilitando que os entrevistados pudessem imprimir opinião com relação a cada questionamento. No intuito de dirimir possíveis dúvidas, estávamos presentes no momento em que o entrevistado respondeu as perguntas, no Centro de origem dos discentes.

Como tivemos dificuldades de aplicar a entrevista semiestruturada com parte dos Diretores e Representantes Docentes ou Sindicais, também optamos por aplicar o questionário semiaberto, para que os mesmos tivessem possibilidade de destacar os seus sentimentos acerca dos questionamentos. Como ocorreu com o grupo de estudantes também estávamos presentes no momento do preenchimento dos questionários, que foram respondidos nos gabinetes dos docentes ou na sala de professores de cada Centro que o Diretor ou o Docente atua.

A utilização do roteiro para análise documental visou complementar as informações que serão obtidas através das observações e das entrevistas semiestruturadas.

Para Bogdan e Biklen, (1994, p. 181), “Os documentos internos podem revelar informações acerca da cadeia de comando oficial das regras e regulamentos oficiais. Podem também fornecer pistas acerca do estilo de liderança e revelações potenciais acerca de qual o valor dos membros na organização”.

3.4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise documental permitiu a compreensão das informações obtidas através das entrevistas semiestruturadas realizadas no desenvolvimento dessa pesquisa, tecendo os comentários sobre as nuances dos “atores Institucionais” sujeitos da investigação (arrolados no item 2.2) sobre o objeto dessa pesquisa.

A apreciação documental realizou-se por meio da apropriação da Legislação Nacional a destacar:

- Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001 que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências;
- Lei 9.394, de 20 de dezembro de 2006 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Decreto Lei 6.096, de 24 de abril de 1997 que institui o REUNI;
- Diretrizes do REUNI disponibilizada pelo Ministério da Educação em agosto de 2007;
- Relatório do 1º ano de funcionamento do REUNI;

- Arquivos disponibilizados pelo MEC dos Seminários realizados sobre o REUNI;
- Notícias sobre o REUNI veiculados no sítio do MEC.

Os documentos foram selecionados em meio a Legislação Nacional, por oferecerem dados legais sobre a criação, instituição e direcionamento do Programa REUNI. No trabalho com os documentos concernentes a UFRB, listados abaixo;

- O projeto da UFRB de adesão ao REUNI;
- Apresentação da PROGRAD em 2008 sobre o REUNI;
- Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Relatórios de Gestão (2007 a 2011).

Os documentos institucionais averiguados nos permitiram traçar um panorama histórico do planejamento e da execução do projeto REUNI da UFRB. Vale destacar, que analisamos na pesquisa documental, os dados dos anos de 2007 a 2011. O ano de 2007 foi escolhido, pois, se trata do ano de adesão da UFRB ao REUNI e o ano de 2011 foi escolhido, pois no ano de 2012 a UFRB atravessou um período de greve dos servidores e as ações do Programa REUNI não foram completamente efetuadas. Sendo assim, trabalhar com os dados de 2011 trouxe mais segurança para a análise de dados.

Gil (1999, p. 169), considera a análise e interpretação de dados como “dois processos conceitualmente distintos que aparecem sempre estreitamente relacionados”. Para ele, “Análise de dados tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”.

A metodologia utilizada para o tratamento dos dados resultou da compreensão da abordagem qualitativa. Sampieri, Collado e Lucio (2006, p.5) demonstram que com o uso deste enfoque “regularmente, questões e hipóteses surgem como parte do processo de pesquisa, que é flexível e se move entre os eventos e sua interpretação”. Já Trindade (2003, p.27) defende que a,

Análise de dados quantitativos e dos cruzamentos entre as diversas informações coletadas vão produzir algo qualitativo. Vão possibilitar ao pesquisador tirar conclusões que não poderiam ser retiradas sem o levantamento e o cruzamento de informações quantitativas.

Os dados da pesquisa foram analisados com a finalidade de compreensão de todas as formas de comunicação e busca do atendimento de todos os objetivos do trabalho. Para tanto, optamos pela análise de conteúdo temático, que conforme Severino (2008, p.121) “é uma metodologia de análise e tratamento de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos”.

Segundo Caregnato e Mutti (2006 apud BARDIN, 1977, p.42) a Análise do Conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção [...] destas mensagens”.

Finalmente, para análise dos dados da pesquisa utilizamos a sequência proposta por Sampieri, Collado e Lucio (2006):

- 1) Revisão do material, que consiste em verificar se os dados estão organizados, completos e prontos para a análise; 2) codificação dos dados em primeiro plano, em que se eliminam informações desnecessárias, implica no resumo e classificação dos dados; 3) codificação dos dados em segundo plano, nesta etapa, o pesquisador através da comparação, identifica diferenças e semelhanças entre as categorias dos dados codificadas.

Para Gil (1999, p. 185),

Não é muito fácil definir onde termina a análise e começa a interpretação. O objetivo da interpretação dos dados é a “procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Marconi e Lakatos (2003, p.168) “a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz ilações mais amplas dos dados discutidos”.

Para tanto apresentaremos a interpretação dos dados de forma substancial através da proposta da triangulação das fontes dos dados utilizadas nessa pesquisa: entrevistas semiestrutura, questionário e análise documental.

De acordo com Denzin (1978), o princípio básico da triangulação é “a adoção de múltiplos pontos de vista permitindo melhor acuidade. Os pesquisadores podem melhorar seu julgamento sobre os fenômenos a partir de diferentes dados do mesmo fenômeno”. Para Jick (1979), a junção dos métodos quantitativos e qualitativos (triangulação) torna a pesquisa mais forte.

O levantamento foi realizado por meio de planilhas relativas à contratação de servidores: técnicos e docentes; distribuição do quadro docente por classe e enquadramento funcional, relação dos cursos de graduação e vagas ofertadas, aliada a oferta de curso noturno, relação matrícula na graduação e total de docentes, oferta de curso por Centro de Ensino, relação de vagas ociosas, mobilidade estudantil (bolsa), obras, suporte da pós-graduação, compromisso Institucional (contrapartida).

Posteriormente procedemos à interpretação dos dados, realizada através da tabulação das informações e posteriormente construída uma matriz gráfica, o que proporcionou a comparação das ações realizadas pela Instituição anualmente durante o período compreendido entre 2007 a 2011. A interpretação desses dados será apresentada de forma sintética, através da intersecção das respostas das entrevistas, questionário e análise documental realizada entre os sujeitos e todo o universo que nortearão essa pesquisa.

Na pesquisa definimos 06 (seis) categorias que nos debruçamos na análise e que se seguem: 1) O processo de adesão da UFRB ao REUNI; 2) Concepção e bases políticas do REUNI; 3) Expansão da graduação na UFRB; 4) Interiorização do Ensino Superior; 5) Condição da infraestrutura para o funcionamento dos cursos; 6) Questões da implementação do programa REUNI na visão dos gestores e das representações docente e sindical. Os sujeitos da pesquisa foram identificados por siglas de acordo com o grupo que integram, no intuito de garantir o sigilo da fonte. Nesse sentido, os representantes da Administração Central, foram chamados de AC1 a AC4; os Diretores de Centro, foram chamados de D1 a D4, os representantes Docentes ou Sindicais, foram chamados RD/S1 a RD/S5 e a categoria dos Estudantes, foram chamados de E1 a E4.

Essa fase da pesquisa foi muito importante, conforme nos sinaliza (MAY, 2004 p. 206) os documentos não existem isoladamente, precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido.

Quanto à apresentação dos dados, será utilizada “representação escrita, que expõe os dados através de textos; tabelas e quadros, que concentram os dados e facilitam sua compreensão; e figuras, que apresentam de maneira clara e atrativa os dados da pesquisa” (MARCONI; LAKATOS, 2003 p.168).

4. A UFRB E A SUA REALIDADE COM O REUNI

As análises que desenvolvemos ao longo desse capítulo, são frutos das nossas interrogações que nos conduziram ao desenvolvimento dessa pesquisa. A UFRB como resultado de uma política expansionista de interiorização do ensino superior. As análises desse estudo que serão apresentadas a seguir foram delineadas a partir do trabalho de interpretação realizado através da coleta de dados, a fim de identificarmos as unidades de sentido impressas nas narrativas dos sujeitos da pesquisa, bem como a partir das fontes documentais apreciadas; aliadas ao referencial teórico.

Faremos a apresentação das análises, partir de 06 (seis) categorias que se seguem: 01. O processo de adesão do REUNI da UFRB; 02. Concepção e bases políticas do REUNI; 03. Expansão da graduação da UFRB; 04. Interiorização da Educação Superior; 05. Condições da infraestrutura para o funcionamento dos cursos; 06. Questões da implementação do Programa REUNI na visão dos gestores e das representações docente e sindical.

4.1. O PROCESSO DE ADESÃO DA UFRB AO REUNI

Ao contrário do tumulto relatado por: Santos; Almeida Filho (2008) que ocorreu na maioria das universidades, o processo em torno da discussão e aprovação da proposta do PCA/REUNI/UFRB no Conselho Universitário da UFRB foi tranquila, participando da reunião representantes das três categorias universitárias. Os documentos disponibilizados pela ASCOM da UFRB e a ata da reunião de aprovação no Consuni, demonstram que o processo de adesão da UFRB ao REUNI ocorreu de forma democrática havendo uma discussão na comunidade acadêmica.

A proposta do Programa REUNI foi recebida pela Reitoria e em julho, o Reitor, juntamente com o Diretor do CCS e a Pró-Reitora de Ensino e Registros Acadêmicos participaram do 1º Seminário Nacional do Reuni, com o tema, Expansão das IFES: planejamento e gestão ligados à qualidade da educação. O Programa REUNI foi apresentado pelo Secretário Executivo do MEC, que

juntamente com representantes da CAPES, ANDIFES e Ministério do Planejamento, debateram o assunto com diversos outros representantes das IFES.

Segundo o Secretário, outra particularidade do programa é o respeito à autonomia universitária, não havendo um modelo único a ser seguido por todas as IFES. “As políticas públicas serão construídas conjuntamente, respeitando as especificidades de cada instituição e de cada região do país”. (PAIM, ANDIFES, 2007).

Segundo documentos disponibilizados pela ASCOM 2007, o Reitor da UFRB, acreditava que era importante a UFRB ingressar no REUNI, e pedia a todos os servidores que lessem e conhecessem a proposta, para que pudessem interagir na reestruturação universitária. Nesse contexto, em outubro de 2007, o Reitor, divulga uma nota conclamando a comunidade acadêmica ao envolvimento nas discussões acerca do REUNI UFRB.

O projeto da UFRB contemplará todas as dimensões do Programa, mas é importante ressaltar que o nosso único compromisso é defender o projeto Institucional da nossa Universidade, cujos alicerces remontam ao período da luta pela sua fundação e são reforçados, cotidianamente, pelos servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes. Assim aproveitaremos esta oportunidade para consolidar a UFRB como uma Universidade Pública, Gratuita, Inclusiva, Plural e Competente. Participem das discussões promovidas pelos Centros, pelas Pró-Reitorias e pelas Categorias. (UFRB/ASCOM, 2007, s.p.).

Embebidos desse sentimento de discussão da proposta da UFRB a ser submetida ao programa REUNI, a administração central convocou os centros de ensino a debaterem sobre o assunto, e esses posteriormente enviarem propostas em atendimento as suas especificidades.

Ainda , segundo o documento disponibilizado pela ASCOM, 2007. Após o filtro das informações encaminhadas pelos centros de ensino, a discussão sobre a proposta Institucional a ser enviada para o MEC passou pelo crivo das Pró-Reitorias e da Administração Central. Essas elaboraram uma proposta preliminar, levada mais uma vez para a aquiescência da comunidade acadêmica, oportunizando-os ao questionamento sobre o delineamento da proposta durante o primeiro seminário de discussões sobre o REUNI, realizado em outubro de 2007.

A Comissão organizadora do seminário incorporou a proposta institucional, as novas considerações elencadas no seminário e a administração central, se reuniu no

mês de novembro de 2012, com o corpo técnico-administrativo e os discentes para ouvir as suas considerações acerca do projeto a ser encaminhado.

A Administração Central se reuniu com o corpo técnico-administrativo em 27 de novembro de 2007, visando analisar as propostas da categoria para inserção no projeto Institucional. Visando a uma participação mais efetiva da comunidade dos técnicos, para tanto foi apresentado pelo Reitor e a Pró-Reitora de Gestão de Pessoal o projeto intitulado: “Construção da proposta de diretrizes para a expansão qualificada da UFRB” e instaurada uma comissão para delineamento das propostas dos técnicos ao projeto REUNI.

No dia 28 de novembro de 2007, foi a vez da Reitoria se reunir com o corpo discente para debater as suas propostas. Participaram da reunião os representantes dos Diretórios Acadêmicos dos cursos de graduação da UFRB, que juntamente com o Reitor e a Pró-Reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis, debateram as propostas da categoria discente, que propuseram novas reuniões com as Pró-Reitorias de Pesquisa, Extensão e Graduação.

O Presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRB, em entrevista concedida à ASCOM da UFRB, avaliou a possibilidade de discussão do REUNI com os representantes da Administração Central.

Toda a abertura por parte da Reitoria, visando esclarecimentos à classe estudantil é de grande importância, ainda mais se tratando agora de um programa do Governo Federal que vem dar um sacode muito grande na estrutura em que as Universidades veem estabelecendo as suas relações tanto de ensino, pesquisa e extensão, então com certeza é de muita valia, não só esse encontro mais qualquer outro que venha a progredir nesse sentido. (,UFRB/ASCOM, 2007, s.p.)

Após essas discussões com a comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos) e ajustes na proposta Institucional, o Programa de Consolidação Acadêmica (PCA/REUNI) da UFRB é formatado em sua versão final e apresentado para a comunidade acadêmica, posteriormente sendo levado para a votação do CONSUNI, onde na reunião do dia 05 de dezembro, o projeto foi aprovado, com poucas ressalvas, por unanimidade, pelos 18 conselheiros.

Nessa mesma data, o Reitor em exercício da UFRB e presidente do CONSUNI, assina a Resolução CONAC nº 003/2007, que dispõe sobre a aprovação do PCA/REUNI da UFRB e apresenta o REUNI como:

Um pacto do governo federal, mas antes de mais nada, uma política de estado e que deverá ser respeitada ao longo dos anos independente de quem esteja no governo. Também afirmou que os dirigentes serão cobrados, mas que só poderão efetivamente corresponder ao pacto se o MEC assim o fizer. (UFRB/ASCOM, 2007, s.p.).

O Diretor do CFP, conselheiro do CONSUNI, lembrou que a proposta seria entregue ao MEC, mas não é algo “acabado”, foi construída com democracia, mas pode ser revista e readequada a cada necessidade que surgir, pois a UFRB, com apenas um ano de funcionamento, também está em construção. (UFRB/ASCOM, 2007).

A pesquisa revelou que houve um processo de discussão com a comunidade acadêmica para adesão da UFRB ao REUNI, no entanto, essa discussão apresentou-se insuficiente para a consecução de um planejamento eficaz. Essa fragilidade é retratada nas observações de 60% dos entrevistados, que relatam que o processo em torno da construção do PCA/REUNI da UFRB, foi superficial para a construção de uma proposta sólida.

Houve momentos pontuais, eu não posso dizer aqui que não chamaram para algumas reuniões, umas três ou quatro reuniões chamaram, debateram, discutiram o que era o projeto REUNI, isso aconteceu. Agora grupos de trabalho aprofundados para debater profundamente, para discutir as áreas que vai expandir? Quais são as estratégias a serem adotadas? Os cursos ?. O corpo docente não teve um envolvimento concreto, eu acho esse processo teve em si uma participação, mas no meu ponto de vista uma participação superficial. Ela se deu dentro de superficialidades, se deu em momentos pontuais, onde as pessoas foram chamadas, onde elas podiam colocar sugestões, etc., mas as informações eram tão impactantes que você saía tão impactado que nem conseguir sugerir, nada conseguia. (D2, 2012, comunicação oral).

A argumentação do entrevistado é bastante incisiva ao tratar de um processo de ampliação de cursos de graduação, sem o suporte de um planejamento que prevesse as demandas de cursos apontados pelos docentes, além de diretrizes e estratégias para o alcance de uma expansão consistente. Apesar da adesão da Instituição baseada em discussões aparentes, RD/S1 se posiciona de forma diferente.

Preciso registrar que a adesão das Universidades novas como a UFRB é uma questão de sobrevivência e não uma questão de opção. Por isso, a adesão foi importante para a Instituição, uma vez que de outra forma o financiamento da Universidade ficaria comprometido ou não aconteceria. (RD/S1, 2012, comunicação oral).

As intervenções dos entrevistados exprimem um senso crítico na medida em que avistam que a alta administração da UFRB, não teria outra possibilidade de estruturar a Universidade sem a participação no REUNI. Tal intervenção nos remete a Morosini (2001) quando descreve sobre o processo de igualdade de oportunidades. Apesar disso, conceber uma proposta importante e que viria a mudar os rumos da Instituição em longo prazo, dado o maior ingresso de estudantes, docentes e técnicos, sem um planejamento administrativo e pedagógico bem estruturado a ponto de prever oportunidades e os gargalos do processo, poderia causar sérios problemas para Instituição. Essa questão é retratada por D2:

Houve uma definição de um monte de cursos, sem que o corpo docente tivesse a oportunidade de participar, pois era para expandir o número de cursos, o corpo docente não teve oportunidade de fazer uma discussão mais aprofundada, sobre quais cursos, que cursos seriam ideais, e qual seria a capacidade que UFRB teria para implementação desses cursos e isso impactou. (D2, 2012, comunicação oral)

Esse também é um sentimento de D1 que também nos remete a pensar sobre as discussões das propostas do ponto de vistas dos servidores técnico-administrativos e discentes, que também são partes interessadas no processo, “a proposta foi discutida nos Centros, entretanto não houve uma participação efetiva dos servidores e discentes”. (D1, 2012, Comunicação oral).

O reflexo da incipiente interação com o montante de servidores e discentes, foi apresentado na pesquisa, quando 60% da categoria dos estudantes questionados demonstraram que não conheciam o PCA/REUNI da UFRB. Nesse ponto, RD/S1 apresenta que a maioria dos docentes da Instituição também desconhece o PCA da UFRB. Isso acontece para RDS/S1, pois, parte dos docentes não participaram das discussões iniciais, ou por não participarem na época da elaboração do projeto ou por serem recém-chegados a UFRB e não terem sido familiarizados com o Programa.

Inferimos com o relato de D2, dificuldades que são reflexos da implementação de uma política pública, sem a participação efetiva dos agentes e de um planejamento deficiente, que são frutos do REUNI. Por exemplo, cursos novos propostos pelo Conselho Diretor sem ouvir os docentes correlatos, o quantitativo

elevado de ingressantes de determinados cursos sem a garantia de vagas para estágio, dentre outros.

A imagem dessa realidade de proposição de cursos e incremento no número de vagas pautados em superficialidades é um problema que é anterior ao PCA/REUNI da UFRB. Esse problema, deriva da base do processo, do cerne da política pública do REUNI imposta pelo MEC, como um “pacote pronto” e imutável. Apresentado pelo Governo, onde as Universidades, não tiveram possibilidade de alterar a estrutura do Programa e em principal, não tiveram tempo suficiente para discutir com as suas bases ações envolvidas nessa política. O tempo curto para implementação da proposta das IFES ao REUNI é disponibilizado nas Diretrizes do Programa, que impõe de 6 (seis) a 9 (nove) meses para as Instituições aderirem à proposta e conforme relata AC3 que essa questão também ocorre na UFRB.

O projeto do REUNI não teve tempo de ser amadurecido, houve participação e adesão por que não tinha como ser de outra forma, não tinha como não participar desse processo. (AC3, 2012. Comunicação oral)

Mesmo sem uma participação efetiva da comunidade, em principal os docentes, haja vista que grande parte dos relatos de RD/S e até mesmo de alguns participantes AC e D, tratam desse baixo envolvimento na construção da proposta REUNI da UFRB da comunidade acadêmica. No dia 17 de dezembro de 2007, a UFRB envia a sua proposta para participação no REUNI. Um mês depois, em 16 de janeiro de 2008, a comissão de homologação dos planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituída pela portaria 944, de 20 de novembro de 2012, manifestou-se favorável à aprovação do PCA/REUNI da UFRB, após a avaliação dos pareceres dos consultores ad hoc.

Com isso restou aos envolvidos na proposta receberem o Programa REUNI na UFRB e a partir daí pensarem em estratégias, para lidar com os percalços, pois os discentes estavam chegando, os recursos iriam ser disponibilizados, as vagas para contratação de servidores estavam sendo liberadas e o Programa apesar de todos os desafios precisava ser operacionalizado.

4.2. CONCEPÇÃO E BASES POLÍTICAS DO REUNI

Relembrando as teorias desse estudo, Os ensinamentos de Cunha (2007), quando retrata a demanda por educação superior no Brasil, nos faz pensar sobre essa questão. O REUNI fora uma política pública criada pelo Governo como resposta à demanda social de alargamento do ensino superior, com vistas à atuação em curto prazo.

O REUNI partiu da necessidade dos jovens brasileiros na faixa de 18 a 24 anos, estarem cursando ensino superior. Trabalhar sobre a demanda da expansão da educação superior pública federal que promova o acesso de jovens as IFES é necessário. No entanto, a concepção política que estrutura o REUNI arquitetada por um grupo, sem oportunizar a participação efetiva dos executantes da política (administração das IFES) gerou dificuldades para operacionalizar atividades concernentes ao REUNI nas IFES e em especial na UFRB, conforme destacou D1 e AC2.

A ausência de comunicação com os executantes (atores) da política do programa REUNI, prejudicou o andamento das etapas do processo de implementação. Isso ocorreu, pois, apenas quem gere a política pode identificar possíveis gargalos de execução, por exemplo, a existência de embargos legais que não permitam a perfeita execução das ações propostas.

Essa “discussão falha” se torna visível na meta global que delineava o Programa, onde a taxa de conclusão média de noventa por cento nos cursos de graduação e a relação de 18 alunos de graduação por professor, baseado em parâmetros internacionais. As metas do REUNI eram amplas para um país em desenvolvimento e que possui um ensino médio e fundamental abaixo dos patamares de países desenvolvidos.

A dificuldade de execução da meta global do REUNI, foi sentida pelos entrevistados na pesquisa empírica. Essa situação ocorre, pois as IFES e a UFRB receberiam um quantitativo de novos alunos, sem o tempo ideal para contratação de servidores, para reforma ou construção de novas estruturas.

Nesse ponto, destacamos a forma aligeirada como foi delineada a política de expansão através do programa REUNI, onde as ações de infraestrutura e ingresso

de novos alunos ocorreriam ao mesmo tempo. Essa formatação não foi bem estruturada, pois não se pode ter uma expansão eficiente sem a devida estrutura pronta para o recebimento de novos alunos.

A análise da documentação legal que norteia o REUNI, permiti-nos verificar que não houve flexibilização normativa e procedimental da lei de licitações e contratos da administração pública para a expansão pretendida com o REUNI. Diante disso, as obras e reformas demoraram muito para iniciar e conseqüentemente ficarem prontas.

Na pesquisa empírica, observamos que todos os entrevistados (100%), relataram que sentiam os sintomas dessa ação política. Os gestores que adaptaram a estrutura da universidade, para o recebimento dos novos estudantes ou buscaram refugio em outras IFES para executar parte das atividades de pesquisa, até que as obras estivessem concluídas. Os docentes, que não conseguiam desempenhar o seu trabalho de forma eficaz, tendo que remodelar planos de aula conforme os insumos que tinham independente de serem os melhores. Os técnicos que em quantitativo reduzido tinham que se dividir em inúmeras tarefas e na ponta os estudantes que necessitavam de estrutura para o desenvolvimento de atividades práticas e de pesquisa.

Destaque também há de ser dado para o curto espaço de tempo entre a proposição do Programa e a adesão das IFES, com isso propostas tinham que ser delineadas sem o devido planejamento, debate e estruturação interna.

A UFRB aderiu ao Programa REUNI apenas com 01 (um) ano de existência, ainda na fase de implantação, visando a sua estruturação. Formato diferente da maioria das IFES que pretendiam que o Programa viabilizasse a reestruturação. Apresenta AC4, que o intervalo de tempo para a execução do REUNI, foi curto.

O processo ocorreu ao mesmo tempo em que se dava a implantação da Universidade, dando a impressão de que tudo era REUNI ou que tudo era implantação. Assim no nosso caso o REUNI não representou a expansão de uma universidade parada no tempo. Para a UFRB foi à oportunidade de maximizar os efeitos financeiros da implantação (AC4, 2012, Comunicação Oral).

A fala de AC4 retrata o processo de implantação da universidade e a participação da UFRB no REUNI, que acontecia concomitantemente. Esse processo, vai refletir na concepção da proposta do PCA/REUNI da UFRB. Uma oportunidade de a universidade angariar mais recursos para atingir os objetivos de estruturação

que não poderia ocorrer apenas com verbas da implantação, mas que se prova insuficiente para abarcar a expansão.

A concepção do projeto da UFRB no REUNI (PCA) possuía o objetivo principal de, melhorar as condições do ensino de graduação com qualificação na oferta de cursos visando principalmente à elevação da taxa de sucesso, conforme o PCA/REUNI/ UFRB.

A UFRB vê o REUNI como uma oportunidade para a consolidação da Instituição, auxiliando no planejamento e na sua expansão qualificada. Visa garantir melhor qualidade do seu ensino e a qualificação pedagógica dos seus docentes, a investir em infraestrutura e pessoal, melhorando as condições financeiras e estruturais capazes de viabilizar o ideário e a missão institucional. (UFRB/ASCOM, 2007, p.06).

Na pesquisa empírica, verificamos na fala de parte dos Diretores e representantes docentes ou sindicais, que a construção do PCA/REUNI/UFRB foi proveniente de um baixo nível de discussão, entre os membros do pilar universitário (discentes, docentes e técnicos-administrativos) e sumarizado pela alta administração (Reitoria e Pró-Reitorias). A UFRB faz parte de um grupo menor, conforme (BRASIL 2008) de 11 (onze) IFES que enviam o projeto Institucional na segunda etapa proposta pelo MEC, para iniciar as atividades no segundo semestre de 2008.

O formulário de apresentação da proposta do REUNI da UFRB, englobava as seis dimensões do Programa REUNI, onde cada uma previa as particularidades da UFRB e pontuava as metas da Universidade para o período de 2008-2012, para justificar o valor solicitado, conforme detalhamento no quadro a seguir.

Quadro 1- PCA/REUNI da UFRB

DIMENSÃO	PRINCIPAIS PONTOS
Ampliação da oferta de Educação Superior Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Projeção de matrícula em 2009: 8.304 alunos; - Visava à criação de 17 cursos novos, sendo 09 noturnos (com exceção do CCS); - Quatro estratégias foram previstas, com destaque para reavaliação da pertinência dos cursos; - Redução das taxas de evasão em 10% e criar mecanismos para permanência; - Ocupação das vagas ociosas, onde preteriu-se a ocupação de 167 vagas ociosas até 2012, por meio da transferência externa, matrícula de portador de diploma, reopção do candidato da mesma área que abandonou o curso, sendo

	que as últimas aguardavam regulamentação do CONSUNI.
Reestruturação Acadêmico-Curricular	<ul style="list-style-type: none"> - o primeiro passo foi à busca da revisão da estrutura acadêmica com vistas à elevação da qualidade; - Reorganização dos cursos de graduação, em principal com a atualização dos projetos pedagógicos, visando à interdisciplinaridade entre as estruturas curriculares e os cursos, com vistas ao atendimento das demandas da sociedade do conhecimento; - Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada, para tanto buscava a oferta do Bacharelado Interdisciplinar na área de Saúde e seis cursos tecnológicos;
Renovação Pedagógica da Educação Superior	<ul style="list-style-type: none"> - Entendia que a renovação pedagógica acontece através da interação do ensino superior com a educação básica, profissional e tecnológica, por isso, no projeto institucional contemplava essa vertente; - Pretendia estabelecer convênios com todas as prefeituras da região até 2012 para atividades que envolvem ações educacionais; - Previa atualização de metodologia (e tecnologias) de ensino-aprendizagem; - O ultimo ponto elencado para a renovação pedagógica, foi à previsão de programas de capacitação pedagógica para implementação de um novo modelo, através da capacitação de todos os docentes da Instituição, através de encontros semestrais.
Mobilidade Intra e Inter- Institucional	Com vistas à promoção de ampla mobilidade estudantil mediante aproveitamento de créditos e circulação de estudantes entre os cursos e programas de educação superior, através do favorecimento de Políticas para mobilidade acadêmica entre os centros da UFRB, com outras IFES e em Instituições Internacionais.
Compromisso Social da Instituição	Compromisso com a permanência e pretensão de ampliar a verticalização das políticas de acesso, programa de assistência estudantil e desenvolvimento de Políticas de expansão.
Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação	Através de concessão de bolsas para o Programa de apoio ao Ensino Superior (PAES) e ampliação do quantitativo de algumas bolsas já existentes (PIBIC, PIBIT, PIBIC Jr) e a inclusão de estagio docente nos cursos de pós-graduação como atividade curricular pedagógica, participação obrigatória dos estudantes em grupos e projetos de pesquisa.

Dessa forma foi concebida a proposta do REUNI da UFRB chamado pela Instituição de Plano de Consolidação Acadêmica (PCA). Um plano com metas muito amplas para uma jovem Universidade, com pouca experiência administrativa para conduzir e alcançar as metas propostas no PCA em apenas quatro anos previstos pelo Programa REUNI.

4.3 EXPANSÃO DA GRADUAÇÃO NA UFRB

A expansão dos cursos de graduação da UFRB vem suscitar uma demanda reprimida por ensino superior no recôncavo da Bahia. As ampliações de vagas nos cursos de graduação da UFRB veem na direção de atender os anseios da região por capacitação em nível de educação superior e impulsionar a atração de novas empresas gerando oportunidades para pessoas provenientes do recôncavo e de regiões com ofertas de empregos saturadas.

O impulsionamento da economia brasileira e as necessidades impostas pela sociedade do conhecimento e a globalização, tornam imperiosa a formação de profissionais especialistas nos vários níveis e modalidades de ensino, visando à atuação na economia de mercado, atividades de pesquisa, desenvolvimento e com compromisso socioambiental. Nessa direção, a ampliação de cursos de graduação torna-se necessária e vem colaborar com a demanda por novas especialidades e com o desenvolvimento do Recôncavo. AC1 e AC3 nos falam sobre a relação entre expansão e desenvolvimento regional.

Podemos falar de diversas dimensões nessa expansão. A primeira e mais direta é a própria presença que novos servidores e estudantes proporcionam a economia local. Para, além disso, novos equipamentos acadêmicos são incorporados à região, que em longo prazo sentirá a mudança do capital social. Na medida em que, as pessoas tornam-se capacitadas para abrir negócios, atuar como empreendedores, no serviço público, e com isso, haverá um ganho no desenvolvimento regional. (AC1, 2012, comunicação oral).

Pensar nesses aspectos foi fantástico, você permitir que pessoas que historicamente estiveram excluídas no processo pudessem ter acesso à universidade. Por isso, O REUNI foi um marco, para ampliar para trazer para a Universidade Federal para as camadas que não eram mais A e B então socialmente falando, foi muito importante, foi um ganho do governo a implementação desse projeto. (AC3, 2012, comunicação oral).

As narrativas dos entrevistados indicam que com a criação da UFRB nasce uma nova era no Recôncavo que promove o incremento do comércio, o desenvolvimento intelectual, aliado ao poder da universidade de movimentar as classes sociais pela educação, aspecto que conforme destaca Fonseca (1998), é forma para o aumento da produtividade.

Nesse contexto de ampliação de oferta do ensino superior, capitaneado pela liberação de vagas para o atendimento das necessidades mercadológicas e sociais, é que a UFRB se insere ao longo da sua existência. Trazendo embutida a preocupação de expansão da oferta de cursos para o atendimento das diversas áreas do conhecimento nos seus cinco campi de atuação.

Conforme dados da Comissão própria de avaliação da UFRB (CPA), a Universidade inicia as suas atividades em 2007 ofertando 620 vagas e no PCA/REUNI pretendia que essa oferta se ampliasse para 10.970 vagas, até o final de 2011 com a criação de mais 17 (dezessete) cursos de graduação, sendo 09 (nove) no turno noturno.

Acreditamos que as metas do PCA/REUNI da UFRB, seguiram as grandes metas do Programa REUNI em nível nacional. Haja vista que as metas do REUNI da UFRB, foram amplas para uma universidade com apenas 01 (um) ano de existência e sem o suporte adequado de servidores e infraestrutura, para abarcar um quantitativo de 1769% de alunos a mais do que do início das suas atividades em apenas 04 (quatro) anos.

Outras vertentes, também foram previstas no PCA/REUNI para dar suporte às metas do REUNI da UFRB. Destaque para o incremento de 12,3% de vagas semestrais nos cursos com 40 vagas, criação de cursos com vertente tecnológica, preenchimento gradativo das vagas ociosas, estabelecimento de convênios com as prefeituras, capacitação semestral dos docentes, acréscimo no número de bolsas, dentre outras.

As discussões aparentes da concepção do PCA/REUNI/UFRB e as grandes metas previstas no plano, mostraram a sua fragilidade na execução do projeto. Devido ao processo de articulação social destacado outrora por Teixeira (2002), como fator para alteração das políticas públicas, a mobilização da comunidade dos centros de ensino impulsiona a reformulação de algumas metas previstas anteriormente, num segundo momento após a aprovação do plano pelo MEC.

Para AC3 (2012), o que determinou a alteração no projeto do REUNI da UFRB, foram os cursos previstos inicialmente. Pois, não havia estrutura e docentes suficientes para os cursos novos. Diante disso, optou-se por aumentar as vagas de cursos já existentes.

A princípio, com base na pesquisa empírica, o aumento de vagas em cursos já existentes seria a melhor opção. No entanto, com base no relato de 30% dos entrevistados, observamos que essa atitude, não foi bem planejada, posto que novamente ampliou-se o número de vagas sem o lastro devido de infraestrutura e campo para estágio.

Conforme nos respalda Ahlert (2007) sobre o importante papel da articulação social para exigir que as políticas públicas sejam voltadas para as demandas sociais, seria mais eficiente, a interlocução da UFRB com outras IFES, a fim de, buscar alternativas junto ao MEC, para que não se aumentasse vagas de cursos apenas para cumprir a meta, sem garantir igualdade de condições de estudo entre os campi, conforme destaca Morosini (2001) e que é relatado por AC3.

Tem cursos com entrada de 70 alunos, muito grande e o campo de estagio no recôncavo não é suficiente para os alunos. (AC3, 2012, comunicação oral).

Então a turma tá aí, vai se formar e ficamos o tempo todo buscando alternativas, isso é extremamente angustiante. Principalmente para o aluno que é o maior prejudicado, para o professor que tem compromisso com a Instituição, e quer a ver oferecendo um ensino de qualidade. Também para o gestor que fica com “a batata quente” na mão sem saber de que maneira vai equacionar. Pedindo por favor, para diversas outras Instituições, “nos ajude aí” o que fazemos com a nossa turma que vai se formar e não tem a estrutura necessária para dar andamento a sua formação, então todos nós sofremos muito com isso. (D2, 2012, Comunicação oral).

Para traçar reformas educacionais, como a implementada pelo governo com o programa REUNI, a política deve olhar para o estudante que não está na Universidade. Baseado nestes argumentos, podemos inferir que a política expansionista do REUNI antes de ter previsto o ingresso de novos estudantes, deveria ter garantido a infraestrutura física e contratado novos servidores para as IFES, pois assim minimizaria os transtornos e as insatisfações relatadas pelos entrevistados.

À luz dos estudos sobre qualidade e igualdade na educação superior, apresentados por Morosini (2001), percebemos que o papel das políticas educacionais no nível superior, vão além de garantir o acesso a Universidade. No intuito de promover igualdade para todos, conforme preconiza a Constituição Federal (1988), necessita que as políticas públicas promovam condições para um ensino que garanta ao aluno condições equiparadas de aprendizado teórico e prático que não ocorre de forma eficaz na UFRB, nesse contexto de condições

insuficientes para o desenvolvimento de cursos de graduação, RDS/2 aponta outras dificuldades deparadas na UFRB.

Não temos laboratório e muitas vezes para os alunos aprenderem é feita uma adaptação para a realização da pesquisa, por exemplo, tive que usar em uma das minhas matérias outros insumos, pois o laboratório de ratos ainda não está pronto e isso não é o ideal. Além disso, livros, recursos para aula, ainda está sendo um empecilho, apesar de já termos avançado nessa última questão. (RD/S2, 2012, Comunicação oral).

A narrativa do entrevistado indica que a situação crítica, não é apenas na prática do estágio, pois faltam estruturas de laboratórios e conclusão sobre a falha na elaboração da política do REUNI, pois essa fragilidade sempre aparece quando da execução das ações. Nesse caso, observamos que os alunos já estão na Universidade e os laboratórios ainda não estão prontos e os recursos para aulas teóricas não estão disponíveis.

Ao final do tempo programado para o REUNI as grandes metas do PCA da UFRB não foram alcançadas, a taxa de aluno por professor não chegou a 18:1, não houve o alcance de 90% da taxa de conclusão média dos cursos presenciais.

Razão que AC1, justifica pela busca da qualidade de ensino, posto que “se a UFRB completar o número de vagas hoje pactuadas no REUNI, não vai ter onde “botar” alunos, pois as obras não estão prontas, tendo que esperar as obras ficarem prontas para cumprir essa meta”. Essa argumentação é bastante plausível, em atendimento as orientações de Neto (2007), para que o poder público não volte aos seus primórdios de preocupação com o financeiro ao invés da promoção de um ensino de qualidade.

Outra grande meta do PCA da UFRB que não foi alcançada foi chegar ao patamar de 10% de evasão, sobre esse ponto nos relata AC4.

O grande desafio da UFRB no REUNI, além de alcançar a taxa de 90% de sucesso na graduação, foi chegar ao patamar de 10% de evasão, tendo em vista que mantemos a mentalidade de que aprendizagem é problema do aluno. Chegou sem base só nos resta expulsar. Enquanto as políticas afirmativas põem para dentro o acadêmico põe para fora. (AC4, 2012, comunicação oral).

Nesse ponto, os entrevistados foram indagados sobre as políticas de interação da universidade com o ensino médio e fundamental da região, onde AC3

informa “a Universidade tem projetos de parceria com a CAPES para subsidiar bolsas para alunos do CFP para desenvolver atividades junto com alunos do ensino médio”. No entanto o projeto acontece apenas em um Centro de ensino, o que não é suficiente.

No intuito de abarcar e melhorar esse cenário na UFRB, foi previsto no PCA/REUNI da Instituição a reformulação dos currículos visando à flexibilização e a mudança nos itinerários formativos dos cursos, além da formação dos professores para propostas pedagógicas inovadoras. No entanto essa meta também não foi cumprida conforme nos destaca AC3, pois “ficamos preocupados com a expansão e não garantimos a reestruturação”.

A Universidade atinge quantitativamente a meta de criação de cursos noturnos. São criados 11 (onze) cursos noturnos, mas não os previstos inicialmente no projeto. Fato que é destacado por AC3 “A Universidade começou a ser noturna também em alguns Centros, e é muito importante e necessário fomentar a abertura dessa universidade para o estudante trabalhador, quem não tem como frequentar durante o dia”.

Conforme destaca os números do último relatório da CPA, a oferta de vagas no turno diurno na Universidade foi maior que a do noturno, havendo uma evolução de 80,70 % no primeiro contra 19,30% no segundo.

4.4 INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A política de interiorização da educação superior é uma demanda de muitos anos da sociedade brasileira, posto que historicamente conforme destaca Cunha (2007) as Universidades no Brasil até 1945, eram poucas e isoladas. Os questionamentos pela democratização começam no final da década de 50 do último século e desembocam na década de 60 deste mesmo século, conforme destaca Michelotto (1999).

Ao longo do meado do último século e no início do atual, as discussões em torno da democratização e expansão do Ensino Superior, vinham sempre lastreadas pela demanda da interiorização. Particularidade não obstante da Bahia, Estado que

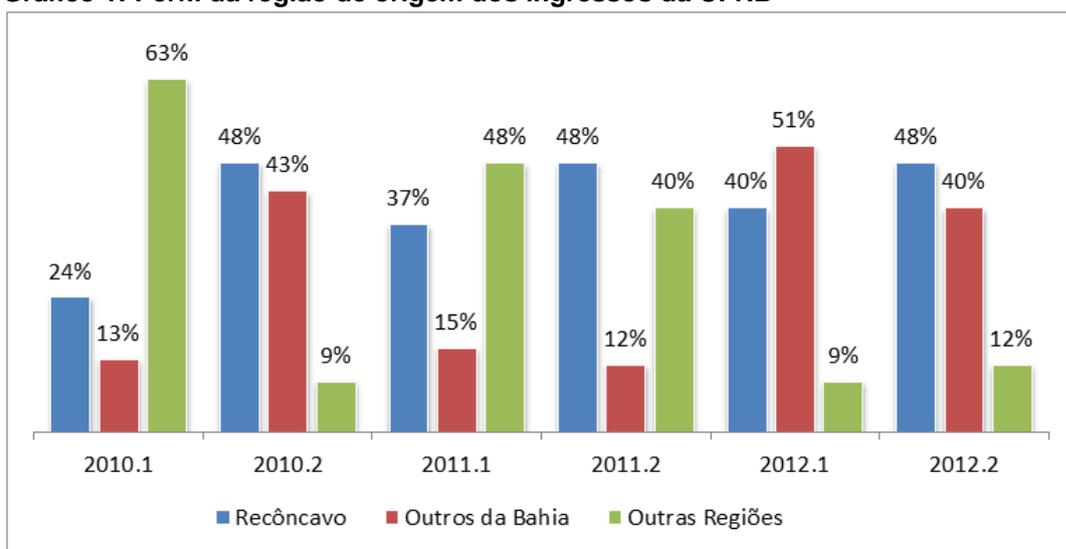
até o início do século XXI possuía apenas uma única universidade federal que se localizava na capital, cenário da maioria das IFES do país.

Nesse contexto, o nascimento da UFRB, vem amenizar a carência de ensino superior público na Bahia e a participação da Instituição no Reuni, trabalha sob essa mesma base de sustentação com vistas à estruturação da universidade, dialogando com a missão de trabalhar na fortificação das bases da Implantação voltadas para o compromisso com o desenvolvimento regional. Que é destacado por AC2.

Isso tem sido um aspecto muito positivo da nossa universidade. Nós somos uma universidade totalmente integrada à região do recôncavo. Os temas aqui tratados tanto os cursos quanto as ofertas e à pesquisa e extensão, tem uma forte relação com a região do recôncavo. E tem contribuído de forma decisiva para esse desenvolvimento regional em vários aspectos. Não só na questão da educação, da cultura mas também no desenvolvimento econômico. Então eu acho nesse aspecto que a universidade se fortaleceu muito ao optar por ser uma universidade com foco no regional. (AC2, 2012, comunicação oral).

Esse compromisso de desenvolvimento da instituição com o recôncavo, com a educação e a cultura da região pode ser observado no perfil do ingresso na Instituição conforme o gráfico 01 abaixo. Onde observamos que ao longo dos anos, o número de ingressos de estudantes na universidade advindos de cidades do recôncavo vem aumentando. Cidades essas, que foram mapeadas pelo IBGE.

Gráfico 1: Perfil da região de origem dos ingressos da UFRB



FONTE: Autoria da pesquisadora, criado a partir de dados da PROGRAD 2010-2012

Esses números são reflexos da recente chegada ao recôncavo de uma instituição de ensino superior e torna ainda mais forte o compromisso da instituição em trabalhar com a região no intuito de alargar o quantitativo de ingressos do recôncavo e cumprir integralmente a sua função de responsabilidade social com a região. Essa percepção, conforme a pesquisa empírica é de 80% dos nossos entrevistados que relataram a importância da UFRB para a região. No entanto 60% deles comentaram sobre o desafio de estar inseridos em uma região que ainda não é estruturada.

A infraestrutura no interior do Brasil e no recôncavo é muito ruim. Energia, telefonia, internet, água, tudo isso é um problema que a gente não esperava ter, pois nós estamos numa região já consolidada como recôncavo. Para ter uma ideia, às 18h não tem mais ônibus saindo de Cachoeira e nós temos um curso noturno ali, então tudo isso é um desafio que nós vamos ter que enfrentar para dar um salto na universidade. (AC1, 2012, Comunicação Oral).

A narrativa do entrevistado indica a situação na UFRB e desgastante para os gestores, fruto do REUNI que prevê políticas para a expansão interiorizada, mas não promove novas políticas para o desenvolvimento do recôncavo. Nesses termos a região não se desenvolve na medida necessária para absorver as demandas advindas com a universidade.

A Administração da universidade deveria traçar um discurso sobre a interiorização, no intuito de fixar os professores no interior. O Recôncavo, é carente de: cultura, educação e saúde. Além disso, o custo de vida é elevado. A Administração da UFRB poderia avaliar a possibilidade de construção de um condomínio de servidores, onde os custos de construção fossem divididos entre a Instituição e os servidores. Pois aqui no Centro enfrentamos sérios problemas, onde a maioria dos servidores mora em Feira de Santana ou Salvador e o Centro acaba só funcionando de terça a quinta. Se há uma reunião ninguém aparece fora nesses dias e, além disso, estamos encontrando ainda mais dificuldades para a realização de estágios dos alunos, que necessitam estar acompanhados por professores. Para termos uma ideia no prazo de 06 (seis) anos, no mínimo 15 (quinze) servidores já foram embora da Instituição. Essa situação prejudica a qualidade do ensino e o relacionamento interpessoal, conseqüentemente não se formam laços para desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão. (RDS/2, 2012, Comunicação Oral).

O argumento de RDS/2 é bastante peculiar e merece atenção pela administração da universidade. Aponta para a evasão de servidores, que deixa as relações frágeis e prejudica o desenvolvimento das pesquisas. Já AC2 relata que

“O Governo, deveria dar mais atenção para Instituições que se localizam fora do eixo das capitais”.

O entrevistado relata a necessidade de desenvolvimento de políticas para estruturação da região. Posto que apenas desenvolver políticas para interiorização da educação, sem capitanear novas políticas para estruturação da região, ocorrerá que em médio prazo os servidores irão procurar outras regiões que proporcionem melhor qualidade de vida, como relata RDS/2 “só quem está insatisfeito é quem sai”.

O próprio processo de expansão contribui para essa situação, pois aumenta a oferta de vagas nas IFES, o que contribui para o êxodo de servidores, que não estando satisfeitos na região de origem, buscam concursos e evadem. Se olharmos para a questão dos servidores técnicos administrativos que recebem o menor salário do executivo federal a situação ainda se torna pior. Onde a oferta de concursos que oferecem maiores salários é grande e para a UFRB que possui menos técnicos que a demanda, contribui ainda mais para a intensificação do trabalho docente conforme retratou RDS/1.

Essa situação a curto e médio prazo para os entrevistados e na nossa concepção, deve ser posto na agenda política da administração da UFRB, para que não haja prejuízos institucionais ainda maiores num futuro próximo. Apesar dessa situação, em longo prazo foi relatado, que se espera que haja uma atração de mais indústrias e avanços na cultura. E em curto prazo também se observa conforme destaque de AC1 “A injeção orçamentária nas cidades do recôncavo” o que beneficia o comércio, apesar de nos primeiros anos da universidade também se observar a especulação imobiliária.

A universidade também tem assumido o seu compromisso de responsabilidade social. Que pode ser percebido no destaque de RDS/2 “A UFRB oferta para o mercado bons profissionais em cursos da área de saúde”. Já RDS/4 destaca “a expansão do polo avícola que depende substancialmente da formação de técnicos (zootecnista, agrônomos e veterinários) capacitados a atender ao setor”.

As inferências dos entrevistados voltam a retomar a importância da expansão das IFES e o Programa REUNI, por proporcionar condições para estruturação das Instituições. No entanto, uma política só vai se tornar forte quando tiver por trás outras políticas que a fortifiquem. Diante disso, a interiorização por interiorização, não basta, conforme relatou RDS/1, “a expansão por expansão não nos interessa”.

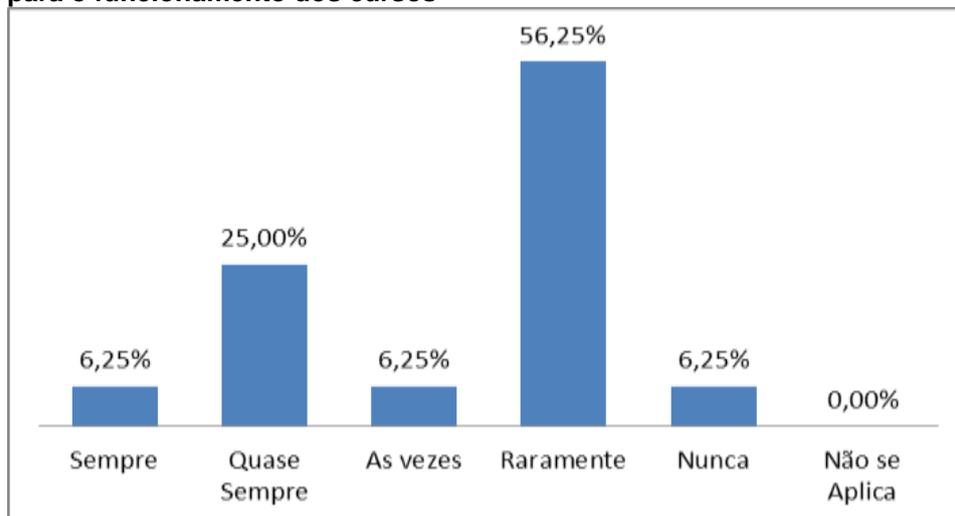
Faz-se necessário fortalecer as políticas desenvolvimentistas que serão alcançadas na articulação entre as políticas públicas governamentais em todos os níveis destacada por Teixeira (2002), nesse caso dos entes Federal, Estadual e Municipal juntamente com as políticas da Universidade.

4.5 CONDIÇÕES DA INFRAESTRUTURA PARA O FUNCIONAMENTO DOS CURSOS

A expansão pretendida pelo REUNI perpassa diretamente pela estrutura para funcionamento dos cursos, pois para alcançar o objetivo de ingresso de um quantitativo elevado de estudantes, as universidades necessitam conforme ANDIFES 2010, de três elementos sendo que 66,67% perpassam pela infraestrutura e manutenção desta e os 33,33% o restante compreende a contratação de servidores. Diante disso, pode-se perceber a importância do elemento infraestrutura como base do programa REUNI.

Essa constatação foi referendada pelos nossos entrevistados, posto que, nos discursos de todos os envolvidos na pesquisa, a estrutura para o funcionamento dos cursos de graduação da UFRB foi de alguma forma referendada e a percepção dos mesmos sobre esse elemento, pode ser visualizada no gráfico 02, abaixo.

Gráfico 02- Percepção dos entrevistados sobre a condição de atendimento da infraestrutura para o funcionamento dos cursos



FONTE: Autoria da pesquisadora, 2012.

Com relação à infraestrutura, a maioria dos entrevistados afirma que raramente ela atende às necessidades dos cursos de graduação da UFRB, pois segundo eles faltam laboratórios, hospitais, centro de referência e demais padrões aceitáveis para aprendizagem. Essa questão foi relatada por Fonseca (2009), onde há a necessidade de disponibilização de todos os insumos para a qualidade dos processos educacionais. Nesse aspecto pronunciou-se RDS/1 .

Nós temos a oportunidade de conhecer diferentes Centros e não ficar preso ao nosso Centro de origem. O que observamos de uma forma geral, é que ao longo do tempo, por isso que é importante o marco temporal. Na origem dos cursos grande são as dificuldades, principalmente no que se refere à infraestrutura. Vale destacar, que raros são os cursos que funcionam em plenas condições mínimas, em sua maioria funcionam ainda com condições que precisam ser alcançadas e atendidas, mesmo já sendo pactuadas há anos. Eu acho que esse é um dos problemas do REUNI e não do REUNI em si. Problema do processo de construção da obra pública e da expansão da UFRB que fica dependente de outros entes. No geral, percebemos, que o formato do processo do REUNI não favorece os cursos. Haja vista que, as condições mínimas para funcionamento demoram a chegar. Então às vezes, tem um grande número de docentes contratados, mas faltam condições de infraestrutura, como laboratórios, acervo de livros para determinados cursos. Destacamos que são raros os cursos na UFRB que já funcionam nas suas condições adequadas, a maioria ainda necessita de questões básicas para o seu funcionamento. (RDS/1, 2012, Comunicação Oral).

O entrevistado apresenta as perspectivas gerais do funcionamento dos cursos da UFRB. Para ele, a maioria dos cursos não funciona em condições adequadas para promoção de um ensino de qualidade e com isso, a igualdade de condições entre os centros fica comprometida. Na visão de Morosini (2011), a qualidade e a igualdade de condições ocorrem quando todos os envolvidos, nesse caso, os cursos, tiverem as mesmas condições de infraestrutura e insumos. Sem isso, há um prejuízo para formação do aluno.

A estrutura insuficiente foi destacada por 80% dos entrevistados, que independente do Centro que faziam parte, relacionava que a infraestrutura para o funcionamento ainda não chegava a patamares de estabilidade. Essa situação foi apontada pelos seguintes grupos de entrevistados (representantes dos: docentes, estudantes, diretores e administração central), sendo que, o que mais se observou foi a falta de estrutura de laboratórios e hospitais.

Os insumos para a realização de aulas práticas, também foi apontada pelo grupo de representantes docentes e sindicais entrevistados, como dificuldade para a realização das atividades de ensino. No entanto, vale ressaltar que para o grupo, o

material para as aulas teóricas geralmente são disponíveis em tempo, no entanto o que dificulta as pesquisas é o acervo de livros, menor do que a demanda.

Na pesquisa empírica, houve também destaques para infraestrutura geral dos campi da universidade, posto que a energia e a informática ainda trazem problemas que são enfrentados pelos centros de ensino. Nessa questão, outrora já destacou AC1, como um “desafio que a universidade enfrenta no recôncavo”. As condições de estrutura ainda não são desenvolvidas, apesar de a reitoria estar a 140 km da capital. Por exemplo, o serviço de banda larga, ainda não está disponível e o reflexo é que uma instituição, não apresenta condições suficientes para desenvolver plenamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em pleno século XXI, a instituição possui por exemplo, uma velocidade de internet muito aquém das suas necessidades e toda a comunidade universitária sente o reflexo dessa baixa estruturação do Recôncavo da Bahia.

Vale destacar ainda, que outras questões relacionadas à manutenção, segurança e desconforto térmico, na visão dos entrevistados, ainda são limitantes. Pois em diferentes centros de ensino, os entrevistados, afirmam que apesar do avanço, ainda sentem-se inseguros. Algumas estruturas levam muito tempo sem manutenção e em principal nas épocas mais quentes do ano, sentem falta de um sistema de climatização para execução das atividades laborais e acadêmicas, e segundo eles, essa questão prejudica o aprendizado.

Na ponta do processo percebemos que os estudantes da instituição, sentem o reflexo da infraestrutura para o funcionamento dos cursos, ainda em desenvolvimento. Onde 100% dos entrevistados dessa categoria também avaliam que raramente as condições atendem ao funcionamento dos cursos. Nesse ponto E1 afirma: “Para o funcionamento ideal dos cursos ainda faltam muitas coisas, mas acho que estamos no caminho”.

A afirmativa do entrevistado é crítica com relação à situação da infraestrutura ideal para o funcionamento dos cursos, mas vislumbra um patamar de melhoria no futuro para a execução das atividades. Com relação aos problemas RDS/1 volta a destacar agora numa perspectiva mais aprofundada que:

Não necessariamente seria um problema do REUNI, mas um problema da expansão. Então uma expansão muito grande em pouco tempo. Que força as Universidades a construir obras, mas os cursos começam antes das obras. Que não necessariamente é um problema das obras, mas um

problema da expansão que são casados. Então o curso acontece, turmas se formam e as estruturas não foram consolidadas. Isso ocorre, pois o tempo de construção da estrutura foi superior, ou está sendo superior a formação dos alunos, então um problema sério para turmas que já se formaram, passaram por essa Instituição sem, as condições mínimas de funcionamento. (RDS/1,2012,comunicação oral).

A perspectiva da situação, foi abordada de forma clara pelo entrevistado, coadunamos com a sua percepção, conforme referências de Teixeira (2002), onde “nem sempre as políticas são compatíveis entre as intervenções e declarações”. Posto que as dificuldades do REUNI e da expansão fora uma questão universal de concepção política num tempo curto, em que a execução ocorre antes do planejamento e infraestrutura.

O Reuni trouxe uma nova discussão para dentro da Universidade. Sobre a sua estrutura acadêmica como a infraestrutura e esse formato que as universidades possuíam poderia atender essa nova demanda, esse novo contexto. Acho que trouxe esse questionamento para a Universidade, mas a nossa estrutura precisa se modificar muito para poder atender a um novo tipo de formação de ensino superior no Brasil. (AC2, 2012, comunicação oral).

O nosso grande ponto crítico, eu não tenho dúvidas é a realização de obras. Esse é o grande problema da universidade e de outras IFES. Lamentamos profundamente que só agora o governo federal está encaminhando para usar os mesmos critérios de obras da copa do mundo para as IFES. É inadmissível que prédios que tenham começado muito antes do que estádios da copa do mundo ainda não tenham sido completados. Só verificar, por exemplo, que o nosso hospital veterinário ele começou antes da Arena Fonte Nova e a Arena vai ser entregue antes, por que são regimes diferenciados de contratação. Lamentamos muito que o país tenha percebido a necessidade de mudar o regime de contratação para fazer a copa do mundo e não tenha percebido no devido momento a necessidade de mudar esse regime de contratação de obras para uma expansão desse tamanho,. Isso é lamentável e acho que esse é o grande ponto crítico que temos hoje. (AC1, 2012, comunicação oral).

Os argumentos dos entrevistados acima relacionados convergem em muitos aspectos. Deixando dessa forma, entrever que dentro do mesmo governo foram adotadas políticas para contratação de obras diferentes, para a educação e para o esporte competitivo de expressão mundial em termos do sistema capitalista, no caso específico da copa do mundo.

Os dados disponibilizados pela PROPLAN reforçam essa questão. Posto que dos 100% do orçamento autorizado pelo MEC (custeio e investimento) para a UFRB, durante os 04 (quatro) anos o REUNI, a Universidade consegue empenhar 99,798%. No entanto a liquidação não ocorre na mesma velocidade, pois analisando somente os valores disponibilizados no ultimo ano do Programa, verificamos que de 91,238%

empenhado apenas 52,872% é liquidado. Isso acontece, pois a liquidação é a última fase anterior ao pagamento da despesa.

Sendo assim, o contratante, nesse caso a Administração pública, atesta o recebimento da mercadoria/serviço assina a nota de fornecimento para as providências relativas ao pagamento. No entanto, por exemplo, como parte das obras com o REUNI não foram entregues observa-se que o montante de 38,366% dos recursos empenhados ainda não foi liquidado, isso considerando apenas o último período observado.

Analisando o quantitativo de obras na Universidade capitaneadas com Recursos do REUNI, em 03 (anos), verificamos que dos 100% das obras contratadas apenas 20% foram concluídas e entregues. Os 80% restantes estão em andamento ou paralisadas. Nesse ponto também vale destacar as assertivas de D1.

O nosso Centro foi inserido no REUNI, mas somente as vagas de docentes foram efetivadas, e nem todas, agora que foram liberadas as demais. Em infraestrutura, houve uma demora nos projetos, e vimos apenas os laboratórios de outros centros serem construídos. Agora que começou o do nosso centro. (D1, 2012, comunicação oral).

D3, afirma possuir obras pactuadas no projeto, não realizadas e com 04 (quatro) obras paradas, acredita que “A UFRB não se planejou para cumprir com o acordado no REUNI, seja em estrutura física, seja no preparo do corpo de servidores (técnicos e docentes)” (D3, 2013, comunicação escrita).

As argumentações dos entrevistados reforçam os atrasos das obras, atribuindo responsabilidades ao planejamento institucional para gerar os mesmos recursos, com deficiência na execução de projetos, esse último, apontado por D4. A conjunção de todos esses fatores não gerenciados de forma eficiente provocou o atraso na entrega das estruturas.

Independente das razões, o fato é que o cenário infraestrutural para realização dos cursos na UFRB ainda precisa de variados ajustes. Fato que ocorre, por diversos motivos e nesse sentido, a universidade fica limitada de exercer com eficácia as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.6 QUESTÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REUNI NA VISÃO DOS GESTORES E DAS REPRESENTAÇÕES DOCENTE E SINDICAL

As discussões dos entrevistados foram primordiais para a pesquisa, na medida em que esta capitaneou os sentimentos dos representantes da administração central, diretores de centro, representações docentes, sindicais e estudantes, sobre os efeitos da política do programa REUNI. No geral observamos que a comunidade acadêmica não era contrária a expansão e sim a forma como era executado o REUNI, conforme o destaque de RDS/1.

Só para não confundir que às vezes quando se faz crítica ao REUNI, parece que está se fazendo crítica a expansão. Não, uma vez que a principal bandeira do movimento docente em específico era a expansão das universidades federais, já que o estado da Bahia passou por muito tempo, apenas com uma IFES. Defendemos uma expansão sim, mas expansão com condições mínimas garantidas, com um padrão único. No país a expansão está sendo precária e na UFRB não é diferente, apesar da UFRB, se destacar positivamente frente a outras IFES. No entanto, a expansão precária também não interessa, esse é um desafio que fica para o dialogo e discussão. A Administração da UFRB precisa parar para refletir sobre as questões que esse estudo trás, além de discutir como evitar a precarização do processo de expansão. A expansão é uma conquista, e ela poderá agir de forma deletéria aos seus objetivos iniciais, o de oferecer condições de ensino e de trabalho de qualidade para o interior do país e esse caso o interior da Bahia. Essa é uma preocupação que preciso destacar a expansão não basta ser expansão por expansão. Precisa ser uma expansão de qualidade, precisa ser debatida no interior da Universidade e com a comunidade do recôncavo. (RDS1, 2012, comunicação oral).

A crítica do entrevistado é pertinente, posto que expandir sem as condições perfeitas condições de infraestrutura de servidores, não é interessante para a UFRB. No entanto, o entrevistado (RDS/1), não nega que a adesão da Instituição ao REUNI foi importante e agora a preocupação é com o financiamento Institucional pós Programa.

A preocupação de RDS/1 relatada acima é de grande parte dos entrevistados (cerca de 80%). Observamos que há uma preocupação com os recursos a serem disponibilizados pelo governo após o Programa Reuni. Tal apreensão é condizente, visto que na década de noventa, as IFES tiveram recursos governamentais reduzidos, conforme apresentado pela Andifes.

Apesar da injeção de recursos nas IFES, o problema da política do REUNI para RDS/2 “É que o governo não deu as condições necessárias para

operacionalização”, para execução das ações de forma a atender as próprias diretrizes estabelecidas pelo Programa.

Com isso, o sentimento é de conclusão do tempo para execução da política REUNI sem a perfeita estruturação da UFRB, conforme delineava o Programa. Essa situação vai além do atraso na entrega das obras. A contratação de servidores, também foi relatado na pesquisa empírica. Isso ocorreu, conforme observado na pesquisa documental, pois o MEC liberou todas as vagas para contratação de docentes, mas não as de servidores técnico-administrativos. Com relação ao exposto D2 afirma.

Eu acho positivo o Programa REUNI, mas os dois grandes gargalos que tem dentro da perspectiva do Programa é a infraestrutura. Ela não caminhou no plano e nos objetivos traçados e veem sofrendo uma serie de atrasos. O corpo técnico também não veio dentro desse quantitativo, são elementos que precisam de aprimoramento dentro do programa. (D2, 2012, comunicação oral).

Nesse ponto, o reflexo dos efeitos desse Programa é sentido pela comunidade de servidores, com a intensificação do trabalho que RDS/1 justifica como “fruto da expansão”. “Essa situação ocorre, pois há a expansão do número de cursos, estudantes, mas o quantitativo de servidores não expande proporcionalmente”.

Diante dessa posição, ocorre conforme dados da pesquisa empírica, a incorporação de funções técnicas pelos professores. Condição que RDS/1 avalia como preocupante, pois para ele, a tendência é que o “Professor seja um captador de recursos via edital”. O que torna a sua jornada de trabalho elevada, devido às ações para execução dos recursos, além do desenvolvimento das demais atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A intensificação do trabalho docente, nas IFES, segundo RDS/1 ocorre no cenário nacional, no entanto, para as IFES mais recentes como a UFRB o impacto, é ainda maior. Além desse impacto, o entrevistado relata outro problema advindo com o REUNI, “Docentes doutores, ao invés de estar pensando em projetos para a Instituição precisam parar para utilizar planilhas, fechar contas” (RDS/1, 2012, Comunicação Oral).

Tratando-se do plano de consolidação acadêmica do REUNI da UFRB, aprovado pelo MEC, quando indagados se o Centro e os Docentes se viram

contemplados com o PCA/REUNI da UFRB, 50% dos consultados, afirmavam que não conseguiam enxergar a categoria no plano aprovado.

Apesar de alguns Centros da UFRB, serem conquista do REUNI, a maioria dos docentes, (como vem após o pacto), não conheci amplamente a proposta do REUNI da UFRB, ainda que esta, seja um documento público. Então até para se identificar enquanto contemplado na proposta tem uma dificuldade. Já que ambos não conhecem e não existe uma estrutura, um funcionamento de apresentação desse pacto aos docentes que aqui chegam. Falo pela minha experiência de 2009 para cá, não tivemos uma oportunidade ampla para que todos os docentes conhecessem de fato, para poder identificar dificuldades ou até ajudar no processo de consolidar. (RDS/1, 2012, Comunicação Oral).

Nesse ponto vale destacar que 25% dos entrevistados, atribuíram como resposta, à assertiva não se aplica no questionário, pois apesar de um documento público os servidores não conhecem o Plano da Instituição no REUNI, apesar da maioria ser contratada por conta dele. Isso também é sentido por um representante docente, que acha que a universidade, falha na comunicação institucional. Nesse ponto RDS/4 informa que não sabe “Aonde quer ir a UFRB?” (RDS/4, 2012, Comunicação oral).

Esse contexto de desconhecimento Institucional interfere no processo de articulação comunitária e de formação de laços de amizade, que contribuem para o desenvolvimento das políticas públicas, destacado por Teixeira (2002). Reduzindo dessa forma, as oportunidades de a categoria trabalhar em conjunto com a Instituição para estabelecer Políticas desenvolvimentistas.

No final do tempo programado pelo MEC para a execução do Programa REUNI o sentimento é de tentar negociar com o governo a ampliação do tempo programa ou a criação de outros mecanismos de reestruturação das IFES em um formato diferente. Conforme destaca D3 “Precisamos manter o processo de expansão, porém é fundamental, estudar e lutar pela redução das taxas de evasão”.

Os representantes da administração central também se mostraram preocupados com esse fenômeno que AC4 destaca “a evasão não é decorrente da expansão, mas do sistema de avaliação que democratiza o acesso, mas não garante a permanência. Este é o novo desafio a ser enfrentado”.

AC1 concorda com a visão de AC4, na medida em que afirma: “A grande questão da taxa de evasão hoje é que ao aumentar o numero de estudantes, nós

não criamos programas que afiliassem esse maior número de estudantes a Universidade, então eu diria que esse é o grande problema da expansão”.

O destaque dado tanto por AC1 quanto por AC3, é que a taxa de evasão da UFRB, está na média das outras IFES, no entanto AC3 afirma “Mas nós não estamos felizes por estar na média, queremos estar abaixo dela e estamos trabalhando para isso”.

Quando indagamos qual o sentimento dos entrevistados com a UFRB pós a fase do REUNI, AC2 identificou que a Instituição teve como desafio organizar a estrutura administrativa para atender a burocracia da implantação e da execução dos recursos. Destacando também as dificuldades e oportunidades da Instituição após REUNI:

Consolidamos enquanto Instituição Pública Federal na Bahia, avançamos na Pós-graduação e hoje a universidade ela tem se preparado para um crescimento futuro e isso reflete nas notas de avaliação dos nossos cursos. Hoje a UFRB tem um quantitativo muito bom de professores qualificados para seguir na sua consolidação. Ainda resta investimentos na sua infraestrutura principalmente na sua infraestrutura de apoio como melhorar a questão dos laboratórios, a urbanização a parte elétrica fornecimento de energia e água isso ainda temos que avançar e alguns equipamentos que não conseguimos adquirir que são de atendimento a comunidade como e o caso de restaurantes universitários, praças esportivas, centros comunitários. (AC2, 2012, comunicação oral).

Essa visão de AC2 contempla o sentimento capitaneado pelos entrevistados que a Universidade se expande, mas precisa melhorar a infraestrutura para avançar. Essa política de expansão que também é sentida por AC3.

Hoje não se pode mais viver a mesma expansão solicitada pelo REUNI. É uma coisa muito rápida sem tempo de maturação, feito de uma forma aligeirada e que causou muitos problemas. Com a maturidade adquirida através da vivência com o Reuni, precisamos pensar em uma expansão muito mais pé no chão. Além disso, é preciso também expandir a pós-graduação, precisamos assegurar a pós-permanência do estudante na Universidade, que ele esteja em outros cursos de mestrado e doutorado. Os entraves nas construções, na criação rápida de cursos, na pactuação de metas, de número de vagas é muito complicado de assegurar. Depois disso, é preciso ter mais maturidade para fazer um crescimento maduro sem essa ânsia que o Reuni trouxe. (AC3, 2012, comunicação oral).

As inferências desse discurso, são seguras e críticas, ao passo que relata que uma expansão feita às pressas acaba não saindo como se deseja, essa afirmação que também outrora relatada por Teixeira (2002), das diferenças entre as intervenções, com declarações de vontade e as ações. Ou seja, pretendia-se uma

expansão mais eficiente, mas não ocorreu, conforme relatos dos entrevistados, como planejado.

O caminho destacado por AC3 para novas expansões, passa pela Pós-Graduação. Nesse ponto, as inferências dos entrevistados de como aumentar a interlocução da graduação com a pós-graduação, para que pudesse haver essa nova expansão perpassa para AC4 “pela maior participação dos colegiados nas ações dos bolsistas de modo que eles ajudem nos enfrentamentos da evasão e retenção”. Sobre essa questão relata D4 e D3,

Creio que era necessário buscar modos de flexibilização curricular que previssem elaboração e implementação de componentes e ações pedagógicas comuns permitindo que estudantes de graduação e pós-graduação participassem das mesmas atividades. (D4, 2012, comunicação escrita).

Flexibilização essa que AC3, afirma que apesar de prevista no PCA da UFRB, não ocorre como previsto, e essa seria uma medida necessária inclusive para tratar a evasão. (AC3, 2012, comunicação escrita). Já D3, afirma que: “Precisamos modificar a concepção (e a estrutura) dos currículos dos cursos de graduação, de forma que a pesquisa e a extensão sejam consideradas parte da trajetória da graduação e não apenas uma obrigatoriedade para obtenção de pontos necessários para a titulação”. (D3, 2012, comunicação escrita).

A necessidade de um debate sobre a avaliação do REUNI e da expansão da Universidade, também é um sentimento de E2, que inclusive incentiva que a Instituição busque um prolongamento do REUNI. Essa também é a visão de E1 que afirma não saber se houve alguma avaliação Institucional sobre o REUNI que os estudantes tenham sido convidados a participar, mas acredita que não tenha ocorrido. AC2 também se refere a essa questão.

Considero que o MEC ele precisa nesse processo de expansão do REUNI rever a questão das universidades novas. Penso que nós não conseguimos ter uma política dentro do MEC de atendimento específico das universidades novas. Penso que para as novas expansões deve ser dado um tratamento diferenciado a essas Universidades. Além de, uma nova forma de fazer essa expansão, avalio que precisamos ter um pouco mais de planejamento nesse processo. Isso é fundamental, fazer uma antecipação de investimentos criando uma estrutura antes do funcionamento dessas Instituições. (AC2, 2012, comunicação oral).

O relato de AC2 sobre a necessidade de atentar para um planejamento institucional, mais eficaz para a execução do REUNI, também é relatado por D3.

Não houve um acompanhamento adequado do REUNI, além disso, em razão das enormes demandas do dia a dia do Centro, ele acabou não sendo prioridade (existiram outras prioridades urgentes). (D3, 2012, comunicação oral).

O comentário do entrevistado aponta para uma crítica ao acompanhamento da política do REUNI pela Instituição. Na sua concepção, não houve um acompanhamento efetivo, a fim de detectar situações que poderiam ser revistas ao longo do processo de execução, como por exemplo, a necessidade de flexibilização curricular.

Quando questionados sobre o que a administração da UFRB, faria de diferente, se tivesse a oportunidade de participar de um novo programa governamental para a reestruturação ou estruturação das IFES, AC1 relatou.

Eu acho que a única coisa que nós poderíamos fazer diferente seria uma campanha para mudar regime de contratação de empresas. É inadmissível que se busque metas tão ousadas com o regime que só beneficie o infrator, nesse o construtor. Isso é um absurdo, então acho que começaria de novo pedindo uma mudança no regime de contratação. (AC1, 2012, comunicação oral)

A discussão trazida por AC1, também é relatada por D2.

O Governo deve montar toda a infraestrutura. Garantir que toda a infraestrutura esteja pronta e garantir o corpo docente. Depois disso, que se deve proceder as matrículas. Dessa forma, eliminar-se-á todos os transtornos. (D2, 2012, comunicação oral).

O entrevistado corrobora a afirmação de Teixeira (2002) ao focar a necessidade de articulação dos entes para alteração da agenda política. Se essa estratégia tivesse ocorrido durante a execução do REUNI a UFRB poderia ter revisto a tempo o quantitativo de ingressos e diminuído a insatisfações da comunidade com a estrutura deficiente.

Queria destacar a importância desse estudo. Por que a maioria das pessoas que estão fazendo acontecer a universidade não conhece, ou não estão empenhadas dentro dos desafios da sua construção. Então o processo do REUNI ele tem vários problemas, mas sendo assim única opção dentro do processo de construção da UFRB, é preciso avançar nas discussões de forma crítica do próprio REUNI. Uma vez que ele já está em processo, mas identificar alternativas para amenizar e transformar os problemas já existentes. Eu acho que esse é o desafio, estudos como esse ajudam, do ponto de vista Institucional a Instituição abre a discussão sobre o financiamento e autonomia da Universidade, que gente tá passando pelo

processo de expansão que é fundamental. (RDS/1, 2012, comunicação oral).

As discussões inclinam para variados sentimentos dos entrevistados sobre o PCA/REUNI da UFRB, do ponto de vista da expansão dos cursos de graduação da Instituição. No entanto, observamos que houve um consenso sobre a necessidade da expansão dos cursos, no entanto, a execução das ações do planejamento de expansão, precisava ter sido monitorada para diagnosticar possíveis ajustes que surgissem ao longo do processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e a execução de políticas de expansão da Educação Superior, no Brasil, que garantam o direito constitucional de acesso ao ensino é uma demanda social histórica. Portanto, o investimento na educação em todos os níveis é condição fundamental para o desenvolvimento da nação, sobretudo no contexto atual em que o conhecimento passa a ter um papel diferencial no contexto global.

Face ao exposto, se faz cada vez mais necessária à garantia do acesso a educação, a fim de que a população possa ter condições equitativas em termos de oportunidades educacionais. Possibilitando, dessa forma, os sujeitos oriundos das camadas mais populares conquistarem certas oportunidades que antes julgavam impossíveis.

Do ponto de vista da educação superior no contexto brasileiro, com a história de minimização do Estado em face da questão social nos marcos da última década do século XX, carece uma atenção especial. Nessa década, houve a pulverização da educação e do processo mercantilizador disfarçado de democracia, decorrente da ampliação da oportunidade do acesso universitário a partir da esfera privada, ao passo que, as IFES enfrentavam dificuldades financeiras. Dificuldades essas, que minimizavam a contribuição para o desenvolvimento das atividades de ensino, da pesquisa e da extensão, através das IFES.

Os apontamentos prévios dessas considerações, aclarados acima, revelam o nível da complexidade de toda e qualquer análise no campo das políticas públicas na agenda da educação brasileira no século vigente. Já que para fazê-la é pertinente considerar fatores conjunturais e estruturais que muitas vezes escapam dos nossos olhos, dificultando a realização de uma investigação com profundidade e densidade notáveis.

Contudo, na investigação, ensejada pelo processo de expansão do Ensino Superior impresso a partir do Programa REUNI da UFRB, em todas as suas vertentes de democratização e interiorização, procuramos nutrir o percurso investigativo de atenção no tocante aos documentos analisados e das narrativas obtidas através dos sujeitos da investigação, que expressaram suas percepções e sentimentos em torno do objeto investigado.

O presente estudo teve como objetivo investigar os efeitos da política do Reuni na graduação da UFRB, do ponto de vista da ampliação de cursos e número de vagas no bojo do processo de interiorização do ensino superior. Nas análises realizadas, com intuito de atingir o objetivo ora proposto, neste capítulo de considerações finais, buscamos apresentar os argumentos e fazer certas inferências de maneira a responder as questões formuladas nesse estudo.

Constatamos que a concepção e base política do REUNI, visava atender aos anseios sociais pela democratização do ensino superior. Concepções essas que seguiam as definições dos diagnósticos do MEC e da ANDIFES, que previam a necessidade de reestruturação acadêmica e curricular das IFES brasileiras, que estariam ultrapassadas.

A pesquisa apontou que o principal foco do REUNI, o da expansão do ensino superior, era importante na visão dos sujeitos da investigação, bem como nos documentos institucionais analisados. No que pese que as IFES, no Brasil, estavam passando por um longo período de decadência e perdiam espaço para instituições particulares.

A intenção do REUNI era importante frente às necessidades de expansão do ensino superior preterida pela comunidade acadêmica, no entanto, o modo como a política fora configurada, de forma unilateral; sem a participação dos executores, no sentido de que eles pudessem se prevenir dos possíveis gargalos prejudicou o desempenho das metas propostas pelo Programa.

Constatamos que houve uma divergência entre os formuladores e executores da política pública do REUNI. Nesse sentido, a própria comunidade acadêmica que demandava a expansão, no caso da UFRB, teceu críticas ao REUNI.

Desde o início, a política do REUNI fora desenhada de forma desalinhada, já que a meta global que a abastecia (taxa de conclusão de 90% e a relação de professor/aluno de 18:1) era muito abrangente, baseada em níveis internacionais. Neste sentido, as IFES brasileiras, sentiram dificuldades para executar as grandes metas do programa REUNI, isso também ocorre com a UFRB, que já estava com dificuldades para operacionalizar as grandes metas do PDI.

De acordo com os resultados desta pesquisa, podemos constatar que houve uma expansão acentuada na graduação da UFRB, em um curto espaço de tempo,

porém, sem estrutura pronta e o devido lastro de servidores, tanto docentes quanto técnicos, necessários à expansão que estaria sendo orquestrada.

As análises realizadas apontaram para um processo de adesão ao Programa REUNI na UFRB de forma tranquila, diferente da maioria das IFES. Isso se deve a autonomia que a administração da universidade conferiu aos centros de ensino para proporem planos setoriais que fossem incorporados à macro proposta institucional do REUNI. Apesar da conjectura de planos setoriais, a construção da macro proposta da Universidade ao REUNI, intitulada como plano de consolidação acadêmica da UFRB (PCA/UFRB) foi construído por meio de um insuficiente debate, por diversas razões, a jovialidade institucional, o recente desmembramento da escola de agronomia, além de poucos servidores que alimentassem o debate à época.

A participação da UFRB no REUNI assumiu um formato diferenciado, visto que a expansão ocorreria ao lado da implantação, vislumbrando a estruturação da UFRB, que não seria possível apenas com os recursos da instalação, segundo apontaram alguns entrevistados, vinculados a Administração Central, Representantes Docentes e Sindicais e Diretores dos Centro de Ensino.

Os entrevistados apontaram ainda, que eram favoráveis a participação da UFRB ao REUNI, posto que não havia outra possibilidade da universidade expandir os seus cursos de graduação sem a participação no REUNI, haja vista que os recursos de implantação eram insuficientes para abarcar uma expansão elevada de vagas destinadas aos cursos de graduação que seriam criados.

Apesar do apoio a adesão, a comunidade avaliou que as discussões em torno do programa REUNI demonstraram-se sutis para a consecução de um PCA consolidado. Sendo esse, traduzido em fragilidades que apareciam ao longo do desenvolvimento das ações políticas para uma jovem universidade que não se planejou adequadamente para execução das grandes metas do seu PCA/REUNI. Mesmo com a amplitude das metas apresentadas o plano fora validado pelo MEC e, num segundo momento, pós-aprovação, houve revisão das metas propostas no PCA visando adaptá-las para a realidade da UFRB. Nesse ponto, os cursos propostos inicialmente foram alterados e outros já existentes tiveram o quantitativo de vagas ampliadas.

Nesta pesquisa, os entrevistados foram instigados a responder a alguns questionamentos, como por exemplo, a importância da Universidade participar do Programa REUNI, se as metas foram atingidas, os desafios para execução do programa, quais os impactos do programa, se as categorias se viam contempladas com o plano da UFRB, entre outros. Destarte, no que se refere à execução do programa, verificamos que após o PCA aprovado pelo MEC, a UFRB tomou a decisão de revisar as metas que englobavam o plano visando adaptá-lo a realidade da Universidade. Tal fato foi apontado pelos entrevistados, que registraram que as discussões mais uma vez não foram suficientes, pois nem todos servidores tiveram a oportunidade de participar e opinar.

Nessa situação, percebeu-se o efeito da política expansionista proposta de maneira aligeirada pelo MEC, onde a UFRB necessitava cumprir o quantitativo de vagas que estava acordado no PCA para garantir as vagas de servidores.

As percepções sobre as visões gestoras dos grupos de entrevistados (AC, RDS, D) nessa pesquisa apontam para uma desmotivação com a proposição da política do REUNI. Observamos nos argumentos dos entrevistados, que o descontentamento era baseado no modo pelo qual foi feita a execução da expansão. Os docentes, representados pelos (diretores e representantes docentes e sindicais) desejavam ter condições para desempenhar um trabalho para promoção de um ensino de qualidade. Com isso, a alternativa foi: adaptar as estruturas, atender a exigências da implantação e da execução de recursos, além de buscar estratégias para driblar o desafio de oferecer condições mínimas para oferta de ensino, pesquisa e extensão.

O estudo revelou ainda, que os discentes sentiam necessidade de ultrapassar a barreira de estudar em uma instituição que ainda não estava devidamente apropriada para recebê-los. Considerando-se o que está preconizado na missão institucional da UFRB, a exigências da formação cidadã e as exigências feitas pelo mundo do trabalho aos profissionais de diferentes áreas do saber científico.

Os resultados permitem afirmar, que a UFRB não alcançou a meta global do REUNI, devido a vários fatores e, principalmente, pela preocupação institucional com o ensino ofertado. Posto que sem condições infraestruturais e humanas (servidores) ficaria prejudicada a base acadêmica para que o egresso tivesse uma formação profissional diferenciada.

No que se refere à outra grande meta de diminuição da taxa de evasão, percebemos que a mesma não foi ajustada para atingir os patamares propostos no PCA, questão que está sendo averiguada por um grupo de trabalho da Instituição, designado por uma portaria institucional. No entanto, a presente pesquisa, embora não tivesse o foco na evasão, já permite inferir que essa questão perpassa pelo não cumprimento da pretendida flexibilização dos itinerários formativos e o diálogo incipiente da graduação com a educação básica da região e da graduação com a pós-graduação da própria universidade.

No tocante ao dialogo da graduação com a pós-graduação, ele não ocorreu na intensidade necessária para qualificar os cursos de graduação. Foram liberadas bolsas pelo Programa REUNI para que os discentes da pós-graduação desenvolvessem atividades que apoiassem a graduação, com vistas à qualificação. Atividades de apoio que contemplassem, por exemplo, a elaboração de materiais que apoiassem as aulas, no entanto, a produção foi ínfima. Vale ressaltar também, que o quantitativo de bolsas liberadas foi insuficiente para atender todos os cursos de pós-graduação, apesar disso, sugerimos que a administração da universidade discuta medidas para diminuir o distanciamento da graduação e a pós-graduação independente da oferta de bolsas do REUNI ou de outras agências de fomento.

A Pesquisa documental através de gráficos apresentados apontou que apesar de haver o ingresso na UFRB de estudantes provenientes do recôncavo da Bahia, esse número ainda é baixo se comparado ao ingresso de discentes de outras regiões, não apenas da Bahia, mas de muitos estados brasileiros. Essa questão traz reflexos sobre a interiorização do ensino, pois como já foi destacado outrora o desenvolvimento regional perpassa pela educação. Diante disso, faz-se necessário que discentes provenientes da região do recôncavo estejam na UFRB. Nesse sentido, haverá a verdadeira interiorização do ensino, posto que possuir a maioria de estudantes provenientes de outras regiões e que provavelmente regressarão para as regiões de origem, não promove o desenvolvimento regional propalado na missão da UFRB.

As análises permitem afirmar a necessidade de a Universidade dialogar com a educação básica, no sentido da qualificação do ensino das redes estadual e municipal. Isso vai permitir que os alunos que frequentam as escolas compreendidas no Recôncavo, desenvolvam as competências necessárias para o ingresso na

UFRB e permanência na UFRB. Com isso a Universidade ampliará o seu nível de colaboração com o desenvolvimento do Recôncavo da Bahia e cumprirá o proposto na sua missão institucional.

A investigação apontou para uma nova problemática que advém da expansão, do REUNI, a intensificação do trabalho docente. Tal fato ocorre, porque o MEC liberou todas as vagas para servidores docentes, na UFRB, no entanto não autorizou as vagas pactuadas para os servidores técnico-administrativos. Diante do quantitativo reduzido de técnicos, conforme relatou parte dos representantes docentes ou sindicais e diretores de centro de ensino, os docentes tiveram que assumir cargos de gestão, (desempenhando trabalho técnico), aliado ao desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo de docente (ensino, pesquisa e extensão), além da captação de editais em busca de financiamento para as suas pesquisas, frente ao reduzido financiamento da Universidade. Em síntese, todos esses motivos colaboraram na visão dos docentes para a intensificação do trabalho.

Os resultados apontam ainda, para insatisfação dos entrevistados (RD/S e D), com o processo de interiorização. Visto que, cidades que já possuíam serviços precários passam a receber um quantitativo elevado de novos moradores. Esse fato repercute no nível de insatisfação dos docentes e técnicos, que por conta disso, buscam novas oportunidades em Instituições mais consolidadas, dando origem ao que ousamos chamar de o fenômeno da evasão de servidores públicos da UFRB.

No que tange a evasão anunciada, a investigação aponta para a necessidade da UFRB se atentar para esse novo fenômeno, criando meios e estratégias de garantir a permanência dos servidores. Isto porque as argumentações dos entrevistados apontaram para a dificuldade em estabelecer laços para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão. Aliado a esse fator, a UFRB investe na capacitação de servidores (docentes e técnicos), que por sua vez passam a atuar em outras organizações – ou realizam concursos – e levam consigo o conhecimento que poderia ser aplicado na UFRB.

Ainda em relação aos servidores docentes, alguns entrevistados assinalaram que o incentivo a pesquisa pela Universidade é raso, no que diz respeito à produção e difusão do conhecimento. Uma vez que ao participarem de eventos muitas vezes tem que pagar as despesas de passagens, hospedagem e alimentação do próprio bolso, haja vista que as diárias conferidas não cobrem os custos. Na visão dos

entrevistados esses incentivos são fundamentais para a qualificação da graduação, na medida em que estando em contato com pessoas para trocar experiências e construir novos saberes através dos eventos, pode-se garantir a atualidade dos conhecimentos nas áreas em que atuam.

Nesse sentido, o estudo sustenta a necessidade de articulação das Políticas da Universidade com as Políticas do Governo Municipal, Estadual e Federal. Políticas essas conforme relato de parte dos entrevistados, que promovam a atração de empresas que ofereçam serviços para o abastecimento da infraestrutura na região, proporcionando melhores condições de vida, nos aspectos da saúde, lazer, transporte, cultura para os nativos e novos moradores do Recôncavo que advém com a Universidade.

As orientações dessa pesquisa permitiram apresentar os efeitos da política aligeirada do REUNI sobre a graduação da UFRB. Política essa que não favoreceu o planejamento das ações da Universidade no Programa e fez com que, as grandes metas do REUNI fossem parcialmente cumpridas e a expansão da graduação não ocorresse de maneira plenamente qualificada, conforme o relato dos entrevistados. Diante do cumprimento parcial das metas do REUNI pela UFRB, imperiosa é a reavaliação por parte da administração central da UFRB da política adotada no REUNI da instituição.

Na reavaliação do Programa REUNI da UFRB, a Administração Central deve oportunizar todos os representantes da comunidade acadêmica dos Centros, a dialogar sobre o pactuado, o executado, e as dificuldades encontradas. Aliado a este ato, o ideal é que haja o pronunciamento institucional sobre todas as suas realizações durante o Programa.

Refinando essas considerações, sugerimos que seja elaborado um dossiê sobre o Programa REUNI da UFRB, pontuando as suas potencialidades e dificuldades, podendo ser socializado através de um evento institucional que tenha a comunidade acadêmica como público-alvo. Tal fato irá permitir a consecução de um novo planejamento expansionista para a Instituição, baseado na larga experiência obtida com o REUNI.

Ainda com o objetivo de desenvolver uma expansão de qualidade, recomenda-se uma articulação política da UFRB com as demais IFES do país, para delinear um instrumento avaliativo do Programa REUNI no intuito de apresentar ao MEC,

pontuando a necessidade de adotar para as IFES, um regime de contratação diferenciado como ocorreu com a Copa do Mundo de 2014, visando dar celeridade ao processo de obras e compra de equipamentos.

É importante ressaltar a preocupação com o financiamento das IFES pós REUNI, sugerindo-se a possibilidade de prorrogação do Programa para a consecução das metas propostas com uma estrutura adequada. Portanto, sugere-se ainda que seja avaliada a criação de um novo programa que vislumbre o fortalecimento da graduação através da expansão da pós-graduação, de modo que essa expansão seja adaptada à realidade brasileira e com condições estruturais e acadêmicas eficazes para a promoção de um ensino de qualidade e, conseqüentemente, que contribua para o desenvolvimento da nação.

Para finalizar essa caminhada, dentro dos propósitos por nós assumidos na investigação, esperamos que esses resultados auxiliem aos gestores que compõem a Administração da Universidade a trabalharem sobre as lacunas e equívocos existentes no planejamento e execução do Programa REUNI. Criando estratégias para transpor as barreiras nos termos da expansão da graduação da UFRB, entre outros aspectos igualmente relevantes.

Ainda com o objetivo de contribuição com a UFRB, sugere-se que a administração da universidade, utilize-se das orientações expostas nessa pesquisa e da experiência adquirida com execução do programa REUNI, para discutir as novas bases a serem adotadas pela instituição, no caso de novos programas de reestruturação, além de monitorar as ações da expansão do REUNI.

Essa iniciativa é importante, pois possibilita as pessoas envolvidas nas estruturas/espacos de poder a refletirem sobre a caminhada, sobre o papel do planejamento e também sobre as adesões de outras políticas que carreguem no seu bojo a lógica da expansão e da consolidação das universidades federais. Desta feita, desejamos que outros pesquisadores se sintam instigados a realizarem pesquisas nesta linha, a fim de complementarem as orientações aqui apresentadas em prol do desenvolvimento institucional das IFES.

6. REFERÊNCIAS

AHLERT, Alvorí. **Políticas educacionais para uma a democratização do acesso à ciência e tecnologia.** Athenea Digital, otoño, número 012. Universidade Autônoma de Barcelona. Barcelona, Espanha, PP 25-37.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova: textos críticos e esperançosos.** Brasília, DF: EDU; Salvador; EDUFBA, 2007. Negrito no título

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Tendências /Debates: Ações afirmativas sem fronteiras.** Folha de São Paulo: 01 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1904200907.htm>> . Acesso: em 15/10/2012 às 14:35h. Negrito no título

ANDIFES 2010. **Reitores Brasileiros participam de reunião especial da Andifes na UFRPE.** Disponível em: <<http://andifes.hospedagemdesites.ws/?p=18283>> Acesso em: 24/11/12 às 09:46h.

ASCOM, UFCG 2008. **Para Andifes, expansão das federais não afeta qualidade.** Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=6711> Acesso em: 05/12/12 às 07:08h.

ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Brasília (DF): ANDIFES, jan. 2010.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2008.

BOGDAN, R; BIKLEN,S. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL/MEC **Diretrizes Gerais do REUNI** – disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>> Acesso em: 18/10/12 à 18:22h.

BRASIL/MEC **Relatório final do Grupo de Trabalho, 1968.** Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso: 23/09/12 às 14:15h.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial, (2003). **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a Reforma Universitária.** Brasília: [s.n.], 15 de dezembro de 2003. Disponível em www.anped.org.br. Acesso em: Novembro de 2012.

CAMPOS, F. **Exposição de motivos, apresentada ao chefe do Governo provisório encaminhando o projeto de reforma do ensino superior.** In: Ministério da Educação e Saúde Pública. Organização Universitária Brasileira: 1931.

_____. **Lei nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>> Acesso em: 23/09/12 às 17:20h.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 21/09/12 às 22:12h

_____. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>> Acesso em: 24/10/12 às 17:40h.

_____. **Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em: 19/06/12 às 17:40h.

CATANI, A. M. ; OLIVEIRA, J.F. **A Educação superior.** In: Oliveira, R. P. ; ADRIÃO, T. (org.) Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2006.

CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro; Silva, Roberto da. **Metodologia Científica.** 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

_____. **Metodologia Científica.** 6ª Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

CUNHA, Edite de Penha e CUNHA, Eleonora Schettini M.. **Políticas Públicas e sociais.** In: CARVALHO, Alysso, SALES, Fátima (orgs.). **Políticas Públicas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporã: **O ensino superior, da Colônia à Era Vargas.** 3ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. **A Universidade crítica: o ensino superior na república populista.** 3. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. **Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior.** *Educação & Sociedade*, vol. 25, n. 88, p. 795-817, Especial - out. 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: **Direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 245-262, julho/2002.

DENZIN, N.K. **The research act**. New York: Mcgraw-Hill, 1978.

DULLIUS, Rodrigo. **Evasão de alunos da Univates: Seria o Financiamento Estudantil a solução para a retenção de aluno?** 2007. Disponível em: <http://www.maratona.univates.br/files/files/univates/pos/monografias/Rodrigo_Dullius.pdf>. Acesso em: 03/08/2012 às 22:03h.

EDUCAÇÃO, Ministério da. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Desenvolvido pelo Ministério da Educação, Brasília. **Censo da Educação Superior**. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior>>. Acesso em: 18/10/12 às 10:36h

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar em Revista, Curitiba, n. 28, jul./dez.2006.

_____. **A universidade Brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis, Vozes, 1977.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade e Poder**. Análise Crítica/Fundamentos Históricos (1930-45). 2. ed. Brasília: Plano, 2000.

FASUBRA - **Relatório do IV encontro nacional de técnicos administrativos em educação negros e negras e militantes anti-racismo das Universidades Brasileiras – BSB**, 19 a 21/06/2008 Disponível em: <www.fasubra.org.br>. Acesso em 13/11/2012 as 13:53h.

FELICETTI L. V., MOROSINI M. C. **Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão**. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan./mar. 2009

FRANCO, Maria E. D. P.; MOROSINI, M. C. (orgs). **Qualidade na Educação Superior: dimensões e indicadores**. EdiPUCRS: Porto Alegre 2011.

GATTI, B. A, et. ali. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

GARCIA, RUI, PROENÇA. **Para um ensino superior com qualidade**. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, 2001, vol. 1, n°1, 33-43. Disponível em <WWW.fade.pt/rpcd/_arquivo/artigo_soltos/vol.1_nr.1/05.pdf> Acesso em 15/10/12 às 11:08h.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. . São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Estudo de Caso.** São Paulo: Atlas, 2009.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** Caderno Cedes, Ano XXI,nº 55, novembro/ 2001, p. 30-41.

JICK, T D., **Mixing Qualitative and Quantitative methods: triangulation in action,** *In administrative Science Quaterly*, vol. 24, n.4, December 1979.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAY, T. **Pesquisa social:** questões, métodos e processo. Porto Alegre, Artmed, 2004.

Proposta Orçamentária do REUNI. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em 11 de outubro de 2012 às 11:38h.

MOACYR, P. **A Instrução e o Império. Subsídios para a história da educação no Brasil: 1854-1889.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, v. 2.

MOROSINI, M. C. Qualidade da educação universitária, isomorfismo, diversidade e equidade, *Interface _ Comunic, Saúde, Educ*, v.5, n.9, p.89-102, 2001.

NETO, Marback Guilherme. **Avaliação: instrumento de gestão universitária.** Vila Velha, ES: Editora Hoper, 2007.

OLIVEIRA, Portela R.; ARAUJO, Cardoso G. **Qualidade do ensino:** uma nova demissão da luta pelo direito a educação. *Revista brasileira de Educação*, 2005. Disponível em <<http://www.scielo/pdf/rbedu/n8/902n28.pdf>> Acesso em 19/12/2012 às 22:23h.

OLIVEIRA, José Carlos de. D. João VI – **Adorador do Deus das Ciências?** A Constituição da Cultura Científica no Brasil (1808 – 1821). Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ, Coleção Engenho & Arte, Vol. 8, 2005.

PAIM, A. **A busca de um modelo universitário.** In: SCHWARTZMAN, S. (org.). *Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro.* Brasília: CNPq, 1982.

PIETRO, Maria S. Z. D. **Contratos de Gestão.** Contratualização do controle administrativo sobre a administração indireta e sobre as organizações sociais. Disponível em: <http://www.politano.com.br/userfiles/file/CONTRATOS%2020GESTTAAO_%20CONTRATUALIZACAO%20DO%20CONTROLE%20ADMINISTR>

ATIVO%20SOBRE%20A%20ADMINISTRACAO%20INDIRETA%20E%20SOBRE%20AS%20ORGANIZACOES%20SOCIAIS.pdf> . Acesso em 16/12/2012 às 16h.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Campos de Cruz das Almas. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014**. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/pdi/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=40&Itemid=90>. Acesso em 26/10/12 às 20:24h

RANIERE, N. B. S. **Educação superior no Brasil na perspectiva do direito e do Estado**: reflexões sobre a atuação do Estado, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/96). 1999. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da USP, 1999.

REZENDE, Oliveira. **As origens do ensino da agronomia no Império e suas repercussões no Brasil (Ênfase na História da UFRB)**, 2009.

SAMPIERRI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F. ; LUCIO, Pilar B. **Metodologia da pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; FILHO, Naomar de Almeida. **A Universidade no século XXI: Para uma Universidade Nova. Coimbra (PT)**: Almedina, 2008.

SANTOS FILHO, J. Camilo dos. **Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático**. In: SANTOS FILHO, J. Camilo dos;

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Edição ver. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed.rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. **Professores com formação *stricto sensu* e o desenvolvimento da pesquisa na educação básica da rede pública de Goiânia: realidade, entraves e possibilidades**. 2008. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

TRINDADE, A. A. **Comentário sobre pesquisas feito sobre o relatório de aprendizagem 02 na ferramenta Portfólio**. (Renata Fonseca Del Castillo) do Teleduc. 2003.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2003. 688 p.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. AATR-BA: 2002.

UFCG – Assessoria de Imprensa. **Para Andifes a expansão das Federais não afeta qualidade**. Disponível em:

<http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=6711>. Acesso em 12/11/12 às 14:07h.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Campus de Cruz das Almas. **Reuni foi tema de reunião entre Administração Central, Estudantes e Técnicos-Administrativos**. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/agencia/noticias/55-arquivo-de-noticias/373-reuni-foi-tema-de-reuniao-entre-administracao-central-estudantes-e-tecnicos-administrativos>>. Acesso em 06/11/12 às 10:34h

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Campos de Cruz das Almas **Relatório de Gestão 2006**. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/proplan/index.php/documentos/2-relatorio-de-gestao>>. Acesso em 26/10/12 às 16:59h.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Campus de Cruz das Almas. **Novidades do REUNI e seus impactos nas IFES**. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/agencia/noticias/55-arquivo-de-noticias/216-novidades-do-reuni-e-seus-impactos-nas-ifes>>. Acesso em 06/11/12 às 10:55h.

UFRB/ ASCOM– Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/ Assessoria de Comunicação. Campos de Cruz das Almas. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborado para o período de 2010 – 2014**. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/portal/resultados-da-pesquisa?cx=006419030580492186890%3A7a1nhsa6pdw&ie=UTF-8&q=pdi+2010-2014&sa=Ok>>. Acesso em: 25/10/12 às 16:46h.

UFRB/ ASCOM– Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/ Assessoria de Comunicação. Campos de Cruz das Almas. Evento: **Primeiro Seminário Nacional do Reuni**. Disponível em: <www.andifes.org.br>. Acesso em 06/11/2012 às 12:05h

UFRB/ ASCOM– Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/ Assessoria de Comunicação. Campos de Cruz das Almas **Formulário de Apresentação de proposta da UFRB ao Reuni**. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/reuni>>. Acesso em 29/07/ 2012.

UFRB/ ASCOM– Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/ Assessoria de Comunicação. Campos de Cruz das Almas. **Apresentação da UFRB**. Disponível em: <www.ufrb.edu.br>. Acesso em: 02/10/12 às 17:29h.

UFRB/ ASCOM– Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/ Assessoria de Comunicação. Campos de Cruz das Almas **A Pró-Reitoria de Graduação**. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/prograd/index.php/prograd>>. Acesso em 05/09/2012 às 22:50h.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Campus de Cruz das Almas. **Projeto de Adesão da UFRB ao REUNI foi aprovado pela Comissão de Homologação do MEC**. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/agencia/noticias/55-arquivo-de-noticias/261-projeto-de-adesao-da-ufrb-ao-reuni-foi-aprovado-pela-comissao-de-homologacao-do-mec>>. Acesso em 06/11/12 às 14:28h.

UFRB/ ASCOM– Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/ Assessoria de Comunicação. Campos de Cruz das Almas **Relação dos alunos ativos da UFRB**. Disponível em: <www.ufrb.edu.br/surrac>. Acesso em 03/10/12 às 11:08h.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

7. APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista (Pró-Reitora de Graduação da UFRB)

1. Como aconteceu a adesão da UFRB ao REUNI? A comunidade teve a oportunidade de participar do processo de adesão? De que forma?
2. Qual foi o critério para escolha dos cursos novos?
3. Como foi o processo de implementação do REUNI na Federal do Recôncavo?
4. Como a Senhora avalia a ampliação do número de vagas na graduação? E qual a sua relação para o desenvolvimento do Recôncavo?
5. Qual a sua percepção sobre a expansão, equidade e acesso no ensino superior?
6. Qual a sua percepção sobre as condições de infraestrutura para o funcionamento dos cursos de graduação da UFRB?
7. Como a Senhora avalia a importância da expansão do ensino superior na UFRB com base nas taxas de evasão da Universidade Federal do Recôncavo?
8. Como foi planejado o diálogo da graduação com a pós-graduação no PCA REUNI da UFRB?
9. Como a Senhora avalia o atendimento da meta de criação de cursos noturnos da UFRB, sob a ótica do REUNI?
10. Como foi a relação da UFRB com a meta do REUNI de 90% de concluintes dos cursos de graduação?
11. Como foi a relação da UFRB com a meta do REUNI de elevação da relação de 18 estudantes para 1 professor?
12. Existem entraves no processo de expansão da graduação na UFRB? Em caso afirmativo, qual a sua relação com o REUNI?
13. Como a Senhora avalia a participação dos Centros de ensino para o cumprimento das metas impostas pelo REUNI?
14. Qual o grau de importância do que foi planejado como meta da Graduação da UFRB no REUNI e não ocorreu? Conte-nos um pouco sobre isso.
15. Quais os pontos fortes e fracos da Graduação da UFRB pós-REUNI?
16. Quais os desafios enfrentados pela UFRB para o atingimento das metas apontadas pelo REUNI?
17. Com o REUNI a expansão das vagas é inegável, no entanto a permanência é o gargalo no tocante a evasão. Qual a política adotada pela UFRB para combater a taxa de evasão?
18. Quais as políticas para o diálogo da graduação com o Ensino Médio e Fundamental?
19. Qual a política da UFRB para a expansão dos cursos de graduação e o diálogo da graduação com a pós-graduação da UFRB para o período pós-REUNI?
20. Já houve algum processo de avaliação institucional do REUNI da UFRB? Conte-me um pouco sobre isso?
21. Estamos em dezembro de 2012, último mês do programado para o REUNI, como a Senhora avalia a participação da UFRB no REUNI?
22. Quais as perspectivas que a Senhora vislumbra para consolidação da UFRB pós REUNI?
23. Existe alguma informação não contemplada no instrumento de investigação que o senhor gostaria de acrescentar?

Agradecemos pela colaboração de Vossa Senhoria com a nossa pesquisa.

APÊNDICE B- Roteiro de entrevista com o Senhor Vice-Reitor da UFRB

1. Qual a sua percepção sobre as bases (político-ideológicas) que alicerçam o REUNI?
2. Os recursos disponibilizados pelo MEC foram importantes e suficientes para o atingimento das metas da UFRB no REUNI?
3. A Estrutura acadêmica dos cursos e as condições da infraestrutura para o funcionamento destes atende as diretrizes e metas estabelecidas pelo REUNI? Em caso de pontos críticos, quais são eles?
4. O que foi planejado como meta da UFRB no REUNI e não ocorreu? Como o Senhor avalia essa questão?
5. Quais os pontos fortes e fracos da UFRB pós-REUNI?
6. Quais os desafios enfrentados pela UFRB para o atingimentos das metas apontadas pelo REUNI?
7. Que relação o senhor estabelece sobre a expansão da graduação na UFRB com o desenvolvimento regional? Conte-nos um pouco sobre isso.
8. Quais as perspectivas que o Senhor vislumbra para consolidação da UFRB pós REUNI?
9. Estamos em dezembro de 2012, último mês do programado para o REUNI, como o Senhor avalia a participação da UFRB no REUNI?
10. É verdade que existem perspectivas de um novo REUNI, em especial para a Pós-Graduação? Como o Senhor avalia essa questão no caso da UFRB?
11. Existe alguma informação não contemplada no instrumento de investigação que o senhor gostaria de acrescentar?

Agradecemos pela colaboração de Vossa Senhoria com a nossa pesquisa.

APÊNDICE C- Roteiro de entrevista com o Magnífico Reitor da UFRB

1. Qual a sua percepção sobre as bases (político-ideológicas) que alicerçam o REUNI?
2. Como aconteceu a adesão da UFRB ao REUNI? A comunidade teve a oportunidade de participar do processo de adesão? De que forma?
3. Qual foi o critério para escolha dos cursos novos?
4. Como o Senhor avalia a concepção do REUNI da UFRB e a participação da Universidade no Programa?
5. Como foi o processo de implementação do REUNI na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia?
6. Que relação o senhor estabelece sobre a expansão da graduação na UFRB com o desenvolvimento regional? Conte-nos um pouco sobre isso.
7. A Estrutura acadêmica dos cursos e as condições da infra-estrutura para o funcionamento destes atende as diretrizes e metas estabelecidas pelo REUNI? Em caso de pontos críticos, quais são eles?
8. Como o Senhor avalia a participação dos Centros de ensino para o cumprimento das metas apontadas pelo REUNI?
9. Como o Senhor avalia a importância expansão do ensino superior na UFRB com base nas taxas de evasão da Federal do Recôncavo?
10. Quais os desafios enfrentados pela UFRB para o atingimentos das metas apontadas pelo REUNI?
11. Quais as metas assumidas no REUNI da UFRB que não foram cumpridas? Por quais razões?
12. A Instituição consegue atingir a meta de consolidação pós REUNI?
13. É verdade que existem perspectivas de um novo REUNI, em especial para a Pós-Graduação? Como o Senhor avalia essa questão no caso da UFRB?
14. O que a Administração da UFRB faria diferente se houvesse a possibilidade de participar de um novo REUNI?
15. Existe alguma informação não contemplada no instrumento de investigação que o senhor gostaria de acrescentar?

Agradecemos pela colaboração de Vossa Senhoria com a nossa pesquisa.

**APÊNDICE D- Questionário de pesquisa sobre expansão da graduação na UFRB –
Coordenadora Institucional do Reuni da UFRB**

1. Como aconteceu a adesão da UFRB ao REUNI? A comunidade teve a oportunidade de participar do processo de adesão? De que forma?
Justifique a sua resposta: _____
2. Qual a sua percepção sobre as bases (político-ideológicas) que alicerçam o REUNI?
Justifique a sua resposta: _____
3. Qual foi o critério para escolha dos cursos novos?
3.1. () Definidas pelo MEC 3.2. () Definidas pela Administração Central da UFRB 3.3. () Dialogo com a Comunidade Acadêmica 3.4. () Avaliação das necessidades do Recôncavo 3.5. () Todas as questões acima 3.6. () Não se aplica
Justifique a sua resposta: _____
4. Como foi o processo de implementação do REUNI na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia?
Justifique a sua resposta: _____
5. Como a Senhora avalia a ampliação do número de vagas na graduação? E qual a sua relação para o desenvolvimento do Recôncavo?
5.1. () Muito importante 5.2. () Importante 5.3. () Nem importante/ Nem sem importância 5.4. () Sem importância 5.5. () Nada importante 5.6. () Não se aplica
Justifique a sua resposta: _____
6. A Estrutura acadêmica dos cursos e as condições da infraestrutura para o funcionamento destes atende as diretrizes e metas estabelecidas pelo REUNI? Em caso de pontos críticos, quais são eles?
Justifique a sua resposta: _____
7. Como a Senhora avalia a importância da expansão do ensino superior na UFRB com base nas taxas de evasão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia?

<p>7.1. () Muito importante 7.2. () Importante 7.3. () Nem importante/ Nem sem importância 7.4. () Sem importância 7.5. () Nada importante 7.6. () Não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta: _____</p>
<p>8. Qual a sua percepção em relação aos índices de evasão nos cursos de graduação da UFRB? Conte-nos um pouco sobre isso.</p>
<p>8.1. () Muito importante 8.2. () Importante 8.3. () Nem importante/ Nem sem importância 8.4. () Sem importância 8.5. () Nada importante 8.6. () Não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta: _____</p>
<p>9. Como a Senhora avalia a participação dos Centros de ensino para o cumprimento das metas impostas pelo REUNI?</p>
<p>9.1. () Muito importante 9.2. () Importante 9.3. () Nem importante/ Nem sem importância 9.4. () Sem importância 9.5. () Nada importante 9.6. () Não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta: _____</p>
<p>10. Como tem se dado o dialogo da graduação com a pós-graduação no PCA REUNI da UFRB? Como a Senhora acredita que essa interlocução pode ser ampliada?</p>
<p>Justifique a sua resposta: _____</p>
<p>11. Do Ponto de vista das metas e da proposta do REUNI em si na UFRB, que aspectos favoráveis a Senhora apontaria para os cumprimentos dos propósitos?</p>
<p>Justifique a sua resposta: _____</p>
<p>12. Quais os desafios enfrentados pela UFRB para o atingimento das metas apontadas pelo REUNI?</p>
<p>Justifique a sua resposta: _____</p>
<p>13. Quais os pontos fortes e fracos da UFRB pós-REUNI?</p>
<p>Justifique a sua resposta: _____</p>
<p>14. É verdade que existem perspectivas de um novo REUNI, em especial para a Pós-Graduação? Como a Senhora avalia essa questão no caso da UFRB?</p>
<p>14.1. () Muito importante 14.2. () Importante 14.3. () Nem importante/ Nem sem importância 14.4. () Sem importância</p>

<p>14.5. () Nada importante</p> <p>14.6. () Não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>_____</p>
<p>15. Já ouviu algum processo institucional para avaliação do REUNI da UFRB? Conte-nos um pouco sobre isso.</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>_____</p>
<p>16. Estamos em dezembro de 2012, último mês do programado para o REUNI, como a Senhora avalia a participação da UFRB no REUNI?</p> <p>16.1. () Muito importante</p> <p>16.2. () Importante</p> <p>16.3. () Nem importante/ Nem sem importância</p> <p>16.4. () Sem importância</p> <p>16.5. () Nada importante</p> <p>16.6. () Não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>_____</p>
<p>17. Quais as perspectivas que a Senhora vislumbra para consolidação da UFRB pós REUNI?</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>_____</p>
<p>18. Existe alguma informação não contemplada no instrumento de investigação que a Senhora gostaria de acrescentar?</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>_____</p>

Agradecemos pela colaboração de Vossa Senhoria com a nossa pesquisa.

APÊNDICE E - Questionário de pesquisa sobre expansão da graduação na UFRB para os Estudantes

Discente do Curso de _____
Centro _____

1. Quanto tempo o (a) Senhor (a) é discente da UFRB?
1.1. () Menos de 1 ano 1.2. () De 1 ano a menos de 03 anos 1.3. () De 03 anos a menos de 05 anos 1.4. () De 05 anos a menos de 07 anos 1.5. () De 07 anos a menos de 10 anos 1.6. () Mais de 10 anos Justifique a sua resposta: _____
2. Quanto tempo o (a) Senhor (a) é representante do DA / DCE?
2.1. () Menos de 1 ano 2.2. () De 1 ano a menos de 03 anos 2.3. () De 03 anos a menos de 05 anos 2.4. () De 05 anos a menos de 07 anos 2.5. () De 07 anos a menos de 10 anos 2.6. () Mais de 10 anos Justifique a sua resposta: _____
3. O (A) senhor (a) conhece o Programa REUNI?
3.1.() Sim 3.2.() Não 3.3.() Parcialmente Justifique a sua resposta: _____
4. Qual a sua opinião sobre a importância da participação da UFRB no REUNI?
4.1. () Muito importante 4.2. () Importante 4.3. () Nem importante/ Nem sem importância 4.4. () Sem importância 4.5. () Nada importante 4.6. () Não se aplica Justifique a sua resposta: _____
5. Houve dialogo para o estabelecimento do PCA/REUNI da UFRB com os discentes do curso/Centro na qual o (a) Senhor (a) representa?
5.1. () Sim 5.2. () Não

Justifique a sua resposta:

6. Como o (a) senhor (a) avalia a participação da UFRB no REUNI?

- 6.1. Ruim
 6.2. Muito Ruim
 6.3. Razoável
 6.4. Boa
 6.5. Muito Boa
 6.6. Desconheço as metas do REUNI da UFRB e não tenho como opinar

Justifique a sua resposta:

7. Os discentes do DA / DCE que o (a) senhor (a) representa se viram contemplados com o PCA/REUNI da UFRB aprovado pelo MEC?

- 7.1. sempre
 7.2. quase sempre
 7.3. as vezes
 7.4. raramente
 7.5. nunca
 7.6. não se aplica

Justifique a sua resposta:

8. Na sua percepção enquanto representante do DA / DCE as condições de infraestrutura são suficientes para o funcionamento dos cursos de graduação?

- 8.1. sempre
 8.2. quase sempre
 8.3. as vezes
 8.4. raramente
 8.5. nunca
 8.6. não se aplica

Justifique a sua resposta:

9. Como o (a) Senhor (a) avalia a UFRB em no período de 2007-2011?

- 9.1. Ruim
 9.2. Muito Ruim
 9.3. Razoável
 9.4. Boa
 9.5. Muito Boa
 9.6. Não se aplica

Justifique a sua resposta:

<p>10. Ouve processo de avaliação institucional do REUNI da UFRB?</p> <p>10.1() sempre 10.2() quase sempre 10.3() as vezes 10.4() raramente 10.5() nunca 10.5() não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <hr/>
<p>11. Em caso positivo, para a resposta anterior, os discentes foram convidados para participar?</p> <p>11.1. () sempre 11.2. () quase sempre 11.3. () as vezes 11.4. () raramente 11.5. () nunca 11.6. () não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <hr/>
<p>12. Existe alguma informação não contemplada no instrumento de investigação que o senhor gostaria de acrescentar?</p> <p><i>Justifique a sua resposta:</i></p> <hr/>

Agradecemos pela colaboração de Vossa Senhoria com a nossa pesquisa.

APÊNDICE F- Questionário de pesquisa sobre expansão da graduação na UFRB (Diretor de Centro)

1. Quanto tempo o (a) Senhor (a) é Professor da UFRB?
1.1. () Menos de 1 ano 1.2. () De 1 ano a menos de 03 anos 1.3. () De 03 anos a menos de 05 anos 1.4. () De 05 anos a menos de 07 anos 1.5. () De 07 anos a menos de 10 anos 1.6. () Mais de 10 anos Justifique a sua resposta: <hr/>
2. Quanto tempo o (a) Senhor (a) é Diretor (a) de Centro?
2.1. () Menos de 1 ano 2.2. () De 1 ano a menos de 03 anos 2.3. () De 03 anos a menos de 05 anos 2.4. () De 05 anos a menos de 07 anos 2.5. () De 07 anos a menos de 10 anos 2.6. () Mais de 10 anos Justifique a sua resposta: <hr/>
3. Como aconteceu a adesão da UFRB ao REUNI? A comunidade teve a oportunidade de participar do processo de adesão? De que forma?
Justifique a sua resposta: <hr/>
4. Na sua visão qual a importância da participação da UFRB no REUNI?
4.1. () Muito importante 4.2. () Importante 4.3. () Nem importante/ Nem sem importância 4.4. () Sem importância 4.5. () Nada importante 4.6. () Não se aplica Justifique a sua resposta: <hr/>
5. Houve dialogo para o estabelecimento do PCA/REUNI da UFRB com o Centro de ensino que o Senhor (a) administra? Conte-me um pouco sobre esse processo.
5.1 () Sim 5.2 () Não Justifique a sua resposta:

<p>6. O Centro de ensino que o Senhor (a) administra se viu contemplado com o PCA/REUNI da UFRB aprovado pelo MEC?</p> <p>6.1. () sempre 6.2. () quase sempre 6.3. () as vezes 6.4. () raramente 6.5. () nunca 6.6. () não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>_____</p>
<p>7. Qual a percepção da comunidade deste centro sobre as condições de infraestrutura para o funcionamento dos cursos?</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>_____</p>
<p>8. Como o (a) Senhor (a) avalia a importância expansão do ensino superior na UFRB?</p> <p>8.1. () Muito importante 8.2. () Importante 8.3. () Nem importante/ Nem sem importância 8.4. () Sem importância 8.5. () Nada importante 8.6. () Não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>_____</p>
<p>9. Que relação o Senhor estabelece sobre a expansão da graduação na UFRB com o desenvolvimento regional? Conte-nos um pouco sobre isso.</p> <p>9.1. () Muito importante 9.2. () Importante 9.3. () Nem importante/ Nem sem importância 9.4. () Sem importância 9.5. () Nada importante 9.6. () Não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>_____</p>
<p>10. Qual a importância de cada meta deste Centro na proposta do REUNI da UFRB?</p> <p>10.1. () Muito importante 10.2. () Importante 10.3. () Nem importante/ Nem sem importância 10.4. () Sem importância 10.5. () Nada importante 10.6. () Não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>_____</p>

<p>11. Que resultados o (a) senhor(a) consegue observar sobre o REUNI no Centro sob a sua Direção? Os seus gestores (coordenadores de área, de cursos, gestores de ensino, pesquisa e extensão e gerentes técnicos) tiveram a oportunidade de se manifestar sobre essa pauta?</p>
<p>11.1. () Muito importante 11.2. () Importante 11.3. () Nem importante/ Nem sem importância 11.4. () Sem importância 11.5. () Nada importante 11.6. () Não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <hr/>
<p>12. Como ocorreu o processo de acompanhamento das metas do REUNI por parte do Centro de Ensino que o (a) Senhor (a) administra? Favor considerar a visão dos Coordenadores de Curso, Técnico-administrativos e Discentes.</p>
<p>Justifique a sua resposta:</p> <hr/>
<p>13. No Centro de ensino que o (a) Senhor (a) administra, houve o atingimento da meta da relação de 18 alunos por professor?</p>
<p>() Sim () Não, Em caso negativo, favor informar na sua concepção qual (ais) o (os) motivos para o não atingimento da (s) meta (s). Justifique a sua resposta:</p> <hr/>
<p>14. No Centro de ensino que o (a) Senhor (a) administra, houve o atingimento da meta de elevação da taxa de 90% de concluintes dos cursos de graduação?</p>
<p>() Sim () Não, Em caso negativo, favor informar na sua concepção qual (ais) o (os) motivos para o não atingimento da (s) meta (s). Justifique a sua resposta:</p> <hr/>
<p>15. O Centro que o Senhor (a) administra possui interlocução da Graduação com a Pós-Graduação? Em caso negativo, quais fatores que dificultam tal articulação?</p>
<p>() Sim () Não Justifique a sua resposta:</p> <hr/>
<p>16. Em que medida o (a) Senhor (a) avalia que o dialogo da graduação com a Pós-Graduação pode ser ampliado?</p>

Justifique a sua resposta: _____
17. Como o (a) Senhor (a) avalia o Centro de ensino que o Senhor (a) administra pós a fase do REUNI da UFRB?
Justifique a sua resposta: _____
18. Já ouviu algum processo de avaliação institucional do REUNI da UFRB, no qual a senhor teve a oportunidade de apresentar os dados do Centro sobre a sua Direção.
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justifique a sua resposta: _____
19. Existe alguma informação não contemplada no instrumento de investigação que o senhor gostaria de acrescentar?
Justifique a sua resposta: _____

Agradecemos pela colaboração de Vossa Senhoria com a nossa pesquisa.

APÊNDICE G- Roteiro de Entrevista – Diretor (a) do Centro

1. Quanto tempo o (a) Senhor (a) é Professor da UFRB?
2. Quanto tempo o (a) Senhor (a) é Diretor (a) de Centro?
3. Como aconteceu a adesão da UFRB ao REUNI? A comunidade teve a oportunidade de participar do processo de adesão? De que forma?
4. Na sua visão qual a importância da participação da UFRB no REUNI?
5. Houve dialogo para o estabelecimento do PCA/REUNI da UFRB com o Centro de ensino que o Senhor (a) administra? Conte-me um pouco sobre esse processo.
6. O Centro de ensino que o Senhor (a) administra se viu contemplado com o PCA/REUNI da UFRB aprovado pelo MEC?
7. Qual a percepção da comunidade deste centro sobre as condições de infraestrutura para o funcionamento dos cursos?
8. Como o (a) Senhor (a) avalia a importância expansão do ensino superior na UFRB?
9. Que relação o Senhor estabelece sobre a expansão da graduação na UFRB com o desenvolvimento regional? Conte-nos um pouco sobre isso.
10. Qual a importância de cada meta deste Centro na proposta do REUNI da UFRB?
11. Que resultados o (a) senhor(a) consegue observar sobre o REUNI no Centro sob a sua Direção? Os seus gestores (coordenadores de área, de cursos, gestores de ensino, pesquisa e extensão e gerentes técnicos) tiveram a oportunidade de se manifestar sobre essa pauta?
12. Como ocorreu o processo de acompanhamento das metas do REUNI por parte do Centro de Ensino que o (a) Senhor (a) administra? Favor considerar a visão dos Coordenadores de Curso, Técnico-administrativos e Discentes.
13. No Centro de ensino que o (a) Senhor (a) administra, houve o atingimento da meta da relação de 18 alunos por professor?
14. No Centro de ensino que o (a) Senhor (a) administra, houve o atingimento da meta de elevação da taxa de 90% de concluintes dos cursos de graduação?
15. O Centro que o Senhor (a) administra possui interlocução da Graduação com a Pós-Graduação? Em caso negativo, quais fatores que dificultam tal articulação?
16. Em que medida o (a) Senhor (a) avalia que o dialogo da graduação com a Pós-Graduação pode ser ampliado?
17. Como o (a) Senhor (a) avalia o Centro de ensino que o Senhor (a) administra pós a fase do REUNI da UFRB?
18. Já ouviu algum processo de avaliação institucional do REUNI da UFRB, no qual a senhor teve a oportunidade de apresentar os dados do Centro sobre a sua Direção.
19. Existe alguma informação não contemplada no instrumento de investigação que o senhor gostaria de acrescentar?

Agradecemos pela colaboração de Vossa Senhoria com a nossa pesquisa.

**APÊNDICE H - Questionário de pesquisa sobre expansão da graduação na UFRB
(Representante Docente / Sindical do Centro)**

<p>1. Quanto tempo o (a) Senhor(a) é Professor(a) da UFRB?</p> <p>1.7. () Menos de 1 ano</p> <p>1.8. () De 1 ano a menos de 03 anos</p> <p>1.9. () De 03 anos a menos de 05 anos</p> <p>1.10. () De 05 anos a menos de 07 anos</p> <p>1.11. () De 07 anos a menos de 10 anos</p> <p>1.12. () Mais de 10 anos</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>_____</p>
<p>2. Quanto tempo o (a) Senhor (a) é representante docente/sindical?</p> <p>2.1. () Menos de 1 ano</p> <p>2.2. () De 1 ano a menos de 03 anos</p> <p>2.3. () De 03 anos a menos de 05 anos</p> <p>2.4. () De 05 anos a menos de 07 anos</p> <p>2.5. () De 07 anos a menos de 10 anos</p> <p>2.6. () Mais de 10 anos</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>_____</p>
<p>3. Como aconteceu a adesão da UFRB ao REUNI? A comunidade docente do Centro que o Senhor (a) representa teve a oportunidade de participar do processo de adesão? De que forma?</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>_____</p>
<p>4. Na sua visão qual a importância da participação da UFRB no REUNI?</p> <p>4.1. () Muito importante</p> <p>4.2. () Importante</p> <p>4.3. () Nem importante/ Nem sem importância</p> <p>4.4. () Sem importância</p> <p>4.5. () Nada importante</p> <p>4.6. () Não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>_____</p>
<p>5. Os docentes se viram contemplados com o PCA/REUNI da UFRB aprovado pelo MEC?</p> <p>5.1. () sempre</p> <p>5.2. () quase sempre</p> <p>5.3. () as vezes</p>

<p>5.4. <input type="checkbox"/> raramente</p> <p>5.5. <input type="checkbox"/> nunca</p> <p>5.6. <input type="checkbox"/> não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <hr/>
<p>6. Na sua percepção enquanto representante docente/sindical de Centro as condições de infraestrutura são suficientes para o funcionamento dos cursos de graduação?</p>
<p>6.1. <input type="checkbox"/> sempre</p> <p>6.2. <input type="checkbox"/> quase sempre</p> <p>6.3. <input type="checkbox"/> as vezes</p> <p>6.4. <input type="checkbox"/> raramente</p> <p>6.5. <input type="checkbox"/> nunca</p> <p>6.6. <input type="checkbox"/> não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <hr/>
<p>7. Existe alguma relação com a expansão da graduação na UFRB com o desenvolvimento regional? Conte-nos um pouco sobre isso.</p>
<p>Justifique a sua resposta:</p> <hr/>
<p>8. Do ponto de vista das condições de trabalho o Reuni trouxe algum impacto para os docentes do Centro que o Senhor (a) representa? Conte-nos um pouco sobre isso.</p>
<p>8.1. <input type="checkbox"/> sempre</p> <p>8.2. <input type="checkbox"/> quase sempre</p> <p>8.3. <input type="checkbox"/> as vezes</p> <p>8.4. <input type="checkbox"/> raramente</p> <p>8.5. <input type="checkbox"/> nunca</p> <p>8.6. <input type="checkbox"/> não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <hr/>
<p>9. No Centro no qual o Senhor é representante docente/sindical possui interlocução da Graduação com a Pós-Graduação?</p>
<p><input type="checkbox"/> Plenamente</p> <p><input type="checkbox"/> Em grande parte</p> <p><input type="checkbox"/> Parcialmente</p> <p><input type="checkbox"/> De modo algum</p> <p><input type="checkbox"/> Não se aplica</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <hr/>
<p>10. Em que medida o (a) Senhor (a) avalia que o dialogo da graduação com a</p>

Pós-Graduação pode ser ampliado?
Justifique a sua resposta: _____
11. Como o (a) Senhor (a) avalia o Centro que o Senhor é representante docente/ sindical pós a fase do REUNI da UFRB?
(<input type="checkbox"/>) Excelente (<input type="checkbox"/>) Muito bom (<input type="checkbox"/>) Bom (<input type="checkbox"/>) Razoável (<input type="checkbox"/>) Ruim
Justifique a sua resposta: _____
12. Existe alguma informação não contemplada no instrumento de investigação que o Senhor (a) gostaria de acrescentar?
Justifique a sua resposta: _____

Agradecemos pela colaboração de Vossa Senhoria com a nossa pesquisa.

APÊNDICE I- Consentimento para gravação de entrevista ou aplicação de questionário e utilização de material na Dissertação

**UNIVERSIDADE DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL**

Cruz das Almas, ____ / dezembro/2012.

Eu, Prof. (a) _____, Função _____ da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) permito que a pesquisadora Flávia Sabina de Jesus, discente do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da UFRB, obtenha gravação em áudio de minha entrevista ou realize aplicação de questionário para fins de pesquisa científica e educacional.

Eu concordo que as informações obtidas nessa entrevista/ questionário possam ser publicadas na dissertação de conclusão de curso da referida pesquisadora, resguardando o sigilo da fonte.

O material obtido por esta entrevista/ questionário ficará sob a propriedade da pesquisadora pertinente ao estudo e sob sua guarda.

Nome:
Função:

Agradecemos pela colaboração de Vossa Senhoria com a nossa pesquisa.

APÊNDICE J- Solicitação de autorização de coleta de dados PROGRAD

UNIVERSIDADE DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL

Cruz das Almas, 03 de janeiro de 2012.

Ilma. Senhora

Janete dos Santos

Coordenadora de Políticas e Planejamento de Graduação
Pró-Reitora de Graduação em exercício

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

Eu, Flávia Sabina de Jesus, discente do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Matrícula 201110920, solicito autorização para coleta de dados junto a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFRB para o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado: **POLÍTICA DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) NA GRADUAÇÃO DA UFRB**, pesquisa que será realizada nos anos de 2012/2013, tendo como objetivo geral: Investigar os efeitos da Política do Reuni na graduação da UFRB, do ponto de vista da ampliação de cursos e número de vagas no bojo do processo de interiorização do ensino superior, visando a elaboração de uma dissertação para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Contando com sua autorização, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Flávia Sabina de Jesus
Rua Manoel Vilaboim, 71, Bairro: Centro
Cruz das Almas, Bahia
Telefone: (075) 9112 2656
flaviaufrb@gmail.com

APÊNDICE L- Solicitação de autorização de coleta de dados SURRAC

UNIVERSIDADE DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL

Cruz das Almas, 16 de outubro de 2012.

Ilma Sra.

Caroline de Jesus Fonseca Souza

Superintendente de Regulação e Registros Acadêmicos

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

Eu, Flávia Sabina de Jesus, discente do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Matrícula 201110920, solicito autorização para coleta de dados junto a Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos (SURRAC) da UFRB para o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado: **POLÍTICA DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) NA GRADUAÇÃO DA UFRB**, pesquisa que será realizada no ano de 2012, tendo como objetivo geral: Investigar os efeitos da Política do Reuni na graduação da UFRB, do ponto de vista da ampliação de cursos e número de vagas no bojo do processo de interiorização do ensino superior, visando a elaboração de uma dissertação para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Contando com sua autorização, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Flávia Sabina de Jesus
Rua Manoel Vilaboim, 71, Bairro: Centro
Cruz das Almas, Bahia
Telefone: (075) 9112 2656
flaviaufrb@gmail.com

APÊNDICE M- Solicitação de autorização de coleta de dados PROPLAN

UNIVERSIDADE DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL

Cruz das Almas, 03 de janeiro de 2012.

Ilmo. Sr.
Geovane Santana dos Santos
Assessor de Planejamento

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

Eu, Flávia Sabina de Jesus, discente do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Matrícula 201110920, solicito autorização para coleta de dados junto a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) da UFRB para o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado: **POLÍTICA DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) NA GRADUAÇÃO DA UFRB**, pesquisa que será realizada nos anos de 2012/2013, tendo como objetivo geral: Investigar os efeitos da Política do Reuni na graduação da UFRB, do ponto de vista da ampliação de cursos e número de vagas no bojo do processo de interiorização do ensino superior, visando a elaboração de uma dissertação para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

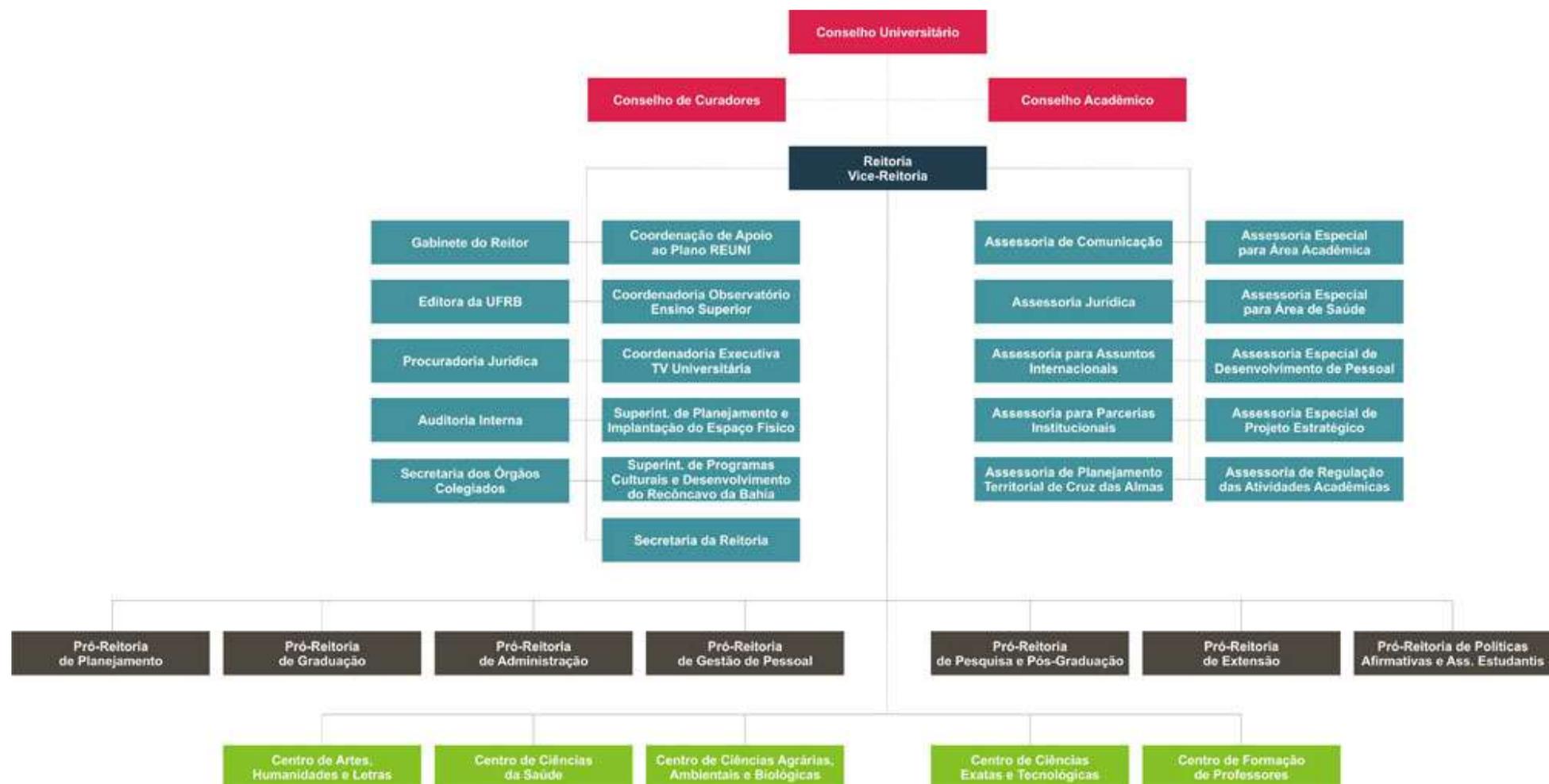
Contando com sua autorização, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Flávia Sabina de Jesus
Rua Manoel Vilaboim, 71, Bairro: Centro
Cruz das Almas, Bahia
Telefone: (075) 9112 2656
flaviaufrb@gmail.com

8. ANEXOS

Anexo 1 – Organograma da UFRB



FONTE: www.ufrb.edu.br